

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIA HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

TÁBATA CHRISTIE FREITAS MOREIRA

**DESIGUALDADE E CONGRUÊNCIA: UMA ANÁLISE DAS POSIÇÕES
DE DIFERENTES SEGMENTOS DO ELEITORADO E
PARLAMENTARES BRASILEIROS**

BELO HORIZONTE

2019

TÁBATA CHRISTIE FREITAS MOREIRA

**DESIGUALDADE E CONGRUÊNCIA: UMA ANÁLISE DAS POSIÇÕES
DE DIFERENTES SEGMENTOS DO ELEITORADO E
PARLAMENTARES BRASILEIROS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Mario Fuks
Coorientadora: Profa. Dra. Ana Paula Karruz

BELO HORIZONTE

2019

TÁBATA CHRISTIE FREITAS MOREIRA

**DESIGUALDADE E CONGRUÊNCIA: UMA ANÁLISE DAS POSIÇÕES
DE DIFERENTES SEGMENTOS DO ELEITORADO E
PARLAMENTARES BRASILEIROS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Aprovada em ____ de _____ de 2019 pela banca constituída pelos membros:

Prof. Mario Fuks
DCP/UFMG (Orientador)

Profa. Ana Paula Karruz
DCP/UFMG (Coorientadora)

Prof. Cristiano Rodrigues dos Santos
DCP/UFMG

Prof. José Geraldo Leandro
DCP/UFMG

Prof. Ednaldo Aparecido Ribeiro
Universidade Estadual de Maringá

Gabriel Avila Casalecchi
Universidade Federal de São Carlos

BELO HORIZONTE
2019

CIP – Catalogação na Publicação

A Júlio e Christie, pela vida e desmedido amor.
Por serem inspiração e exemplos das virtudes
que hoje possuo.

A Carolina e Giovanna, pela irmandade,
zelo e cumplicidade.

A Sander, pelo companheirismo, complacência e
apoio incondicional.

A Ana Paula, pelo cuidado, empatia e pela
contribuição dada a esta pesquisa.

A vocês seis, toda admiração e respeito que se pode sentir.

AGRADECIMENTOS

A gente quer passar um rio a nado, e passa...
Guimarães Rosa

Escrever os agradecimentos é, para mim, um deleite. Acho nobre lembrar de quem esteve presente durante minha travessia, estendendo a mão, dividindo o peso das minhas escolhas, sorrindo quando os dias pareciam nebulosos, me acalentando com cordiais abraços. Durante o curso de doutorado tive o imenso privilégio e honra de conhecer pessoas amáveis e generosas, muitas delas mencionarei adiante.

Primeiramente, aos meus pais Júlio e Christie, minha eterna gratidão, infinito amor. Sou grata a vocês pela vida e dedicação. Grata pelos princípios, principalmente, por terem me ensinado a acreditar nEle. Obrigada por serem alicerce, amparo, refúgio. Agradeço por terem me ajudado a tecer sonhos e a persistir para que eu conseguisse realizá-los. Gratidão pela presença, mesmo em meio ao meu silêncio.

A Carolina e Giovanna, minhas irmãs, meus amores. Continuo a acreditar que entre nós três o significado de irmandade transcende o seu sentido real. Obrigada pelos abraços, estímulo e paciência. Grata por fazerem dos meus sonhos os seus e por acreditarem que todo o esforço valeria a pena. Estendo meus agradecimentos aos meus cunhados, Wesley e Pedro. A vovó Nilva, tia Dani, tia June e Richard agradeço pela ternura e pelo amor de vocês.

A Sander de Paula, gratidão por caminharmos juntos e compartilharmos a vida. Meu amor, agradeço por ter sido tão presente, por ter vibrado com cada conquista e por, em muitos momentos, ter sido meu porto seguro. Obrigada por compreender minha ausência, por ter tentado infinitas vezes organizar o meu caos e por tornar os meus dias mais leve. Ainda agradeço a Juju, menina de sorriso solto, beijos de bala e abraços “apertados”, obrigada pelo carinho e por, na sua simplicidade, me fazer lembrar que não precisamos de muito para ser feliz.

Agradeço minhas amigas de longa data. Laurinha, Manu e Ana Cláudia, desde sempre estiveram comigo, com vocês tenho compartilhado cada sonho, desde o passar no vestibular a defesa da tese, a gente já chorou tanto junto, e também rimos alto e desenfreadamente, já dividimos medos e incertezas, mas também anseios e conquistas. Vocês estão sempre por perto, ainda que estejam morando em outro país, ou que estejam na correria do dia a dia. Celebro, ainda, a vinda da nossa pequena Antonella, que a vida lhe seja generosa.

A Joyce e Rejane, amigas da graduação. Joyce, amiga de voz tenra e suave. Obrigada por rezar por mim onde quer que esteja, por ser luz, quietude e aconchego. Rejane, sou tão grata

por nossas conversas, reflexões e gargalhadas. Gratidão por sua presença e por seu amor. Obrigada vocês duas por serem os melhores “presentes” que as Ciências Sociais poderiam me dar. Muito obrigada pela partilha de valores, de momentos, da vida.

A Regina Moura, minha querida amiga, decidir cursar a Licenciatura juntamente com o Doutorado foi muita ousadia da minha parte, meus sinceros agradecimentos pelo companheirismo, pelo cuidado, pela compreensão, pelas palavras de coragem e por ter resgatado em mim a paixão pela docência. A Marina Siqueira, por ser exemplo de generosidade e profissionalismo, obrigada pelas inúmeras conversas, pelos abraços e acolhida ainda que fosse em um rápido encontro pelos corredores da Fafich, grata pela empatia, pelo zelo e, sobretudo, pelas palavras de ânimo. Também agradeço ao Breno Silva, Tatiana Assis, Mariane Fernandes, Aline Galantinni, Luciana Custódio, Samuel Augusto e Ana Paula Almeida pela amizade, pela inspiração e por torcerem por mim.

A Thalissa Santos obrigada por ser escuta, acolhida, amparo. Agradeço por ter permitido que o seu consultório se tornasse o agora, o presente, lugar de bons (des)encontros e (des)construções. Também agradeço por ter me dito incontáveis vezes que há em mim pulsão de vida e que por essa razão eu, mesmo de forma inconsciente, continuaria a lutar embora fosse custoso e acromático. Estendo meu carinho e agradecimento a Gisela Marreco.

Ao Centro de Estudo do Comportamento Político - CECOMP - meu carinho e admiração, grupo composto por queridos pares e nobres intelectuais. Agradeço por todas as leituras e considerações que fizeram dos meus trabalhos, gratidão pelos abraços acolhedores, pelo aconchego e torcida. Do grupo de pesquisa agradeço, em especial, Audrey Dias, Eduardo Tamaki, Jaqueline Resmini, Mariela Rocha, Sabrina Almeida, Matheus Ferreira, Pedro Marques, Nathália Aguiar, Nathália Porto e Felipe Lima, foi um privilégio, imensurável, conhecê-los e dividir todas as dúvidas, erros e acertos.

Audrey Dias, minha amiga, a gente conseguiu, você acredita? Obrigada pela parceria, irmandade, por ter cuidado de mim, por ter feito dos meus anseios os seus, por ter tomado para si minhas angústias, não só as intelectuais. Obrigada por ter me ensinado o real significado de sororidade e, sobretudo, por ainda segurar minhas mãos. Grata, eternamente grata por ter conhecido você, a sua amizade levarei para toda vida.

Ao Mário Fuks pela leitura apurada e pelas valiosas críticas. Obrigada por ter respeitado o meu processo, ainda que os prazos estivessem a porta. A Ana Paula Karruz, falta-me palavras para expressar o tamanho da minha admiração, carinho e gratidão. Tem professor(a) que nos acalma, acolhe, cuida e inspirada sem mesmo saber. Ana, obrigada por ter aceito o convite para

me coorientar em veredas desconhecidas, por ter amenizado minhas inquietações, pelas reuniões nas férias, pelas incontáveis conversas, pelas sugestões, pela incomensurável contribuição dada a este trabalho. Agradeço pelos momentos de escuta, pelos abraços e por me dizer, quase que diariamente, que eu estava mais perto do que podia imaginar.

Teço meus agradecimentos aos professores que também contribuíram, em maior ou menor medida, com a construção deste trabalho. Obrigada aos professores Carlos Ranulfo Melo e Bruno Reis por terem composto a banca de defesa de projeto. Ednaldo Ribeiro, Julian Borba e Ana Paula Karruz grata pelas construtivas críticas a respeito do projeto que conduziu esta tese. Também agradeço aos professores Ednaldo Ribeiro, Gabriel Casalecchi, Cristiano Rodrigues, José Geraldo Leandro, Eduardo Moreira e Mariela Rocha pelo aceite em compor a banca de defesa desta pesquisa.

Alessandro Magno e a Thaís Amorim, secretários da pós-graduação em Ciência Política, obrigada por serem tão atenciosos e solícitos. Obrigada, enfim, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida, que permitiu que eu me dedicasse exclusivamente a esta pesquisa.

A key characteristic of democracy is the continuing responsiveness of the government to the preferences of its citizens, considered as political equals.

(Robert Dahl, Polyarchy, p. 1)

RESUMO

Os recursos (em especial, tempo e dinheiro) e as habilidades cívicas necessárias para a participação política efetiva não são distribuídos de maneira uniforme entre diferentes segmentos do eleitorado (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995). Argumentamos que, ao constanger a ação política dos cidadãos, essas diferenças refletem-se no processo representativo e no nível de congruência entre preferências de parlamentares e de cidadãos de diferentes perfis. Em face do argumento apresentado, esta tese busca analisar o grau de congruência entre subgrupos da população e os membros da Câmara dos Deputados. Para tanto, testa a seguinte hipótese geral: a congruência entre preferências do eleitorado e dos parlamentares é sensível às características socioeconômicas e sociodemográficas dos eleitores. No modelo empírico, a variável dependente é a *Earth Mover's Distance* (EMD), uma medida recentemente proposta para se apurar congruência e considerada superior às alternativas (LUPU, SELIOS, WARNER, 2017). Foram calculadas mais de 450 EMDs, cada uma correspondente a uma combinação de *issue* (11 no total), *survey* (Projeto Elite Parlamentar Latinoamericana – PELA e Lapop ou LatinoBarómetro), ano (2001-2017), e 19 segmentos do eleitorado. De modo geral, os resultados das regressões são consistentes com a hipótese, e sugerem outras distinções salientes. A congruência tende a ser: a) menor para os segmentos do eleitorado de baixa escolaridade, de baixa renda, e para a faixa etária acima de 60 anos; e b) maior em temas de políticas sociais em relação àqueles afetos à presença do Estado na economia. Os agrupamentos por sexo e cor/raça não mostraram diferenças estatisticamente significantes em suas EMDs.

Palavras-chave: Representação, desigualdade política, congruência política, responsividade.

ABSTRACT

Resources (especially time and money) and civic skills needed for effective political participation are not evenly distributed among different segments of the electorate (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995). We argue that by constraining the political action of citizens, these differences are reflected in the representative process and in the level of congruence between preferences of legislators and those of citizens of different profiles. Based on such argument, this dissertation seeks to analyze the degree of congruence between subgroups of the population and members of Brazil's House of Representatives. To this end, it tests the following general hypothesis: the congruence between voter and parliamentary preferences is sensitive to voters' socioeconomic and sociodemographic characteristics. In the empirical model, the dependent variable is the Earth Mover's Distance (EMD), a measure recently proposed to ascertain congruence and considered superior to its alternatives (LUPU, SELIOS, WARNER, 2017). More than 450 EMDs were calculated, each corresponding to a combination of issue (11 in total), survey (Parliamentary Elites in Latin America – PELA and Lapop or LatinoBarometer), year (2001-2017), and 19 segments of the electorate. In general, regression results are consistent with the hypothesis, and suggest other salient distinctions. The congruence tends to be: a) lower for the low-educated, low-income electorate segments and for citizens over 60 years-old, and b) greater in social policy issues than in those pertaining to the state's presence in the economy. The groupings by sex and color/ race showed no statistically significant differences in their EMDs.

Keywords: Representation, political inequality, political congruence, responsiveness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 – Responsividade: etapas e vínculos	25
Figura 1.2 – Conexão entre as atitudes do eleitorado, os representantes e o comportamento legislativo	42
Figura 3.1 – Ilustração das combinações relativas ao <i>issue</i> apoio ao aborto	75
Figura 3.2 – EMD por segmento da opinião pública.....	78
Figura 3.3 – Máxima congruência na amostra de trabalho (EMD = 0,123%)	81
Figura 3.4 – Mínima congruência na amostra de trabalho (EMD = 47,139%)	82
Figura 3.5 – Participação por segmento da opinião pública	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 – Issues analisados por Luna e Zechmeister (2005)	55
Quadro 3.1 – Descrição dos segmentos de opinião pública e issues considerados	72
Quadro 3.2 – Issues, anos dos surveys de opinião pública e de elite e combinações presentes na amostra	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 – Estatísticas descritivas da amostra de trabalho	76
Tabela 3.2 – Testes t de diferença entre médias de EMD, por segmento de opinião pública...	79
Tabela 3.3 - Estatísticas descritivas da EMD por issue, survey, ano e intervalo entre surveys.....	80
Tabela 3.4 - Coeficientes estimados em modelos de mínimos quadrados ordinários, tendo a EMD (em percentual da escala do item) como variável dependente.....	84

SUMÁRIO

1. REPRESENTAÇÃO, DESIGUALDADE E CONGRUÊNCIA: O PAPEL DOS RECURSOS NA VOCALIZAÇÃO DAS DEMANDAS.....24

1.1 Representação, responsividade e <i>accountability</i>	24
1.2 Voluntarismo cívico: desigualdade, participação e hipóteses sobre congruência	27
1.2.1 Escolaridade e renda	29
1.2.2 Gênero	32
1.2.3 Raça	36
1.2.4 Idade	39
1.3 Desigualdade e a evolução dos estudos sobre congruência.....	41
1.4 Desigualdade e congruência na América Latina	46

2 MEDIDAS E MODELOS DE CONGRUÊNCIA: DEBATE METODOLÓGICO SOBRE AS FORMAS DE MENSURAÇÃO DO FENÔMENO 50

2.1 Vínculos ideológicos e programáticos em torno de <i>issues</i>	51
2.2 Congruência entre a opinião dos eleitores e as políticas públicas	56
2.2.1 Policy consistency	57
2.2.2 Policy congruence.....	60
2.3 Concepção de congruência adotada	63

3 MODELO EMPÍRICO, AMOSTRA E ANÁLISE MULTIVARIADA DA EMD..... 67

3.1 Variável explicada e seleção de casos	67
3.2 Variáveis explicativas	69
3.3 Descrição da amostra.....	75
3.4 Teste das hipóteses via análise de regressão.....	83
3.5 Demais condicionantes: <i>issue</i> , <i>surveys</i> de opinião pública e elite	87

4	CONDICIONANTES DA CONGRUÊNCIA: OS ATRIBUTOS INDIVIDUAIS IMPORTAM?	90
4.1	Características socioeconômicas: escolaridade e renda.....	91
4.2	Características sociodemográficas	93
4.2.1	Gênero	96
4.2.2	Raça	99
4.2.3	Idade	101
	CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	103
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	106
	APÊNDICE METODOLÓGICO.....	11818

INTRODUÇÃO

A relação entre eleitores e representantes, assim como a conversão dos interesses dos eleitores em políticas públicas e leis, possui grande relevância para os estudos de Ciência Política (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006). Essa afirmativa justifica-se pelo fato de a “responsividade do governo às preferências de seus cidadãos” (DAHL, 1997, p. 25) ser um dos pilares do sistema democrático. Assim, “uma democracia é responsiva quando o arranjo institucional existente produz incentivos para o bom funcionamento das diferentes etapas do processo de representação” (POWELL, 2004, p. 63).

Embora esta seja uma premissa consolidada pelos estudiosos da democracia representativa (DAHL, 1997; 1989), a disparidade na representação ainda é uma questão que tem sido problematizada por diferentes autores (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995; GONZÁLEZ, 2013; LUPU; WARNER, 2019; BOAS; SMITH, 2019). Lupu e Warner (2019) apontam que um corpo emergente de estudos tem evidenciado que em algumas democracias os representantes parecem representar melhor as preferências de determinados segmentos da população, tal como os ricos e mais escolarizados.

A análise da desigualdade no processo representativo, no entanto, não apresenta padrões convergentes, dada a extensão do debate teórico-normativo sobre representação (PITKIN, 1965; 2006) e a variedade de unidades de análise, medidas e dados que podem ser considerados no exame da representação (ACHEN, 1978; WLEZIEN; SOROKA, 2007; OTERO-FELIPE, 2011). Na perspectiva de Lupu e Warner (2019), a falta de padrão nos trabalhos que analisam o processo representativo tem dificultado a compreensão e a agregação dos resultados das pesquisas, assim como a construção de consensos no que tange às circunstâncias em que ocorre o melhor funcionamento das democracias representativas.

A título de ilustração, no que tange ao debate teórico, Lupu e Warner (2019) elucidam que os estudos canônicos dividem o processo representativo em duas etapas: o primeiro, a congruência ou representação da opinião pública, o qual inicia-se com a formação do corpo de legislativos que irá representar o eleitorado; o segundo, o processo de responsividade, no qual os representantes elaborarão políticas que refletirão as preferências dos cidadãos (MILLER; STOKES, 1963; ACHEN, 1978), abordagem adotada nesta pesquisa. Há, entretanto, outro conjunto de trabalhos que se tem concentrado na representação descritiva, observando as semelhanças demográficas entre os legisladores e diferentes segmentos da população, tais como grupos que foram tradicionalmente excluídos, a exemplo de mulheres, pobres, minorias étnicas

e religiosas (YONG, 2006; BOAS; SMITH, 2019).

Já no que concerne à medição da representação, Wlezien e Soroka (2007) salientam que a mesma tem-se dado a partir de dois enfoques, a saber, representação diádica e representação coletiva. Diferentemente dos estudos de representação diádica, os quais analisam o comportamento do legislador e as preferências do eleitorado (ao nível individual), os estudos de representação coletiva examinam as preferências dos eleitores em nível agregado, das instituições representativas. A diferença destas duas abordagens é em parte uma função de variáveis de resultado: para a literatura de votação nominal, o resultado é claramente votos de deputados, já para a literatura sobre a representação coletiva, a qual fundamentamos o presente trabalho, o resultado é o processo decisório legislativo no que tange às políticas públicas.

Ainda sobre as formas de mensurar os níveis e a qualidade da representação das preferências dos cidadãos, tem-se a congruência política. A literatura sobre a congruência, todavia, também é ampla e variada (WLEZIEN; SOROKA, 2007) e pode ser abordada a partir de duas perspectivas: a congruência entre as preferências dos representantes e representados no espectro ideológico e a respeito de determinados *issues* (LUNA, ZECHMEISTER, 2005; DALTON; FARELL; MCALLISTER, 2011, LUNA; OTERO-FELIPE, 2011; WIESEHOMER; DOYLE, 2014) e congruência entre a opinião pública e as políticas públicas (PAGE; SHAPIRO, 1983; STIMSON; MACKUEN; ERIKSON, 1995; WLEZIEN; SOROKA, 2007).

Dados estes diferentes enfoques, a congruência, portanto, tem sido analisada com base em um vasto e diverso conjunto de dados. Dentre alguns exemplos, WLEZIEN (1995) estimou a congruência entre a opinião pública do eleitorado americano e o aumento do orçamento destinado a algumas políticas públicas, tais como saúde, assistência social e segurança pública. Para tanto, o autor considerou *surveys* de opinião pública e dados referentes às despesas anuais. Em outra perspectiva, Otero-Felipe (2011) analisou a congruência ideológica e programática entre o eleitorado e os partidos políticos europeus no que diz respeito à integração europeia. Para este estudo, a autora utilizou dados que correspondentes às eleições do Parlamento Europeu nos anos de 1989, 1994 e 1999, e a opinião pública frente à integração, proveniente do Eurobarômetro, entre os anos 1973 a 2004. Importa esclarecer que os estudos sobre congruência política não se limitam aos mencionados, posteriormente retornaremos a esta discussão.

Contextualizada a extensão do debate sobre representação, assim como as diferentes questões que tangenciam esse campo, cabe apresentar o objeto de estudo desta pesquisa, qual

seja, a congruência entre subgrupos da população e o posicionamento dos legisladores brasileiros. Em vista disso, buscou-se responder à pergunta: Em que medida as características socioeconômicas e sociodemográficas dos indivíduos influenciam o alinhamento das preferências políticas entre representantes e diferentes grupos da população?

Nosso argumento central respalda-se em Verba, Schlozman e Brady (1995), que demonstram que os recursos e as habilidades necessárias para a participação política efetiva não são distribuídos de maneira uniforme entre os diferentes grupos do eleitorado. Acredita-se, destarte, que estas disparidades podem constranger a representatividade, a responsividade e a qualidade dos sistemas democráticos.

Apesar da relevância do objeto, são poucas as pesquisas sobre congruência no Brasil (GONZÁLEZ, 2013; SILVA, 2018; BOAS; SMITH, 2019) e nenhuma explora diferentes subgrupos do eleitorado. Dito isso, temos como objetivo examinar se a congruência política entre as preferências dos parlamentares e do eleitorado é sensível às características sociodemográficas dos eleitores. Em particular, são considerados segmentos definidos por escolaridade, renda, raça, sexo e idade.

Tem-se como hipótese geral que a congruência entre preferências do eleitorado e dos parlamentares seja sensível às características socioeconômicas e sociodemográficas dos eleitores. As hipóteses específicas, referentes a esses condicionantes, são baseadas na distribuição desigual de recursos. Assim, espera-se que: i) os cidadãos mais escolarizados e os ricos sejam sobre-representados e suas preferências mais congruentes com as dos parlamentares; ii) os negros desfrutem de menor congruência, em função da concentração de recursos e oportunidades de desenvolvimento de habilidades entre brancos; iii) a idade seja um preditor significativo da congruência, a qual espera-se ser menor entre os mais jovens e os mais idosos, grupos que dispõem de menos recursos para expressarem suas preferências; e iv) a hipótese sobre gênero¹ é que o posicionamento dos parlamentares seja mais próximo ao de homens que ao de mulheres, em função da desigualdade de recursos, especialmente de tempo e dinheiro, entre esses grupos.

No modelo empírico, a variável dependente é a *Earth Mover's Distance* (EMD), uma medida recentemente proposta para se apurar congruência e considerada superior às alternativas (LUPU, SELIOS, WARNER, 2017). Foram calculadas mais de 450 EMDs, cada uma correspondente a uma combinação de *issue* (11 no total), *survey* (Projeto “Elite Parlamentar

¹ Os termos “sexo” e “gênero” são utilizados como sinônimos ao longo deste trabalho.

Latinoamericana – PELA e Lapop ou LatinoBarómetro), ano (2001-2017), e 19 segmentos do eleitorado.

Em geral, os resultados das regressões multivariadas são consistentes com a expectativa. A congruência tende a ser mais elevada nos segmentos de maior escolaridade e renda, e menor entre eleitores com mais de 60 anos. A EMD mostra maior congruência para homens e pessoas brancas; todavia, estimativas para as dimensões sexo e cor/ raça não retornaram coeficientes estatisticamente significantes.

O texto adiante especifica o percurso trilhado nesta pesquisa, e está organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo versa sobre o debate teórico-normativo referente à representação das preferências e interesses dos cidadãos, assim como à relação destes com aqueles que foram eleitos (PITKIN, 1965). Dada a extensão e desdobramento dos estudos sobre o processo representativo, dividimos este capítulo em quatro seções. A primeira contempla um conjunto de trabalhos (e.g., PRZEWORSKI, 1998; POWELL, 2004) que tanto analisaram as diferentes etapas da representação, quanto problematizaram a responsividade dos representantes e o processo de *accountability*.

Na segunda seção do Capítulo 1 nos debruçamos sobre o Modelo do Voluntarismo Cívico, elaborado por Verba, Schlozman e Brady (1995), o qual subsidiará as hipóteses sobre congruência e a análise aqui empreendida. Este modelo evidencia que a carência de recursos como renda, escolaridade, habilidades cívicas, dentre outros, tende a afetar de forma negativa alguns grupos da população, tais como os menos escolarizados e os pobres. O capítulo se encerra com uma exploração dos diferentes estudos sobre o tema desigualdade e congruência entre as preferências dos representantes e representados, internacionalmente (terceira seção) e na América Latina em particular – na quarta seção, com ênfase em González (2013) e Boas e Smith (2019).

No segundo capítulo, apresentamos as principais abordagens teóricas e analíticas sobre a congruência política entre representantes e representados. No decorrer do Capítulo 2, fica patente que a literatura apresenta: i) diferentes elementos que condicionam a congruência (e.g., PAGE; SHAPIRO, 1983; OTERO-FELIPE, 2011; OTERO-FELIPE; MATEOS DÍAZ; RIVAS PÉREZ, 2014); ii) diversas formas de medi-la (e.g., CARREIRÃO, 2014; OTERO-FELIPE, 2014), e iii) divergências em relação aos dados utilizados na apuração de congruência (e.g. ACHEN, 1978).

O Capítulo 2 divide-se em três seções. Na primeira, mapeamos os estudos que têm como proposta analisar a congruência ideológica entre o posicionamento do eleitorado e dos parlamentares no que diz respeito a determinados *issues* (e.g., DALTON; FARELL; MCALLISTER, 2011, WIESEHOMEIER; DOYLE, 2014, LUNA; ZECHMEISTER, 2005; OTERO-FELIPE, 2011). Na segunda, exploramos os trabalhos que analisaram a congruência entre os representantes e os eleitores no que concerne às políticas públicas efetivamente aprovadas no processo decisório ou a produção legislativa (e.g., WLEZIEN; SOROKA, 2007, PAGE; SHAPIRO, 1983; 1992, STIMSON; MACKUEN; ERIKSON, 1995). Na terceira seção, discorreremos sobre a medição escolhida para examinar a congruência entre as preferências dos parlamentares e diferentes segmentos do eleitorado, a EMD. Basicamente, esta medida afere a diferença entre duas distribuições diferentes – especificamente, a distância entre as predileções dos parlamentares e dos eleitores brasileiros quanto a um dado *issue*. Menores valores significam menores distâncias entre as distribuições e, conseqüentemente, maiores níveis de congruência (LUPU; SELIOS; WARNER, 2017).

O terceiro capítulo descreve o modelo empírico, a amostra e a análise multivariada da EMD. Para explicar como foi estimada a EMD, estruturamos o mencionado capítulo em cinco seções. Na primeira seção, nos propomos apresentar a variável dependente (EMD) e descrever o processo e os critérios utilizados na seleção dos casos analisados. Na segunda seção, tratamos dos preditores considerados importantes para a congruência, a saber: as variáveis explicativas, que são os agrupamentos do eleitorado de acordo com características socioeconômicas e sociodemográficas, e os controles. Essas variáveis compreendem os *issues* – relacionados a costumes, meio ambiente, e ao papel do Estado em diferentes áreas; marcadores para os surveys de opinião pública (Lapop, LatinoBarómetro) e o ano de referência do survey de elite (PELA). Na terceira seção, descrevemos a amostra e analisamos descritivamente a EMD. A quarta seção refere-se ao teste das hipóteses sobre os diferentes estratos do eleitorado, realizado via análise de regressão multivariada da EMD. Na quinta e última seção, relatamos os coeficientes estimados para os controles inseridos na estimação da congruência.

Em comparação com estudos anteriores que consideraram congruência em relação à opinião sobre *issues* (e.g., LUNA; ZECHMEISTER, 2005; OTERO-FELIPE, 2011), a presente tese inova em três aspectos. O primeiro diz respeito à caracterização de diversos subgrupos do eleitorado, o que não é comum em se tratando de estudos de representação coletiva. Por exemplo, González (2013) considera pobres e não pobres, e Boas e Smith (2019) atêm-se à clivagem religiosa (dedicando grande parte de seu esforço à representação diádica). O segundo

refere-se ao controle explícito dos *issues*, os quais figuram no modelo de regressão como variáveis de controle. Dessa forma, é possível isolar o efeito do pertencimento de grupo do efeito do próprio *issue* na congruência; isso permite que temas diversos e mais ou menos polêmicos possam ser considerados em conjunto na análise, sem que a controvérsia inerente ao tema imponha viés aos resultados estimados². Finalmente, a utilização de uma medida de congruência recentemente desenvolvida (EMD) caracteriza o terceiro pilar de inovação. É de nosso conhecimento apenas outro estudo que aplica a EMD a uma variedade de *issues* no contexto brasileiro, (Silva, 2018); no entanto, esse trabalho toma a EMD como medida adimensional, sem cotejá-la com a escala do item (pergunta) de *survey* considerado. Ao se apresentar a EMD como percentual da escala do *issue*, essa medida de congruência pode ser contrastada com EMDs derivadas de *issues* de diferentes escalas. Ainda, nossa solução avança ao imprimir semântica às estimativas de congruência calculadas, as quais podem ser diretamente interpretadas como a distância entre as distribuições de preferências de eleitores e representantes, em percentual da escala de respostas possíveis do respectivo *issue*.

O Capítulo 4 contempla a contextualização e a discussão dos resultados desta pesquisa, a qual baliza-se nos postulados de Verba, Schlozman e Brady (1995). Em consonância com as nossas hipóteses e com a literatura (JACOBS; PAGE 2005; BARTELS, 2008; BARABAS; WACHTEL, 2009; GONZÁLEZ, 2013; SILVA, 2018), observou-se que a congruência tende a ser mais elevada quando os cidadãos têm níveis mais altos de escolaridade e renda familiar superior. Eleitores com mais de 60 anos parecem ser menos representados pela opinião da elite em comparação com as demais faixas etárias, como previsto. No que tange às estimativas para as dimensões sexo e cor/ raça não obtivemos coeficientes estatisticamente diferentes de zero, achado que tanto destoa de nossas expectativas iniciais quanto dos estudos de Boas e Smith (2019) e Silva (2018).

Nas considerações finais, resgata-se o argumento central da presente pesquisa, assim como as principais questões que integram o enquadramento teórico de que parte este trabalho, como pano de fundo para nossos resultados. Também buscamos apresentar algumas limitações no que tange aos modelos teóricos e analíticos adotados. Por fim, sinalizamos possíveis agendas de pesquisa sobre a congruência política e a compreensão do processo de representação política. Propostas que dialogam, em maior ou menor medida, com as sugeridas por outros autores

² Boas e Smith estimam efeitos fixos de *survey*, quando um mesmo *survey* foi observado em diferentes ondas; Silva (2018) estima regressões separadas para conjuntos de *issues* correlatos. Tais estudos, portanto, não controlam, num mesmo modelo, pelos diferentes *issues* analisados.

(CARREIRÃO, 2013, 2014, 2015; GONZÁLEZ, 2013; BOAS; SMITH, 2019), recomendando a realização de pesquisas comparadas que conjuguem a análise do comportamento político com o papel das instituições nos processos representativos.

1. REPRESENTAÇÃO, DESIGUALDADE E CONGRUÊNCIA: O PAPEL DOS RECURSOS NA VOCALIZAÇÃO DAS DEMANDAS

A proposta deste capítulo coaduna-se, inicialmente, no aparato teórico-conceitual referente a representação, responsividade e *accountability*. Com respaldo nos estudos de Pitkin (1965), Przeworski (1998), Powell (2004), Manin, Przeworski e Stokes (2006) argumentamos sobre a relação entre eleitores e representantes, assim como as diferentes etapas do processo de representação, tal como, a conversão dos interesses dos cidadãos em políticas públicas e leis. A partir desta literatura delineamos o debate referente aos objetos de estudo da presente pesquisa, a desigualdade política e a congruência. Este capítulo também cumpre o papel de apresentar o Modelo do Voluntarismo Cívico, elaborado por Verba, Schlozman e Brady (1995). Este modelo é tanto o eixo central do argumento que será aqui desenvolvido quanto das hipóteses que serão formuladas e testadas nas páginas seguintes.

O capítulo, então, divide-se em quatro seções. A primeira seção versa sobre o arcabouço referente a representação, assim como, duas questões que tangenciam esse debate, a saber, responsividade e *accountability*. A segunda contempla tanto o modelo teórico-analítico escolhido para subsidiar o presente trabalho quanto as hipóteses sobre congruência, as quais partem do pressuposto que a congruência entre preferências do eleitorado e dos parlamentares é sensível às características socioeconômicas e sociodemográficas dos eleitores. A terceira seção dedica-se a relatar o histórico de desenvolvimento de estudos sobre congruência, salientando a variedade de conceitos e operacionalizações já experimentados pela literatura internacional. Por fim, na quarta seção são considerados diferentes estudos sobre o tema *desigualdade* de influência de grupos e congruência na América Latina.

1.1 Representação, responsividade e *accountability*

A representação é uma situação na qual as políticas adotadas pelos representantes eleitos pelos cidadãos são correspondentes às plataformas eleitorais e essas políticas são as desejadas pelos eleitores (PITKIN, 1965; PRZEWORSKI, 1998). Esse processo efetiva-se, segundo Przeworski (1998), em três circunstâncias: i) quando os objetivos e interesses dos políticos e dos eleitores coincidem; ii) quando os políticos, ávidos por se reelegerem, “agem no interesse

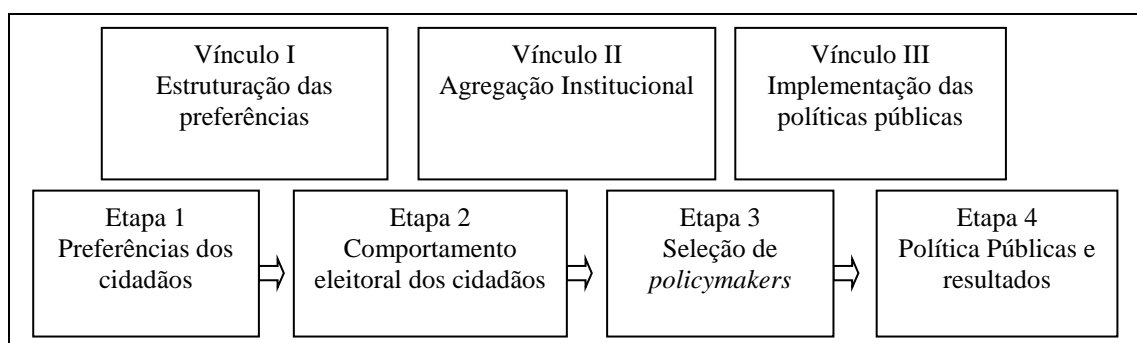
dos representados, de uma maneira responsiva a eles” (PITKIN, 1965, p. 209); e iii) quando os políticos estão preocupados com a credibilidade de suas futuras promessas.

Entretanto, Przeworski (1998), Manin, Przeworski e Stokes (2006) notam que, uma vez eleitos, os representantes podem encontrar incentivos para desviarem-se do que foi proposto durante a campanha eleitoral, em favor de interesses próprios ou de outros interesses públicos que diferem daqueles dos cidadãos, deixando assim de representar seu eleitorado. Caso os políticos procedam dessa maneira, o controle exercido pelos eleitores será limitado, na medida em que os mesmos não têm acesso às informações sobre os interesses dos políticos, e tampouco podem determinar se a concretização destas seria a opção preferível em determinadas circunstâncias (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006, p. 107).

Nesse contexto, Sartori (1999) observa que o processo de representação é marcado por certa imprecisão, haja vista que, em determinadas conjunturas, as condições pelas quais os políticos foram eleitos podem mudar, e assim a implantação do mandato deixa de ser a melhor opção para os eleitores. Para o autor, um governo que cede exclusivamente às demandas dos eleitores, ou nas palavras de Pitkin (1965), que maximiza a receptividade, converte-se em um governo irresponsável, isto é, destituído de responsividade.

Para Powell (2003), a responsividade é definida por processo dinâmico, caracterizado por uma cadeia causal que contempla as diferentes etapas da representação, envolvendo o reconhecimento das preferências dos cidadãos por meio do voto, a legitimidade do resultado das eleições, a formulação de políticas públicas e a prestação de contas por parte dos representantes. Esse modelo é ilustrado na Figura 1.1.

Figura 1.1 – Responsividade: etapas e vínculos



Fonte: Powell (2004). Tradução própria.

A concepção de responsividade parece limitar-se aos resultados oferecidos pelo sistema democrático, sendo esses os pretendidos por seus cidadãos. Contudo, tal conceito tangencia

outras questões: como os eleitores discernirão se os governantes estão agindo em prol de seus interesses, se os eleitores não conhecem o que precisariam saber para avaliar os governos (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006)? Qual a capacidade de resposta das instituições democráticas (POWELL, 2003)?

Dada a assimetria informacional, “os eleitores não sabem tudo que precisariam saber, tanto para decidir prospectivamente o que os políticos deveriam fazer, quanto para julgar retrospectivamente se eles fizeram o que deveriam ter feito” (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006, p. 106). Dito isso, a avaliação dos mesmos concentra-se nas eleições, período em que os representantes são controláveis mediante accountability eleitoral. Segundo Smulovitz e Perruzzotti (2000a) as eleições são as instituições centrais para concretizar o controle vertical. Por meio do voto os eleitores avaliam a responsividade de seus representantes no que tange aos resultados ofertados, tais como a formulação de políticas públicas, e, por conseguinte, recompensam-no por meio da reeleição ou punem-no por meio da escolha de outros candidatos ou partidos (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 1999).

Ainda sobre o voto, O’Donnell (2004) tece as seguintes considerações:

Los gobiernos toman miles de decisiones que afectan el bienestar individual; los ciudadanos(as) tienen sólo un instrumento para controlar estas decisiones: el voto. No es posible controlar mil objetivos con un solo instrumento. Es, precisamente, la intuición y la experiencia de las deficiencias de la accountability electoral lo que ha invitado en todos los países más o menos democratizados a la adición de otros tipos de accountability, vertical y horizontal (p. 24).

Essa limitação da accountability vertical eleitoral (O’DONNELL, 2004) justifica-se também pela falta de controle por parte dos cidadãos no que tange à orientação do seu voto, já que, dada a descentralização das ações dos governantes e partidos, não há como determinar se certos resultados tenderiam em um sentido prospectivo ou retrospectivo (SMULOVITZ; PERRUZZOTTI, 2000). Nesse escopo, Powell (2003) explana que a variação no desenho institucional e as regras de eleição majoritária ou proporcional influenciam o potencial de responsabilização eleitoral, uma vez que o princípio majoritário pressupõe a concentração de poder em poucos agentes. Isso facilita tanto o controle por parte dos cidadãos, quanto a clareza de responsabilidades no que se refere às decisões tomadas pelos governantes. Vale dizer que esse debate será resgatado na seção seguinte.

Diante da complexa relação existente entre a representação e o processo de responsividade, Powell (2003) afirma que a capacidade de resposta dos representantes é um elemento importante para a qualidade democrática. Nas palavras de Manin, Przeworski e Stokes (2006), faz-se necessário reformar e inovar o aparato institucional para que haja “instituições

eleitorais que aumentem a transparência da responsabilidade e facilitem para os cidadãos recompensar ou punir os responsáveis.” (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006, p. 134)

Tendo em vista a literatura exposta, cabe delinear o debate referente ao objeto de pesquisa desta tese, a congruência política. Isto posto, a próxima seção objetiva contextualizar os estudos sobre congruência no âmbito da representação assim como dissertar sobre o conceito e explorar as possíveis formas de medição.

1.2 Voluntarismo cívico: desigualdade, participação e hipóteses sobre congruência

Após examinar a literatura sobre representação política (PITKIN, 1965; MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006) cabe evidenciar que, apesar do debate normativo e analítico referente a esse tema apresentar-se de forma consolidada, em maior ou menor medida, a literatura tem sublinhado a inexistência de pesquisas que analisam a desigualdade de influência entre os representados, em função da posse de determinados atributos. O objetivo das páginas seguintes é, portanto, preencher esse hiato. Para isso, partiremos do debate iniciado por Verba, Schlozman e Brady (1995), os quais demonstraram que os recursos e as habilidades cívicas necessárias para uma participação efetiva não são distribuídos de forma igualitária na população, o que implica na sub ou sobre representação de diferentes grupos.

O Modelo do Voluntarismo Cívico, elaborado pelos citados autores, será o eixo central do argumento que aqui será desenvolvido. A escolha desse deve-se em parte à possibilidade de compreender os condicionantes da ação política, assim como, os seus efeitos sobre a representação política de diferentes segmentos da população. A questão chave aqui é que a capacidade de os cidadãos participarem e se fazerem representados reflete nos níveis de congruência entre preferências de parlamentares e de cidadãos de distintos perfis. O restante desta seção concentra-se no estudo de Verba, Schlozman e Brady (1995) e busca articular o debate teórico com a proposta deste trabalho, que é analisar o grau de congruência entre posições de subgrupos da população brasileira e os membros da câmara de deputados.

Em sistemas democráticos é através da participação que os cidadãos vocalizam seus interesses, preferências e controlam as ações dos representantes pressionando-os para que os mesmos possam respondê-los (DAHL, 1997; 1989). Portanto, as vozes dos cidadãos precisam ecoar de forma intensa, precisa e inteligível para que os representantes as tenham como prioridades e, em sequência, se tornem, igualmente, responsivos as mesmas. Na perspectiva de

Verba, Schlozman e Brady (1995), nem todos os cidadãos são capazes de externalizar seus interesses e atuarem em prol dos mesmos, pois para que isso ocorra é necessário ter posse de recursos e habilidades cívicas.

A posse de ativos cívicos, tais como, motivação e capacidade para se envolver na vida política, torna alguns cidadãos mais bem colocados do que outros para aproveitar as oportunidades de participar de atividades que influenciam a ação governamental, seja diretamente, afetando a tomada ou implementação de políticas públicas, ou indiretamente, influenciando na seleção de pessoas que formularão essas políticas (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995). Conquanto esses ativos são distribuídos desproporcionalmente entre os segmentos da população, conseqüentemente, as disparidades no processo participativo não acontecem apenas porque algumas pessoas têm inclinação para agir e outras não, mas também derivam da privação ou acesso a diferentes recursos facilitadores do ativismo.

Para Liphart (1997), Yong (2006) e González (2013) a desigualdade na participação e, sobretudo, na representatividade dos diferentes grupos é sistemática, estrutural e, em alguma medida, proveniente das desigualdades socioeconômicas. Verba, Schlozman e Brady (1995), no entanto, relativizam esse argumento afirmando que os recursos que os indivíduos trazem à política para expressarem suas preferências e interesses também estão associados com seu processo de socialização e com as instituições políticas, sociais e religiosas. Portanto, segundo os autores, o envolvimento com essas instituições pode, em alguns casos, atenuar a desigualdade pois ao participar de trabalhos comunitários, programas educacionais, caridade e atividades sociais, os indivíduos se inseririam em redes de recrutamentos, passariam a se importar com temas de cunho político e de interesse coletivo e desenvolveriam suas habilidades de comunicação e organização.

Segundo Verba, Schlozman e Brady (1995), entre os recursos que fomentam o voluntarismo cívico, destacam-se o tempo, a renda e a escolaridade. Os autores enfatizam que a escolaridade, além de ser um poderoso determinante da condição socioeconômica, também favorece a inserção do indivíduo em ambientes que promovem o desenvolvimento das habilidades cívicas, pois como recurso político. Assim, o alto grau de escolaridade, segundo Verba, Schlozman e Brady (1995), aumenta a probabilidade de o indivíduo assumir cargos profissionais e participar de atividades associativas que incrementam habilidades de comunicação e de organização e se constituem como espaços de recrutamento para a participação política.

Em vista do que foi exposto, a seguir discorre-se sobre o efeito de determinados atributos, como por exemplo, características socioeconômicas e sociodemográficas, nos níveis de participação política de diferentes grupos da população. Parte-se da premissa que a distribuição desigual de recursos e de habilidade cívicas entre estratos da população refletem no processo de participação, representação, e, sobretudo, no nível de congruência entre as predileções dos parlamentares e as preferências dos eleitores. Isso ocorre porque, como dito anteriormente, os políticos tendem a ser mais responsivos àqueles que comunicam suas preferências, se interessam por política e são engajados (ADAMS, EZROW; 2009; CORRAL GONZÁLEZ; 2013).

Dahl (1997; 1989) e Verba, Schlozman e Brady (1995) explicitam que a igualdade política entre os indivíduos é o princípio básico do processo de participação e é aplicado quando o governo, no momento de tomar decisões, confere pesos iguais aos interesses dos cidadãos. Todavia, os cidadãos se distribuem desproporcionalmente entre subgrupos caracterizados por níveis distintos de escolaridade e renda, assim como se distinguem em termos de raça, sexo e idade e situação ocupacional. A distribuição desses grupos, portanto, tem implicações na representatividade dos sistemas participativos, pois as características socioeconômicas e demográficas dos cidadãos podem mitigar ou potencializar a capacidade de os mesmos se fazerem representados (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995; GONZÁLES, 2013).

Isto posto, ressalta-se o papel que os fatores de nível individual desempenham na dinâmica da participação política (NORRIS, 2003) e, sobretudo, no processo de representação dos grupos sociais (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995). A partir dessa perspectiva, evidencia-se a seguir a importância de analisar diferentes atributos do eleitorado como preditores da participação. Tal argumento também balizará, à frente, a análise sobre o efeito das desigualdades políticas no nível de congruência entre preferências da elite parlamentar e de cidadãos de diferentes perfis.

1.2.1 Escolaridade e renda

Uma das questões analisadas por Verba, Schlozman e Brady (1995) em “Voice and Equality”, foi o efeito das características socioeconômica nos níveis de participação dos cidadãos e na promoção de atividades políticas. Para os autores, os recursos participativos estão, relativamente, associados aos atributos socioeconômicos, tais como, renda, escolaridade e cargos que os indivíduos ocupam. A escolaridade, portanto, destaca-se dos demais recursos.

Isso deve-se, em parte, ao fato de a educação tanto promover a participação política quanto potencializar outros atributos participativos, tais como a motivação individual, o interesse sobre temas correlatos à política e a capacidade de expressar suas preferências.

Verba, Schlozman e Brady (1995) argumentam que a educação é o melhor preditor de atividade política. O cidadão educado não é apenas mais ativo, mas é em geral mais favorável às regras da democracia e mais tolerante às vozes impopulares (VERBA, 2001). Verba (2001) observa que indivíduos com ensino superior são mais politicamente engajados. Por exemplo, os indivíduos graduados são quatro vezes mais propensos a terem contato com funcionários do governo (uma boa maneira de expressar a voz política) do que aqueles que possuem o ensino médio apenas.

O efeito cumulativo da educação expressa, em alguma medida, a desigualdade participativa, pois aqueles que nascem em famílias onde os pais possuem baixos níveis de escolaridade apresentarão limitações que perdurarão pela vida adulta, tais como as oportunidades de inserção no mercado de trabalho e a disponibilidade de acesso aos espaços de recrutamento político. Da mesma forma, as instituições não políticas que se constituem como espaços de desenvolvimento de habilidades cívicas e recebimento de convites para participar de atividades políticas, são mais abertas, em geral, aos cidadãos mais escolarizados (VERBA, 2001).

A extensão da igualdade política é também dependente da igualdade em outros domínios, como a renda (GONZÁLEZ, 2013). Verba, Schlozman e Brady (1995) reportam uma lacuna na participação entre os grupos que possuem altos níveis de renda em relação aos indivíduos desfavorecidos que dependem de programas governamentais. Pessoas com menor renda familiar estão menos bem representadas entre aquelas que têm um papel mais ativo nas campanhas políticas – seja trabalhando para elas ou as financiando. Essa disparidade tocante a campanhas é maior do que para outros modos de atividade, como a votação, que se fundamenta na lógica de uma pessoa, um voto.

O padrão de sub-representação também é percebido quando os autores analisaram os pobres e classe a média americana. A desigualdade associada com as contribuições monetárias para as campanhas afeta os pobres mais fortemente. Da mesma forma, a maioria dos cidadãos de classe média é sub-representada quando comparados com aqueles que têm mais dinheiro. Para Verba, Schlozman e Brady (1995), as campanhas políticas e outros aspectos da vida política tornaram-se cada vez mais profissionalizados e dependentes das contribuições financeiras dos cidadãos, o que resultou na estratificação da vida política.

O tempo foi outro recurso considerado no Modelo de Voluntarismo Cívico. As principais características que determinam quanto tempo uma pessoa tem para dedicar-se às causas políticas estão associadas com a renda e educação e as circunstâncias de vida – e.g., tempo dedicado ao trabalho e ao cuidado de familiares (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995).

Para além do exposto, há entre o tempo e o dinheiro uma relevante diferença quando considerada a entrada dos indivíduos no processo político. Os ricos são mais propensos a fazer contribuição para campanhas políticas, em detrimento de doar o seu tempo. Já aqueles grupos de menor renda familiar trabalham em campanhas políticas doando tempo e “suor”. Ainda assim, ressalta-se que não é possível nivelar a influência dos pobres e dos ricos no processo político, assim como o efeito do tempo e do dinheiro na participação política.

Tal como Verba, Schlozman e Brady (1995), diferentes estudos (JACOBS; PAGE, 2005; BARTELS, 2008; BARABAS; WACHTEL, 2009; GONZÁLEZ, 2013; LUPU; WARNER, 2019) ratificaram a tese de que segmentos da população, principalmente os mais escolarizados e os ricos, são mais bem representados do que outros. Em um estudo cobrindo 52 países em 33 anos, Lupu e Warner (2019) detectaram que, em todo o mundo, as preferências dos legisladores são consistentemente mais congruentes com os dos cidadãos afluentes. No entanto, essa desigualdade varia de acordo com a natureza do *issue*: enquanto os ricos estão melhor representados em questões econômicas, os pobres parecem estar sobre-representados em questões culturais.

É importante ressaltar que o argumento central desses estudos se baseia no pressuposto de que à ausência de recursos tendem enfraquecer a capacidade dos cidadãos de se informarem, compreenderem a política, expressarem suas preferências e controlarem seus representantes. Os achados de González (2013) e Silva (2018) evidenciam esse fenômeno, ao mostrar que, em média, classes mais altas apresentam opiniões mais próximas das dos representantes, na América Latina e no Brasil, respectivamente.

Diante do exposto, espera-se que a mesma situação ocorra quando analisarmos a congruência política no Brasil. Tem-se como hipótese que a congruência entre preferências do eleitorado e dos parlamentares seja sensível às características socioeconômicas dos eleitores.

O debate proposto por Verba, Schlozman e Brady (1995) não se limitou a análise das características socioeconômicas dos indivíduos, mas, também variáveis sociodemográficas, tais como raça, etnia, idade e gênero. Os autores argumentam que a posse de recursos políticos e as

habilidades cívicas variam de acordo com a extensão em que os grupos se interessam por política e percebem que seu comportamento e opinião podem influenciá-la. A partir da análise dos atributos individuais dos diferentes segmentos da população Verba, Schlozman e Brady (1995), portanto, examinaram quem participa da política e em que medida as características sociodemográficas podem atenuar as desigualdades políticas ou operar no sentido contrário. (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY; NIE, 1993; VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 2013). À vista disto, nas páginas seguintes, busca-se tanto examinar as características sociodemográficas consideradas pelos autores quanto elaborar um conjunto de proposições em termos de caminhos teórico e empírico para o avanço desta pesquisa.

1.2.2 Gênero

Inseridos no debate sobre participação e sub-representação, Schlozman, Burns e Verba (1994), Schlozman, Burns, Verba e Donahue (1995) e Schlozman, Burns e Verba (1999) analisaram em diferentes perspectivas as desigualdades de gênero no âmbito da participação política. A partir do pressuposto de que homens e mulheres possuem vozes diferentes, os autores argumentaram que na literatura há uma lacuna sobre o engajamento político das mulheres, suas motivações, interesses, preocupações substantivas que as impulsionam a participar, os recursos a que homens e mulheres têm acesso, as agendas propostas e, não menos importantes, as atividades exercidas pelos mesmos.

A diferença entre homens e mulheres no contexto da participação é explicada por Schlozman, Burns e Verba (1999) a partir dos processos de socialização e dos papéis exercidos pelas mulheres na vida adulta. Os autores pressupõem que as mulheres, em geral, são mais propensas a estar em casa em tempo integral ou parcial cuidando de tarefas domésticas e das crianças. Aquelas que permanecem em casa têm menos oportunidades de participar da política, uma vez que as mesmas têm menos chances de se envolverem em discussões políticas informais, cultivarem o interesse pela política ou participarem de redes de comunicação através das quais os pedidos para participar de alguma atividade ocorrem.

Ao analisar como os processos sociais operam através dos sexos, Schlozman, Burns e Verba (1999) observaram o efeito indireto do papel do estado civil e da família no comportamento e na propensão das mulheres a participarem da política, assim como o impacto nas decisões sobre se, e quanto, trabalhar. Essa relação é explicada pelos autores a partir do Modelo de Voluntarismo Cívico (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995), o qual, como já observado, busca compreender por que alguns indivíduos participam mais do que outros. Para

Schlozman, Burns e Verba (1999), as habilidades cívicas, o dinheiro e o tempo, alguns dos elementos contemplados pelo mencionado modelo, são recursos que estão, em alguma medida, condicionados a fatores institucionais.

Alguns dos recursos que impulsionam o indivíduo à participação, tais como a renda e as habilidades cívicas acumulam-se distintamente entre as mulheres que trabalham em tempo integral, em oposição às mulheres que trabalham em tempo parcial. Schlozman, Burns e Verba (1999) ressaltam, no entanto, que mulheres são duplamente desfavorecidas quando comparadas com os homens, isto é, possuem cargos e salários inferiores.

Schlozman, Burns e Verba (1999) lembram que o tempo é o único fator participativo consumido pelo trabalho, assim, opera exatamente da maneira oposta, fazendo com que as mulheres tenham mais disponibilidade em participar da política do que os homens, *ceteris paribus*. Surpreendentemente, foi observado pelos autores que as experiências de trabalho não parecem melhorar o engajamento político, tampouco as motivações para que homens e mulheres participem de atividades política. Todavia, a experiência no local de trabalho pode aumentar a motivação política das mulheres na medida que as mesmas, percebendo como estão expostas à discriminação, adquiram consciência de gênero.

Schlozman, Burns e Verba (1999) consideraram o processo de socialização como um dos fatores que explicariam a desigualdade de gênero. Os autores argumentam que a lacuna de gênero na participação política ocorre porque as mulheres têm menos interesse político, são menos informadas e são politicamente menos eficazes quando comparadas aos homens. A partir da análise desses elementos e das diferenças de gênero em relação à posse de recursos nos Estados Unidos, os autores buscaram compreender as causas e as consequências dessas discrepâncias em vários aspectos do engajamento político entre homens e mulheres.

Os níveis de informação política foram mensurados a partir de dez perguntas. Desses dez itens, os homens são mais propensos a responder corretamente nove questões. As mulheres só demonstram mais conhecimento quando a temática em pauta se refere à política local, como, por exemplo, nome do diretor da escola e o responsável pelas instituições religiosas.

Quanto à exposição a conteúdos políticos, Schlozman, Burns e Verba (1999) elucidam que não há lacuna de gênero em termos de assistir a notícias na televisão ou buscar informações sobre assuntos locais. No entanto, os homens são um pouco mais propensos a ler o jornal diariamente e a se informar sobre política nacional. No que tange à eficácia política externa, isto é, quanto os indivíduos se sentem representados, a disparidade de gênero também é relativamente pequena, sendo os homens mais eficazes. Conforme os autores, o fato de as diferenças encontradas serem poucos significativas sugere que a lacuna de gênero no

engajamento político é explicada por outros fatores, tais como os recursos que facilitam a participação (e.g., escolaridade, ocupação, capacidade cognitiva, habilidade cívica, tempo e renda). Esses recursos derivam das experiências que os indivíduos têm em casa e na escola, bem como no cargo que ocupam na empresa, na participação em associações voluntárias e igrejas.

Schlozman, Burns e Verba (1999) também examinaram em que medida as disparidades na participação política podem ser explicadas pelo acesso aos recursos (dinheiro, tempo e habilidades cívicas), assim como pela maneira com que os mesmos são utilizados pelos homens e mulheres. Os autores observaram que a diferença no modo com que homens e mulheres participam deve-se em partes ao estado civil e à renda. A título de ilustração, a renda média de homens e mulheres casados é superior à daqueles que afirmaram serem solteiros, divorciados, separados ou viúvos. Para além do rendimento familiar, as diferenças de gênero são encontradas em relação à contribuição para campanhas eleitorais e causas políticas, sendo os homens mais propensos a participarem dessas formas. Já as mulheres tendem doar dinheiro e tempo para atividades relacionadas às atividades de caridade.

A maioria das formas de envolvimento político, como trabalhar em uma campanha e participar de uma atividade comunitária ou de protesto, exige que os indivíduos doem algum tempo. O tempo livre varia, não por sexo, mas de acordo com circunstâncias de vida, como trabalhar em tempo integral ou ter filhos pré-escolares em casa. No entanto, estas circunstâncias de vida não afetam, em média, o tempo disponível para homens e mulheres da mesma forma. Homens são mais propensos a trabalhar mais horas do que as mulheres, mesmo quando comparados com as mulheres que trabalham o dia todo. Em contrapartida, as mulheres são, desproporcionalmente, mais responsáveis por cuidar dos filhos do que os homens, mesmo quando ambos estão empregados em tempo integral. Para Schlozman, Burns e Verba (1994), a igualdade de gênero em relação ao tempo livre mascara diferenças substanciais entre os subgrupos: mulheres que têm empregos em tempo integral e crianças pré-escolares em casa terão menos horas livres para participar da política.

Outro recurso apresentado pelos autores são as habilidades cívicas, compreendidas por Verba, Schlozman e Brady (1995), como habilidades comunicacionais e organizacionais. Essas habilidades, como já mencionado, são adquiridas ao longo do ciclo de vida, começando em casa, passando pela escola, organizações não-políticas, locais de trabalho, dentre outras instituições. Schlozman, Burns, Verba (1994) afirmam que esse processo é cumulativo. A educação não só produz tais habilidades, mas também aumenta a probabilidade de que um adulto ocupe cargos gerenciais que ofereçam oportunidades para que os mesmos aperfeiçoem e

exercem suas habilidades cívicas. A vantagem masculina em relação às mulheres no que se refere às habilidades cívicas pode ser explicada, em certa medida, pela diferença nos níveis de escolaridade, uma vez que os homens norte-americanos, na época do estudo, tinham maior probabilidade de ter pós-graduação e diplomas de outros cursos.

Ao comparar o ativismo político entre homens e mulheres, Schlozman, Burns, Verba e Donahue (1995) observaram que a maneira com que homens e mulheres participam difere, tanto no que se refere às instituições em que os mesmos estão inseridos, quanto no tocante às preferências políticas, atitudes, comportamentos e, sobretudo, no que concerne às preocupações e questões deliberadas. Os autores argumentam que as mulheres são mais propensas a se engajarem em atividades informais e em organizações de nível local e de base. Embora exista paridade de gênero em relação à participação em manifestações, marchas ou protestos, a participação em campanhas eleitorais ou atividades comunitárias (assento em conselho de administração local, afiliação a organizações políticas e comitês partidários) é maior entre os homens.

As diferenças na participação também foram observadas quando os atores consideraram as instituições religiosas e organizações sem fins lucrativos. Nesse caso, as mulheres são mais propensas do que os homens a frequentar regularmente a igreja, dedicar-se às questões sociais e à caridade, assim como a doar dinheiro para tais causas. Schlozman, Burns, Verba e Donahue (1995) evidenciam que o envolvimento com organização não-política não só reforça as competências relevantes para a política, mas também aumenta o senso de eficácia política.

As questões que motivam homens e mulheres também são fatores de suma relevância para compreender o modo com que homens e mulheres participam. As mulheres apresentam maior probabilidade de debater temas referentes à família, proteção dos direitos humanos, cumprimento das necessidades humanas básicas, educação e aborto. Já os homens são motivados a participar quando as questões dizem respeito a impostos, desenvolvimento econômico, segurança pública, meio ambiente e política externa (SCHLOZMAN; BURNS; VERBA; DONAHUE, 1995).

Outra questão contemplada por Schlozman, Burns, Verba e Donahue (1995) diz respeito às gratificações oriundas da participação. Para os autores, as gratificações materiais, as quais referem-se, por exemplo, à possibilidade de conseguir um emprego ou à progressão na carreira e aos incentivos para a adesão a organizações, são mais prováveis de ocorrer para homens. Em contrapartida, as mulheres são mais propensas a amearhar as recompensas cívicas, como satisfazer o dever ou o desejo de contribuir para o bem-estar da comunidade.

Com base nos diferentes argumentos apresentados por Schlozman, Burns e Verba (1994), Schlozman, Burns, Verba e Donahue (1995) e Schlozman, Burns e Verba (1999), pressupõe-se que, ao analisar a congruência entre eleitores e parlamentares no Brasil, possa haver diferenças entre homens e mulheres, mesmo após se controlar pela escolaridade, renda e nível de participação. Essas diferenças poderiam decorrer de uma variedade de fatores potenciais, como eficácia diferencial da participação e distribuição desigual da atenção entre *issues*. Considerando as condições desiguais, em desfavorecimento das mulheres, a) no tempo disponível após contabilizado o trabalho doméstico (MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2010), e b) na renumeração paga pelo mercado de trabalho brasileiro (e.g., GIUBERTI; MENEZES-FILHO, 2005; HAUSSMANN; GOLGHER, 2016), tem-se por hipótese que a congruência será maior entre homens que entre mulheres³.

Importa considerar, aqui, os trabalhos de Boas e Smith (2019) e Silva (2018). Ambos autores incluem o sexo na análise da congruência. Entretanto, eles encontraram resultados diferentes. Boas e Smith (2019), ao analisar a representação descritiva e os níveis de congruência no Brasil, observaram que as mulheres, assim como os negros e pobres, apresentam menos congruência do que os homens com os representantes. Entretanto, contrariando as expectativas, os resultados encontrados por Silva (2018) evidenciaram que as mulheres estão, em média, mais próximas dos legisladores.

1.2.3 Raça

Ao considerar a raça como variável analítica, Verba, Schlozman e Nie (1993), Leighley e Vedlitz (1999) observaram que, no contexto americano, os atributos necessários para participar de atividades políticas não são distribuídos igualmente entre negros, latinos e anglo-americanos.

Verba, Schlozman e Nie (1993) analisaram a relação entre etnia e participação a partir de duas abordagens. A primeira centra-se nas desigualdades políticas que envolvem os grupos raciais ou étnicos no que se refere ao contexto socioambiental e às posições econômicas. Busca-se compreender em que medida os grupos desfavorecidos no que diz respeito à educação ou à renda são também os menos ativos na política. A premissa que subsidia o mencionado argumento é a de que a classe social e a raça ou etnia estão relacionadas.

³ Ainda que uma trajetória de redução no *gender gap* relativo ao tempo dispensado ao trabalho doméstico e à remuneração do trabalho tenha sido observada todos os textos citados, a vantagem dos homens nesses dois quesitos ainda se mantém.

A segunda abordagem concentra-se no próprio grupo, enfatiza tanto as atitudes relacionadas à atividade política. Verba, Schlozman e Nie (1993) arrazoam que a subcultura de determinado grupo pode incentivar ou desencorajar a participação política dos seus integrantes. Em tal contexto, aqueles que têm senso de identidade ou consciência de grupo podem ser mais ativos na política. A análise proposta pelos autores, portanto, considera a educação, fluência em inglês, dinheiro, tempo, envolvimento no trabalho, igrejas e associações não-políticas.

No que se refere à escolaridade, Verba, Schlozman e Nie (1993) argumentam que embora as minorias, especialmente os negros, tenham feito avanços desde a década de 1960, os anglo-americanos tem muito menos probabilidade do que os afro-americanos (e, especialmente, do que os latinos) de saírem da escola antes de terminar o ensino médio, e mais propensos a se graduarem na faculdade. Sobre a proficiência em inglês, em comparação com os afro-americanos e anglo-americanos, os latinos estão em desvantagem, já que não apresentaram o mesmo domínio sobre a mencionada língua à época do estudo. Segundo Verba, Schlozman e Nie (1993), a proficiência em inglês é bastante útil para participação, já que aqueles que falam a língua têm mais acesso a informação política.

O dinheiro e o tempo também foram considerados na análise, contabilizados a partir da renda familiar e do tempo livre após as horas gastas fazendo tarefas domésticas, trabalhando, estudando, indo para a escola e dormindo. Esses recursos distinguem-se uns dos outros em termos da sua distribuição na população e da sua utilidade para a atividade política. As famílias minoritárias (negras e latinas) mostraram rendimentos substancialmente inferiores aos das famílias anglo-americanas. O tempo é recurso distribuído de forma igualitária entre negros e anglo-americanos; os afro-americanos e anglo-americanos dedicam-se às atividades políticas de forma equivalente. Já os latinos relataram ter menos tempo livre, mas a diferença é pouco substancial quando comparada à disparidade na renda.

Os recursos políticos também podem ser adquiridos ao frequentar a igreja, organizações não políticas e o próprio ambiente de trabalho. Isso ocorre de duas maneiras; em primeiro lugar, em um local de trabalho, igreja ou organização voluntária, os indivíduos têm oportunidades para desenvolver habilidades organizacionais e de comunicação. Em segundo lugar, os cidadãos que frequentam tais instituições são mais expostos aos estímulos políticos – por exemplo, o sermão semanal da igreja pode abordar questões políticas. A igreja tem um papel central no que diz respeito ao engajamento político dos negros, uma vez que a mesma é a principal instituição disponível para nutrir a liderança e desenvolver as habilidades cívicas (VERBA; SCHLOZMAN; NIE, 1993). Quando comparados aos latinos e anglo-americanos, os negros

são os que mais participam de atividades religiosas (em congregações protestantes). Já os anglo-americanos são mais propensos a filiar-se a associações não políticas.

Ainda sobre a igreja, Verba, Schlozman e Nie (1993) apontam que a distinção denominacional é pertinente ao exercício de competências cívicas. As igrejas católicas diferem das de denominações protestantes em várias dimensões que parecem ser relevantes para a extensão da participação daqueles que ainda são leigos nos assuntos religiosos. Diferentemente das igrejas católicas, que são organizadas de forma hierárquica, as congregações protestantes tanto permitem a participação de indivíduos leigos em louvores e trabalhos voluntários, quanto possibilitam o desenvolvimento de competências importantes para as atividades políticas.

No que tange às habilidades cívicas adquiridas no ambiente de trabalho, Verba, Schlozman e Nie (1993) argumentam que, embora tenham havido mudanças significativas nas últimas décadas sobre os tipos de empregos disponíveis para as minorias, essas ainda ocupam cargos que não exigem um nível elevado de habilidades e treinamento. Já no que se refere as organizações não-políticas, negros e os latinos apresentam menor probabilidade de se envolverem.

Após analisar as diferenças na atividade política entre os latinos, negros e anglo-americanos, Verba, Schlozman e Nie (1993) argumentaram que a raça e a etnia têm efeito sobre a participação política. No entanto, Bueno e Fialho (2007), Reis, Fialho, Bueno e Candian (2007), ao analisar a existência de possíveis diferenças na propensão à participação política de grupos raciais constaram que, “quando controlada por renda, anos de escolaridade e atividade em associações não-políticas, a relação entre raça e atividade política não se mostra estatisticamente significativa” (REIS; FIALHO; BUENO; CANDIAN, 2007, p.12). No entanto, Reis, Fialho, Bueno e Candian (2007) evidenciaram que, quando incluíram termos interativos nos modelos de regressão, observou-se que grupos raciais distintos são influenciados diferentemente pelas variáveis consideradas por Verba, Schlozman e Nie (1993).

Em face do exposto, tem-se como proposição que a raça tem um efeito sobre a propensão à participação política de diferentes segmentos da população, assim como nos níveis de congruência entre as preferências dos grupos étnicos e raciais e a dos legisladores. Os resultados encontrados por Boas e Smith (2019) e Silva (2018) sustentam essa expectativa ao apontarem que, quando comparados com outros segmentos da população, tais como indivíduos mais afluentes e brancos, as preferências de negros em relação aos assuntos públicos, no Brasil, aparecem mais distantes das dos deputados federais.

Naturalmente, não se espera que o pertencimento a grupos raciais, em si, seja capaz de influenciar a participação política e a congruência, nessa esteira, não seria a cor/raça, mas a distribuição desigual de recursos para participação entre os diferentes grupos raciais a razão para se esperar menor congruência entre preferências de parlamentares e de negros.

1.2.4 Idade

No que se refere à idade, os questionamentos que subsidiam o argumento desenvolvido por Verba, Schlozman e Brady (2013) são os seguintes: como contabilizar as disparidades na atividade política com base na idade? E quais são implicações das disparidades entre as faixas etárias para a representação das opiniões? As respostas às essas questões perpassam por dois desafios. O primeiro, de caráter conceitual, é distinguir fenômenos que se sobrepõem, a saber, efeitos dos ciclos de vida, períodos e coortes ou gerações. O segundo desafio é eminentemente metodológico, pois a análise etária requer um conjunto de dados em painel, contendo um vasto leque de medidas de participação política e os múltiplos fatores que a facilitam.

O ciclo de vida refere-se às mudanças sociais, psicológicas e físicas que ocorrem com os indivíduos em determinada idade ou fase da vida. Ao fazer menção a pesquisadores comportamentais, Verba, Schlozman e Brady (2013) explicam que as experiências vivenciadas na infância e adolescência impactam, de forma duradoura, a vida adulta dos indivíduos em diferentes áreas, dentre elas, a predisposição a engajar-se e participar da política. O ciclo da vida reflete, sobretudo, as diferenças politicamente relevantes entre grupos, ao invés de idiosincrasias de escolhas individuais. A título de exemplo, entre homens negros com baixa qualificação verifica-se altas taxas de encarceramento, o que significa que a passagem em instituições prisionais emergiu como uma etapa no ciclo de vida e, posteriormente, afetará o nível de escolaridade e os padrões de emprego de tal grupo, variáveis fundamentais à participação.

Os períodos referem-se aos fatos que impulsionam ou enfraquecem a atividade política. Os efeitos do período também podem influenciar de forma desproporcional os grupos na sociedade. Por exemplo, a experiência de vivenciar o período em que houve a luta pelos direitos civis, nos Estados Unidos, na década de 1960, poderia ter tido um efeito mais pronunciado sobre os negros do que sobre os brancos. Além disso, os efeitos do período tornam-se efeitos geracionais, uma vez que as pessoas mais velhas que vivenciaram tais conquistas políticas foram substituídas por pessoas mais jovens que não tiveram a mencionada experiência.

Para além do efeito dos ciclos de vida e dos períodos, os processos sociais e históricos também ocasionam mudanças no âmbito social, político e econômico e tendem a produzir diferenças geracionais. Ou seja, os acontecimentos – tais como a primeira guerra mundial (1914-1918) e a segunda (1939-1945), a depressão de 1930, o surgimento do Facebook e de outras mídias/redes sociais – têm um impacto desproporcional sobre os jovens em comparação com outros segmentos da população.

Segundo Verba, Schlozman e Brady (2013), as preferências sobre diferentes temáticas e o próprio interesse por política mudam ao longo do ciclo de vida – trata-se, pois, de uma condição de ciclo de vida e não de uma desigualdade estrutural e permanente; afinal, os mais jovens hoje serão mais os mais velhos de amanhã. Nesse âmbito, cabe evidenciar que os jovens são menos ativos na política. A explicação apresentada por Verba, Schlozman e Brady (2013) é que aqueles que se encontram no final da adolescência ou no início dos vinte anos estão mais preocupados em qualificarem-se, em termos de anos de estudo, ocuparem bons cargos ou consolidarem suas carreiras profissionais, ao invés de participarem de atividades políticas. Consequentemente, tem-se a sub-representação da voz política desse grupo etário.

Os idosos também são menos propensos a participarem de atividades políticas e, sobretudo, se envolverem em organizações não-políticas e instituições religiosas. Apesar de não haver consenso na literatura, Verba, Schlozman e Brady (2013) partem da teoria do desengajamento, a qual enfatiza que muitos idosos possuem algum tipo de limitação – e.g., enfermidades físicas que prejudicam sua mobilidade e, portanto, sua capacidade de estarem ativos na política, votar, trabalhar ou doar dinheiro para campanha, participar de reuniões políticas e comícios. Dessa forma, os idosos também apresentam desvantagens participativas, o que compromete a igualdade de voz política desse grupo quando comparado a outros grupos etários, tal como o dos adultos de meia idade.

Com respaldo no argumento apresentado por Verba, Schlozman e Brady (2013), elaborou-se a hipótese de que a idade seja um preditor significativo para explicar a congruência. Espera-se que os mais idosos disponham de menos recursos para expressarem suas preferências e, portanto, estejam menos propensos a participarem da vida política. Essas diferenças associadas ao ciclo de vida seriam responsáveis pela menor congruência entre as preferências dos parlamentares brasileiros e eleitores mais velhos. De fato, para uma variedade de *issues*, Boas e Smith (2019) observaram que as preferências dos cidadãos mais idosos tendem a se encontrar mais afastadas das dos parlamentares.

Na próxima seção busca-se relatar a evolução dos estudos sobre congruência política, enfatizando a variedade de conceitos e operacionalizações já testados pela literatura no âmbito internacional. Acredita-se que as desigualdades no processo representativo, conforme argumentado previamente, se reflitam no nível de congruência entre preferências de parlamentares e de cidadãos de diferentes perfis, e que essas distorções se propaguem via níveis potencialmente diferenciais de responsividade às demandas de grupos sociais, por parte dos parlamentares. (LUPU; WARNER, 2019)

1.3 Desigualdade e a evolução dos estudos sobre congruência

Em continuidade à discussão iniciada na seção anterior, a seguir nos concentramos no referencial teórico sobre congruência entre representantes e representados com o principal, mas não exclusivo, objetivo de apresentar as diferentes abordagens conceituais.

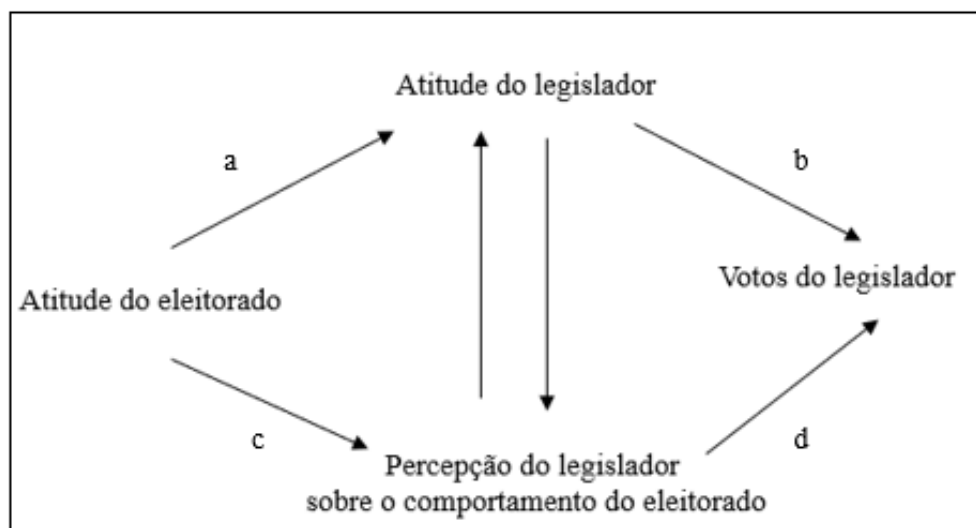
Inseridos no extenso debate sobre representação (e.g., PITKIN, 1965; 2006; PRZEWORSKI, 1998; POWELL, 2004; MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006), os primeiros estudos sobre congruência colocaram em evidência a dificuldade de conceitualizar a representatividade dos interesses dos cidadãos, assim como as implicações do uso de diferentes métodos para medi-la (OTERO-FELIPE, 2011). Em termos conceituais, Golder e Stramski (2010) relatam que a congruência possui diferentes definições, podendo se referir, por exemplo, a associação entre, de um lado, as preferências dos cidadãos e, de outro, as políticas públicas implementadas ou o posicionamento dos partidos sobre diferentes projetos de leis e políticas públicas.

Dentre os trabalhos precursores nos estudos sobre congruência, Carreirão (2015; 2017) destaca o desenvolvido por Miller e Stokes (1963). Pautados na concepção de representação diádica, os autores se propuseram examinar a congruência entre o legislador e seus eleitores (*constituencies*), delimitados a partir dos distritos eleitorais. Para tanto, os autores analisaram três questões. A primeira refere-se à ação do governo no campo do bem-estar social. A segunda dimensão diz respeito à política internacional, em especial, ao apoio aos negócios estrangeiros por parte do governo americano. Já a terceira questão tem a ver com a aprovação de leis federais para proteger os direitos civis dos negros⁴.

⁴ Em seu estudo empírico, Miller e Stokes (1963) realizaram entrevistas com uma amostra de eleitores e congressistas de 116 distritos nas eleições norte-americanas de 1958. Também foram considerados os votos (nominais) dados pelos legisladores desses distritos na legislatura posterior, o que, segundo Carreirão (2015), lhes permitiu comparar as opiniões do eleitorado com as opiniões e votos dos seus representantes em cada distrito.

Ao examinarem empiricamente os vínculos entre os representantes e os representados estadunidenses Miller e Stokes (1963) argumentaram que a congruência entre a atitude do eleitor e do legislador é processo que pode se dar por meio de duas vias, os quais estão apresentadas esquematicamente na Figura 1.2

Figura 1.2 – Conexão entre as atitudes do eleitorado, os representantes e o comportamento legislativo



Fonte: Miller e Stokes (1963, p. 50)

O primeiro caminho (*ab*) resulta da escolha de um representante que compartilhe as mesmas opiniões dos seus eleitores. Neste caso, a opinião distrital e as ações do deputado estão ligadas através das atitudes políticas do próprio representante, ainda que este siga suas próprias convicções quando eleitos. O segundo percurso (*cd*) materializa-se a partir das ações políticas realizadas pelos congressistas já eleitos, visando garantir a reeleição. Neste caso, a avaliação da atuação dos governantes e dos partidos políticos respalda-se nos programas eleitorais manifestos pelos representantes quando candidatos, isto é, “los partidos políticos presentarán diferentes alternativas políticas a los votantes, permanecerán unidos para lograr convertir esos “paquetes de temas” en políticas públicas consistentes, que, además, deben ser razonablemente estables en el tiempo y percibidas como tales por los votantes (APSA, 1950 *apud* OTERO-FELIPE, 2011, p.268)”.

A partir deste primeiro ensaio realizado por Miller e Stokes (1963), outros trabalhos analisaram a congruência entre as atitudes e preferências dos cidadãos e seus legisladores (individuais), como os citados por Otero-Felipe (2011), a saber, Dalton (1985), Converse e Pierce (1986), Huber e Powell (1994), Marsh e Wesels (1997), Miller et al. (1999), Thomassen e Schmitt (1999), e Powell (2009). A tendência dos estudos, no entanto, foi de uma gradativa

diminuição do uso de modelos fundamentados na concepção de representação diádica e a aplicação de modelos balizados no conceito de representação coletiva – como, por exemplo, o desenvolvido por Weissberg (1978).

O trabalho desenvolvido por Weissberg (1978) inaugurou o debate sobre a relação entre a representação coletiva e a capacidade de resposta dos legisladores americanos em um contexto eleitoral. O questionamento que norteou o autor foi se os legisladores eleitos representam aqueles que os elegeram (ou que vivem em seus distritos) e não se cada membro do Congresso representa seu distrito particular. Com base nos dados produzidos por Miller e Stokes (1963), Weissberg (1978) argumenta que a representação da opinião dos eleitores pelos legisladores tende ser mais significativa tomando-se o modelo de representação coletiva do que se partindo da perspectiva diádica (neste caso, um legislador e um eleitor). Nas palavras de Weissberg (1978):

Some final observations on the study of representation are appropriate. As we have previously indicated, the model of dyadic representation has completely dominated contemporary research. This is true whether the data are opinions or constituents or socioeconomic characteristics of the district. Given both our constitutional order, which was never designed to make legislators into perfect mirrors of popular opinion, and the absence of unbiased communication channels between citizens and leaders, the search for extensive dyadic agreement may be the search for the impossible. It may be impossible for one legislator to represent 400,000 people with any degree of accuracy; it may, however, be possible for 435 legislators to represent more accurately the opinions of 220,000,000 citizens.⁵ (p. 547)

A congruência no âmbito da representação coletiva está calcada, portanto, no nível de correspondência entre a atitude dos órgãos representativos, tais como o congresso e partidos políticos, e a dos cidadãos representados por eles (WEISSBERG, 1978). Esta concepção de congruência subsidiou outros trabalhos, com destaque para Monroe (1979; 1998) e Page e Shapiro (1983), os quais incorporaram a questão da temporalidade para examinar a congruência entre as mudanças na opinião pública e mudanças nas decisões políticas do governo dos EUA.

Page e Shapiro (1983) buscaram tanto compreender a capacidade de resposta das políticas governamentais às preferências dos cidadãos quanto identificar se as mudanças

⁵ Tradução própria: Algumas observações finais sobre o estudo da representação são apropriadas. Como já indicamos anteriormente, o modelo de representação diádica dominou completamente a investigação contemporânea. Isso é verdade se os dados são opiniões ou eleitores ou características socioeconômicas do distrito. Dada a nossa ordem constitucional, que nunca foi projetado para tornar os legisladores em espelhos perfeitos da opinião popular, e a ausência de canais de comunicação imparcial entre cidadãos e líderes, a busca de um amplo acordo diádico pode ser a busca do impossível. Pode ser impossível para um legislador representar 400.000 pessoas com qualquer grau de precisão; pode, no entanto, ser possível para 435 legisladores representarem com mais precisão as opiniões de 220.000.000 cidadãos. (p. 547)

ocorridas na opinião pública influenciavam os representantes, ou o inverso. Examinando dados de opinião pública e políticas para os Estados Unidos de 1935 a 1979, os autores encontraram consideráveis níveis de congruência entre as mudanças nas preferências dos cidadãos e as políticas de âmbito nacional, especialmente no que concerne às políticas sociais e econômicas.

O trabalho de Page e Shapiro (1983) foi um marco no debate sobre congruência política, tanto por ter mobilizado um conjunto vasto de dados com o intuito de medir a extensão real da correspondência entre a opinião pública e a política pública, quanto por ter sinalizado que a congruência está condicionada a uma série de fatores, dentre eles a saliência da questão, se a questão refere-se à política nacional ou à internacional e tipo de sistema político-eleitoral – majoritário ou proporcional.

No entanto, no que se tange à preocupação inicial de postular relações de causalidade entre mudanças na opinião pública e mudanças nas políticas públicas, Page e Shapiro (1983) concluem que, dado a limitações metodológicas, como, por exemplo, a inviabilidade de mensurar alguns fatores que podem influenciar a opinião pública, tal como a mídia, não é possível ter certeza se a opinião dos cidadãos afeta os votos dos congressistas, ou se os congressistas influenciam a opinião dos cidadãos em seus distritos, assim como não é possível excluir a possibilidade de que haja uma influência recíproca entre a opinião pública e as políticas.

Trabalhos posteriores buscaram aprimorar o desenho de pesquisa de Page e Shapiro (1983) analisando séries históricas sobre “a opinião dos cidadãos em relação às questões políticas (verificando ao longo do período de estudo todas as mudanças nas políticas correspondentes a essas questões)” (CARREIRÃO, 2013, p. 8). Um exemplo desse tipo de análise é o estudo de Stimson, MacKuen e Erikson (1995), o qual fundamentou-se na concepção de “representação dinâmica”. Neste caso, a representação é entendida como um processo que se estrutura no tempo. Postula que quando a opinião pública se move significativamente, os representantes sentem este movimento e, conseqüentemente, alteram seu comportamento em resposta às preferências políticas. Esse tipo de abordagem tem tido, segundo Carreirão (2013; 2015) um desenvolvimento mais acentuado em período recente, especialmente a partir dos trabalhos de Erikson, MacKuen e Stimson (2002), Andeweg (2011), Holmberg (2011), Dalton, Farrell e McAllister (2011), Budge et al. (2012), etc.

Segundo Erikson, MacKuen e Stimson (2002), as políticas públicas tendem a responder ao “humor do público” (*mood*), assim como as preferências e ao controle partidário da presidência e do Congresso. Já Andeweg (2011) conclui, por sua vez, que não há uma tendência

clara em relação a congruência entre o posicionamento dos representantes e a opinião do eleitorado. O autor argumenta os níveis de congruência variam, isto é, quando os temas são "novos" (aborto, eutanásia, multiculturalismo, integração europeia) a congruência tende ser maior quando comparados a temas "tradicionais", tal como a desigualdade de renda. Ainda segundo Andeweg (2011) o nível de congruência em relação aos temas mencionados também tende sofrer variações ao longo do tempo. Carreirão (2015) elucida que “não parece haver consenso, portanto, sobre essa questão, no debate internacional” (p.410).

Os estudos citados até aqui centraram-se no contexto americano, desconsiderando, portanto, o ambiente europeu e análises comparadas envolvendo vários países. Segundo Carreirão (2015), a realização de pesquisas comparadas sobre congruência política fez-se mais comum na medida em que se tornaram disponíveis bases de dados adequadas, tais como as oriundas dos projetos a seguir: *Comparative Studies of Electoral Systems* (CSES), *World Values Survey*, Eurobarômetro, LatinoBarómetro, Lapop/Barômetro das Américas, e Projeto Elite Parlamentar Latinoamericana (PELA).

Dentre os exemplos de estudos sobre congruência em perspectiva comparada, numa abordagem “estática” de representação, “estudos que comparam preferências dos eleitores com as dos representantes em mais de um momento, mas cuja análise não se preocupa com a evolução da congruência (ou com as relações de causalidade)” (CARREIRÃO, 2013, p.10), tem-se os de Huber e Powell (1994), Powell (2000), McDonald, Mendes e Budge (2004), Luna e Zechmeister (2005), Brooks e Manza (2006); Dalton (2008), Golder e Stramski (2010), Otero-Felipe e Rodríguez-Zepeda (2010), Otero-Felipe (2011), e Rohrschneider e Whitefield (2012). No que concerne as principais conclusões dos mencionados trabalhos, em especial, os de Huber e Powell (1994), McDonald, Mendes e Budge (2004) e Golder e Stramski (2010), destaca-se que os níveis de congruência entre o posicionamento do eleitor e do representante, no espectro ideológico, tende ser maior em sistemas políticos proporcionais do que em sistemas majoritários.

Sobre os trabalhos que analisam dados comparados de vários países em uma perspectiva “dinâmica”, Carreirão (2015) resalta os estudos de Holmberg (1999), Soroka e Wlezien, (2010), Dalton, Farrell e McAllister (2011), Budge et al. (2012), e González (2013). Estes estudos produziram resultados mistos. Para Budge et al. (2012) os sistemas proporcionais são mais responsivos do que os majoritários. Entretanto, segundo González (2013) não há evidências claras de que quanto maior a proporcionalidade de um sistema eleitoral, menor a distância nas preferências políticas entre os eleitores, em especial pobres, e os legisladores.

Considerando-se o que foi exposto previamente, deve-se notar que na literatura existem um conjunto de elementos que diferenciam, e que de alguma forma condicionam os resultados dos níveis de congruência atitudinal entre cidadãos e representantes. Tem-se por um lado, as unidades de análise, os indicadores e medidas que têm sido utilizados na sua estimativa; as fontes de dados utilizadas para o cálculo da congruência e, finalmente, o tipo de questões ou questões que foram discutidas. (OTERO-FELIPE, 2011, p.38) Estes são os aspectos que serão considerados, em maior ou menor medida, no capítulo seguinte. Na seção a seguir daremos sequência a exposição dos estudos que analisam a congruência política entre os representantes e representados, entretanto, à luz da literatura sobre sub-representação política. Busca-se também delimitar o debate a fim de aproximarmos do objeto de pesquisa deste trabalho.

1.4 Desigualdade e congruência na América Latina

Em continuidade ao debate iniciado na seção anterior, nesta nos propomos a explorar alguns estudos sobre congruência política na América Latina, em especial, González (2013) e Boas e Smith (2019). Em alguma medida, tais trabalhos dialogam com a presente pesquisa, seja pelo modelo de representação utilizado, os condicionantes da congruência analisados ou a medição escolhida.

O primeiro trabalho a ser considerado é o de González (2013), o qual enfatiza a existência de uma lacuna no debate sobre representação: a questão da desigualdade política e, conseqüentemente, o fato de certos grupos serem sub-representados (BARTELS, 2008). González (2013) argumenta que a percepção dos cidadãos sobre suas próprias habilidades para influenciar a política (eficácia externa) e compreende-la (eficácia interna) variam (CRAIG, MAGGIOTTO; 1982) de acordo com suas características sociodemográficas, étnicas, culturais e, de forma específica, a cultura participativa. Logo, os recursos necessários para que os cidadãos expressem suas predileções e monitore os representantes eleitos é distribuído de forma desigual. Todavia, essa desigualdade nem sempre é percebida por todos os grupos (GONZÁLEZ, 2013).

González (2013), então, propõe-se a: i) analisar a percepção dos cidadãos pobres com relação ao sentimento de sub-representação, ii) mensurar o nível de congruência entre as preferências desses grupos e as dos legisladores, iii) examinar se fatores institucionais, tais como, a configuração do sistema eleitoral ou a presença de partidos de esquerda no Congresso, podem favorecer a igualdade política, vi) averiguar se as características sociodemográficas e

culturais podem contribuir para que o resultado do processo de representação seja mais igualitário.

A primeira etapa da pesquisa, portanto, consistiu na análise de duas questões do *survey* Barômetro das Américas – Lapop de 2012, a saber, “SOC12A. Nesta escala de 1 a 10, onde 1 significa defender os ricos e 10 significa defender os pobres, onde os políticos [do país] estão localizados?” (GONZÁLEZ, 2013, p. 38) e “SOC12B. E usando a mesma escala, onde 1 significa defender os ricos e 10 significa defender os pobres, onde você gostaria que os políticos [do país] fossem localizados?” (GONZÁLEZ, 2013, p. 38). Na segunda etapa, González (2013) concentrou esforços para analisar tanto se as características socioeconômicas e demográficas como a configuração do sistema eleitoral podem agravar ou mitigar as percepções de desigualdades na representação. Já na terceira foi examinada a congruência entre os cidadãos e os legisladores a partir da medida de congruência de Golder e Stramski (2010), para tanto, consideraram-se três *issues*, a saber, papel do Estado, Estado como proprietário das principais indústrias e casamento gay.

Os resultados encontrados por González (2013) sinalizam que, em nível individual, a renda foi o único fator sociodemográfico capaz de alterar a percepção referente à desigualdade política. Quanto às regras eleitorais, os achados apontam uma relação entre a magnitude dos sistemas eleitorais e as percepções das desigualdades políticas, isto é, quanto maior a proporção de pequenos distritos em um sistema político, menor será a diferença na percepção dos estratos do eleitorado sobre a desigualdade política. Segundo González (2013) esse resultado não correspondeu a suas expectativas uma vez que se espera que quanto maior o número de partidos na América Latina, maior seria a percepção dos cidadãos sobre os níveis de desigualdade política.

No que tange à presença de partidos de esquerda no sistema político, González (2013) observou que há uma correlação entre a existência de partidos de esquerda e baixos níveis de percepção sobre a desigualdades políticas. Para a autora, os cidadãos podem vê-los como veículos para diminuir a desigualdade política entre eleitores pobres e ricos. Finalmente, outro fator considerado durante a análise foi a cultura participativa, os resultados encontrados pela autora sinalizaram que a participação pode alterar as percepções dos cidadãos no que se refere a desigualdade política, tanto no nível agregado como individual.

Já o artigo de Boas e Smith (2019) adota a medida *many-to-many* (GOLDER; STRAMSKI, 2010) para analisar se, no Brasil, a representação descritiva (as semelhanças demográficas entre os legisladores e o eleitorado) pode servir de base para a representação

substantiva (a responsividade dos representantes no que tange as preferências e interesses dos cidadãos), oferecendo a esta uma base alternativa especialmente para determinados grupos, por exemplo, mulheres, pobres, minorias étnicas, raciais e religiosas.⁶

Esses autores argumentam que as semelhanças demográficas entre os partidos políticos e determinado grupo da população, de maneira específica os evangélicos, poderiam favorecer a congruência e, conseqüentemente, fomentar a representação substantiva. Então, para operacionalizar a representação descritiva, Boas e Smith (2019) combinaram diferentes variáveis das pesquisas de opinião pública com dados da elite parlamentar. Os *issues* analisados foram: i) regime econômico (mercado estatista versus mercado livre); ii) autoposicionamento ideológico; iii) aborto; iv) casamento gay; v) ambientalismo; vi) cotas universitárias para afro-brasileiros e aqueles com menor renda.

Para realizar a pesquisa, Boas e Smith (2019) utilizaram os seguintes bancos de dados: Inquérito Legislativo Brasileiro (BLS), LatinoBarómetro (LB), AmericasBarometer (AB), 2010 Brazilian Electoral Panel Study (BEPS). Boas e Smith (2019) também consideraram as listas de legisladores evangélicos, as quais foram extraídas de uma variedade de fontes.

Como resultado, Boas e Smith (2019) observaram que, entre as categorias demográficas, os evangélicos geralmente alcançam maior congruência do que as mulheres, os afro-brasileiros ou os de classe social mais baixa. No entanto, os autores elucidaram que a congruência entre os evangélicos se limita as questões que os pastores priorizam em suas pregações, tais como, casamento entre pessoas do mesmo sexo e aborto. Nesse sentido, nas questões que, normalmente, não são contempladas durante os sermões, racismo e proteção ao meio ambiente, a congruência é menor.

Como os trabalhos citados dialogam com a presente pesquisa, a qual se propõe a analisar a congruência entre subgrupos da população e o posicionamento da elite parlamentar brasileira? A hipótese central a ser testada neste estudo é que a congruência entre as preferências do eleitorado e dos parlamentares seja sensível às características socioeconômicas e sociodemográficas dos eleitores. Assim como apuraram Boas e Smith (2019), evidencia-se, nesta tese, a importância de analisar diferentes características do eleitorado brasileiro – e.g., socioeconômica, de gênero, étnico-racial, religião – como condicionantes da congruência.

⁶ “While Brazil’s party and electoral systems work to undermine opinion congruence and the quality of democratic representation, we argue that descriptive representation provides an alternate basis for the alignment of elite and mass opinions, especially among marginalized populations.” (BOAS; SMITH, 2019, p. 315).

O ponto em comum entre a pesquisa desenvolvida por González (2013) e a presente refere-se à expectativa que a distância entre as predileções dos representantes e representados aumente quando consideramos estratos do eleitorado com menos recursos. Ao examinar a percepção dos eleitores latino-americanos sobre as desigualdades na representação política, González (2013) elucida que os recursos (tempo, dinheiro e habilidades) necessários para participar não são distribuídos uniformemente entre os diferentes grupos da população, o que favorece a desigualdade política (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995). Conseqüentemente, as preferências dos grupos privilegiados têm maior probabilidade de serem consideradas pelos representantes. Esse é o argumento central desta pesquisa, presumimos que alguns grupos têm vantagens no momento de participar e fazer com que suas preferências sejam ouvidas e, sobretudo, representadas. Tanto os achados de González (2013) quanto os deste estudo corroboram com a tese de que, devido à desigualdade política, alguns grupos, tais como, pobres e cidadãos de baixa escolaridade, são de fato sub-representados.

À vista do que foi exposto neste capítulo, busca-se, no próximo, delimitar o arcabouço metodológico que balizará esta pesquisa.

2 MEDIDAS E MODELOS DE CONGRUÊNCIA: DEBATE METODOLÓGICO SOBRE AS FORMAS DE MENSURAÇÃO DO FENÔMENO

A análise da “congruência política” é uma das possíveis abordagens para mensurar o grau e a qualidade da representação e, sobretudo, da democracia. A concepção que norteia e justifica tal enfoque é a de que, em um sistema democrático, espera-se que representantes e/ou partidos sejam responsivos no que tange às preferências dos cidadãos expressas, inicialmente, no período eleitoral (O’DONNEL, 1998; CARREIRÃO, 2015).

Em termos conceituais, Golder e Stramski (2010) elucidam que a congruência possui diferentes definições, podendo fazer referência à correspondência entre a posição do cidadão mediano e a posição dos formuladores de políticas em uma medida do discurso comum, tais como a escala esquerda-direita (POWELL, 2003); ao tipo de vínculo estabelecido entre representantes e eleitores, sendo esses, personalista, clientelista ou programático (OTERO-FELIPE; RODRÍGUEZ-ZEPEDA, 2010; 2015); ao grau que as preferências dos representantes coincidem com as dos cidadãos no que tange ao tipo de *issues* políticos (PAGE; SHAPIRO, 1983); e à correspondência entre as preferências dos eleitores e as preferências dos representantes no que diz respeito às políticas públicas aprovadas (WLEZIEN; SOROKA, 2007, MILLER; STOKES, 1963, MONROE, 1979).

Este capítulo, portanto, divide-se em três seções. A primeira versa sobre a congruência entre a posição do eleitor e dos parlamentares no que diz respeito a determinado tema ou questões políticas no contínuo esquerda-direita (DALTON; FARELL; MC. ALLISTER, 2011, WIESEHOMMEIER; DOYLE, 2014, LUNA; ZECHMEISTER, 2005; OTERO-FELIPE, 2011). Na segunda, expõe-se o debate referente à congruência entre a opinião pública e as políticas efetivamente aprovadas pelos representantes no processo legislativo (WLEZIEN; SOROKA, 2007, PAGE; SHAPIRO, 1983, STIMSON; MACKUEN; ERIKSON, 1995). Por fim, a última concentra-se em propostas recentes de mensuração da congruência entre o posicionamento dos parlamentares e de diferentes segmentos do eleitorado. Para tanto, recorreu-se aos trabalhos Golder e Stramski (2010), Andeweg (2011), Gonzalés (2013), Lupu, Selios e Warner (2017), Boas e Smith (2019), Silva (2018) e Lupu e Warner (2019).

2.1 Vínculos ideológicos e programáticos em torno de *issues*

As pesquisas que se propõem analisar a congruência ideológica entre as preferências e/ou atitudes dos cidadãos e dos representantes têm como objetivo compreender em que medida a elite parlamentar representa o eleitor mediano no espectro ideológico e/ou programático. Os estudos que integram esse grupo foram realizados por Huber e Powell (1994), Powell (2000), Dalton (2008), Otero-Felipe e Rodríguez-Zepeda (2010), Golder e Stramski (2010), Andeweg (2011), Luna e Zechmeister (2005), Otero-Felipe e Rodríguez-Zepeda (2010), Otero-Felipe (2011), Wiesehomeier e Doyle (2014), Budge et al. (2012), dentre outros.

No tocante a literatura sobre congruência, Otero-Felipe (2011) argumenta que apesar dos estudos referentes a essa temática terem em comum a proposta de mensurar os vínculos representativos, os mesmos diferenciam-se por um conjunto de elementos, sendo eles, i) a unidade de análise, ii) os indicadores e medidas utilizados para estimação, a fonte dos dados utilizados para o cálculo da congruência, iii) o tipo de dados e questões analisados ou os fatores selecionados para explicar por que determinados sistemas políticos geram níveis mais altos de congruência do que outros, iv) o modelo de representação e congruência considerado.

A congruência ideológica tem sido analisada a partir de dois enfoques. O primeiro refere-se à representação do tipo individual ou diádica e o segundo a representação do tipo coletiva. Na representação individual ou diádica estima-se a congruência entre as atitudes dos legisladores (em forma de voto) e os eleitores do distrito em que o representante foi eleito (MILLER; STOKES, 1963, ACHEN, 1978). Esse modelo adequa-se à configuração do sistema partidário americano, onde o legislador ocupa um papel central no processo de representação das preferências dos eleitores circunscritos em seu distrito eleitoral (OTERO-FELIPE; 2011).

Em outra perspectiva, os trabalhos sobre congruência coletiva analisam tanto os níveis de congruência entre os órgãos representativos, tal como o parlamento, e os cidadãos representados por eles (WEISSBERG, 1978) como os níveis de congruência entre as posições dos eleitores e do governo no que tange ao espectro ideológico ou a agenda programática. (HUBER; POWELL, 1994, POWELL, 2009). As análises sobre congruência a partir dessa ótica subsidiam-se no paradigma do partido responsivo, o qual foi teorizado pelo Comitê da *American Political Science Association* – ASPA (1950) e sintetizado por Thomassen (1994).

O modelo do partido responsivo parte da concepção que o comportamento dos representantes é, em grande medida, influenciado pelas preferências dos eleitores. Nesse caso, a eficiência dos partidos está condicionada a sua capacidade de ser *accountable* e, sobretudo,

de formular políticas públicas condizentes às propostas feitas durante o período eleitoral. (ASPA, 1950). Um dos elementos centrais desse modelo é a diferenciação ideológica e programática dos partidos. Essa distinção, que pode ocorrer a partir da escala esquerda-direita ou a partir das diferentes alternativas políticas apresentadas pelos representantes, é fundamental para que os eleitores se identifiquem com os partidos no período pré-eleitoral (MAINWARING; SCULLY, 1995) e, posteriormente, ao final do mandato consiga ter clareza para avaliar o quão responsivo, representativo e congruente foram os representantes.

O processo de responsabilização possui dois atores principais, os eleitores que são responsáveis por monitorar e demandar a prestação de contas por parte daqueles que os representam (O'DONNELL, 2003; 2013) e, tão importante quanto, os partidos políticos que devem exercer a função que lhe foram designadas, a saber, reconhecer as preferências políticas dos eleitores, transformá-las em *issues* (TORCAL, 2015a; 2015b), e, por conseguinte, prestarem conta do seu desempenho vis-à-vis as propostas iniciais.

Como assinalado previamente, o papel dos eleitores enquanto participantes do processo de responsabilização é compreendido por O'Donnell (1998) como *accountability vertical*, o qual é definido como um conjunto de ações individuais e/ou organizadas de forma coletiva destinadas a avaliar os representantes. Assim sendo, por meio do voto os eleitores avaliam a responsividade de seus representantes no que tange aos resultados ofertados, tais como, a formulação de políticas públicas e, por conseguinte, recompensam-no por meio da reeleição ou puni-lo através da escolha de outros candidatos ou partidos. (SMULOVITZ; PERRUZZOTTI, 2002; MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 1999).

Entretanto, cabe evidenciar que o voto, resultante da existência de eleições limpas e institucionalizadas, é compreendido como um mecanismo limitado. (MANIN, PRZEWORSKI, STOKES; 2006). Essa insuficiência justifica-se por três pressupostos, a saber: a) o poder dos eleitores em julgar o resultado dos governantes é restrito, tendo em vista a própria natureza inadequada do voto como mecanismo de controle; b) os cidadãos não podem coordenar a orientação do seu voto, já que dada descentralização das ações dos governantes não há como determinar se certos resultados tenderiam em um sentido prospectivo ou retrospectivo, por fim; c) o déficit informacional dos cidadãos sobre a ação dos seus representantes reduz sua capacidade em avaliar o desempenho dos mesmos. (SMULOVITZ; PERRUZZOTTI, 2000b).

Já capacidade dos partidos em se responsabilizar por suas decisões está condicionada a um conjunto de fatores, dentre eles, a tipologia dos sistemas partidários. (POWELL, 2000). Powell (2000) afirma que a variação no desenho institucional influencia o potencial de

responsabilização eleitoral (*electoral accountability*). Segundo o autor, o princípio majoritário pressupõe a concentração de poder em poucos agentes, tal característica possibilita maior clareza das responsabilidades dos representantes, assim como facilita o exercício do controle por parte dos cidadãos através do voto retrospectivo.

Para Otero-Felipe (2011) o modelo do partido responsivo apresenta uma série de limitações, dentre elas, o fato de desconsiderar o efeito negativo da assimetria de informação entre representantes e eleitores no processo de responsividade, o tipo de vínculo que os partidos estabelecem com o seu eleitorado e a efetividade desses no processo eleitoral, assim como, os diferentes condicionantes do voto. Mesmo com tais fragilidades, a autora elucida que a importância do modelo do partido responsivo justifica-se por permitir analisar a relação dos eleitores e dos partidos de forma sistêmica.

A atenção dada à representação coletiva justifica-se por ter sido a abordagem escolhida para o desenho desta pesquisa, e tem como fundamento a configuração do sistema político-eleitoral brasileiro (SILVA, 2018). Nosso sistema é baseado na representação proporcional – e não em representação majoritária com distritos de baixa magnitude, como o sistema americano (NICOLAU; SCHMITT, 1995; SAMUELS, 1997; NICOLAU, 2006; MARENCO, 2012).

A análise empírica dos vínculos entre representantes e representados abrange um vasto e diversificado número de estudos, os quais diferenciam-se tanto na conceituação, quanto na operacionalização da congruência. O trabalho de Miller e Stokes (1963) é pioneiro em mensurar a congruência a partir da correlação entre a opinião dos eleitores e dos representantes, estabelecendo que quando maior o coeficiente de correlação, maior o grau de congruência. Essa medida também foi utilizada por Weissberg, (1978), Barnes (1977), Farah (1980), dentre outros autores (OTERO-FELIPE, 2011).

A principal debilidade de tais estudos é, segundo Achen (1978), o fato de os mesmos não tornarem evidente qual aspecto da representatividade as medidas correlacionais, tais como a análise do coeficiente de Person, têm captado. Para o autor, a opinião da elite política pode estar fortemente associada com a opinião da população em geral, ainda que os representantes estejam distantes dos seus eleitores. À vista disso, o autor propôs, a partir dos dados de Miller e Stokes (1963) sobre os congressistas americanos, três medidas de representatividade, a saber, proximidade, centrismo e responsividade.

A medida de proximidade indica se os partidos detêm posições políticas ou ideológicas próximas da posição dos seus eleitores. Para construção dessa medida Achen (1978) considerou

o quadrado da diferença das médias das posições ideológicas dos eleitores e dos representantes, assim quanto menor a distância entre constituintes e congressistas maior a representatividade. Já o centrismo é um índice do desempenho do representante, conseqüentemente, mensura o quanto os partidos representam as preferências políticas do eleitor médio no que se refere às posições ideológicas. Esse índice é calculado por meio da diferença entre a proximidade encontrada e a variância (dispersão) da opinião dos eleitores, quanto menor esse índice, mais próximo os legisladores estão do seu círculo eleitoral. Por fim, a terceira medida de representação refere-se à responsividade – *responsiveness*. Essa medida estima o quanto as posições ideológicas dos eleitores são influenciadas pelas atitudes dos partidos políticos. Esta medição foi aplicada por Dalton (1985), Herrera et al. (1992), Wessels (1999), Kitschelt et al. (1999).

A metodologia proposta por Achen (1977) é, segundo Otero-Felipe (2011), a mais completa no que tange a mensuração da congruência, conquanto, os estudos de Pierce (1999), Golder e Stramski (2010) pontuaram algumas críticas sobre essa medição. Ressalta-se as considerações de Pierce (1999). Segundo o autor as medidas propostas por Achen (1977) não são consistentes pelas seguintes razões: i) as posições do partido podem não corresponder às de seus eleitores no que tange a determinados *issues*, ii) as posições dos partidos em relação a temas ou políticas públicas específicas são menos dispersas do que a do eleitorado, iii) a posição média do eleitorado pode estar mais próxima da posição ideológica e programática de outros partidos.

Outra abordagem para medir congruência pode ser observada no estudo de Luna e Zechmeister (2005), os quais buscaram analisar a congruência ideológica entre a elite e a opinião pública e, de maneira específica, a variação dos níveis de representação em nove países da América Latina: Chile, Uruguai, Argentina, Colômbia, Brasil, Bolívia, México, Costa Rica, e Equador.

Para mensurar o grau de congruência entre os legisladores e os cidadãos, Luna e Zechmeister (2005) analisaram os dados referentes às elites parlamentares da América Latina, Projeto “Elite Parlamentar Latinoamericana” (PELA) coordenado por Sáez (1997), e a opinião pública, LatinoBarómetro (2002). A primeira etapa dessa pesquisa consistiu em mensurar o nível de congruência entre os eleitores e a elite parlamentar. Para tanto, foi analisada a correlação entre a posição média de cada grupo no que tange a onze *issues*, os quais estão expostos no Quadro 2.1. Finalmente, na segunda etapa da pesquisa Luna e Zechmeister (2005)

mediram a congruência interna de cada grupo (eleitores, elite), a partir da análise de variância (ANOVA).

Quadro 2.1 - Dimensões analisadas por Luna e Zechmeister (2005)

Dimensões	Tópicos
Econômica	<ul style="list-style-type: none"> • Privatização dos serviços públicos • Criação de novas vagas de emprego • Aumento do gasto público com seguro desemprego
Investimento estrangeiro	<ul style="list-style-type: none"> • Importância de estabelecer comércio com os EUA • Integração regional na América Latina
Religião	<ul style="list-style-type: none"> • Frequência que comparece a Igreja
Regime	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do gasto com a defesa ou com as forças armadas • Democracia como melhor regime
Leis/ordens e boa governança	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento dos gastos com a segurança pública • Corrupção como um problema existente no país

Fonte: Elaboração própria.

Cabe ainda discorrer sobre a pesquisa desenvolvida por Golder e Stramski (2010), a qual busca examinar se os parlamentares refletem de forma precisa as preferências do cidadão. O trabalho desses autores desenvolveu-se a partir do hiato existente na literatura sobre a forma com que a congruência deve ser definida. Para os autores, os resultados decorrentes da análise da congruência ideológica e das regras eleitorais podem apresentar variações conforme o conceito de congruência utilizado.

À vista disso, Golder e Stramski (2010) introduziram novos conceitos e medidas de congruência, a saber, i) *one-to-one relationship*, nesse caso, a congruência refere-se à distância absoluta entre as posições ideológicas do cidadão e o representante; ii) *many-to-one relationship*, aqui a congruência concerne à distância (relativa ou absoluta) de vários cidadãos frente a um representante ou legislador; por fim, iii) *many-to-many relationship*, nesse âmbito, a congruência corresponde à distância entre a atitude de vários cidadãos em relação a vários representantes. Dos resultados, Golder e Stramski (2010) observaram que os governos em democracias proporcionais não são substantivamente mais congruentes do que aqueles nas democracias majoritárias.

2.2 Congruência entre a opinião dos eleitores e as políticas públicas

As pesquisas que se propõem a analisar a congruência entre a opinião dos eleitores e as políticas públicas buscam compreender em que medida os parlamentares (no processo decisório legislativo) representam os eleitores no que tange às políticas públicas efetivamente aprovadas. Os estudos que integram esse grupo foram realizados por Miller e Stokes (1963), Monroe (1979;1998), Page e Shapiro (1983; 1992), Bartels (1991), Stimson, MacKuen e Erikson (1995) e Erikson, MacKuen e Stimson (2002), Soroka e Wlezien (2010), Ansolabehere e Jones (2010), Budge et al. (2012).

Aqueles que se dedicam a analisar a relação entre as preferências dos cidadãos e as políticas públicas estão preocupados em responder as seguintes questões: i) A opinião pública importa para os representantes? (WLEZIEN; SOROKA, 2007); ii) Qual o efeito da opinião pública sobre as políticas públicas? (PAGE; SHAPIRO, 1983; 1992); iii) O sistema político tem sido eficiente em transformar as preferências dos cidadãos em políticas ou apenas tem respondido parcialmente a essas demandas? (STIMSON; MACKUEN; ERIKSON, 1995). Esta seção visa, portanto, explorar diferentes estudos que almejam, em alguma medida, endereçar tais questionamentos.

De acordo com Wlezien e Soroka (2007), há na literatura dois modelos analíticos que vão ao encontro das já citadas questões. O primeiro tem como perspectiva a representação diádica. Nesses estudos a análise da temática ocorre a partir da comparação entre o comportamento do legislador (representante) e as preferências do seu eleitorado (constituency) (MONROE, 1998; CARREIRÃO, 2015). A representação nesses trabalhos está no nível do eleitorado, e o resultado desse processo é o voto nominal por deputados (WLEZIEN; SOROKA, 2007). Dentre os estudos que se enquadram nesse modelo tem-se Miller e Stokes (1963) e Erikson (1978).

Diferente dos estudos de representação diádica, o segundo modelo analítico fundamenta-se na ideia de representação coletiva. Assim sendo, busca-se analisar a relação entre o sistema político e as preferências dos cidadãos em nível agregado. Nesse modelo a política não é decorrente de um único legislador, mas da ação de um sistema composto por diversas instituições políticas (partidos políticos, Legislativo, Executivo). (MONROE, 1998; WLEZIEN; SOROKA, 2007). A título de exemplo seguem alguns estudos que condizem com esse modelo: Weissberg (1978), Monroe, (1979; 1998), Page e Shapiro (1983), Stimson, MacKuen e Erikson (1995).

Além desses modelos analíticos, Wlezien e Soroka (2007) identificaram na literatura três diferentes abordagens sobre a relação entre opinião pública e as políticas públicas, a saber, i) “consistência política” – policy consistency, ii) “covariância política” – policy covariation e iii) “congruência política” – policy congruence. Tais abordagens, como serão descritas a seguir, diferenciam-se pelas medidas e unidade de análise; o tipo de representação, podendo ser diádica ou coletiva; o objetivo de estabelecer, ou não, a causalidade entre a opinião pública e as políticas públicas; dentre outros fatores (WLEZIEN; SOROKA, 2007).

2.2.1 Policy consistency

O termo “consistência política” foi, segundo Wlezien e Soroka (2007), extraído de Monroe (1979, 1998) cujo trabalho tem por objetivo analisar em que medida as decisões políticas tomadas pelo governo dos EUA foram consistentes com as preferências da população americana no período de 1980-1993. O mencionado termo refere-se à correspondência entre as preferências do público em relação à mudança real das políticas públicas (MONROE, 1979).

A partir da concepção de representação dinâmica, a qual tem o tempo como unidade de análise, Monroe (1998) analisou séries temporais com o intuito de investigar as mudanças nas preferências dos cidadãos e as variações nos *outcomes* de políticas públicas específicas do contexto americano, tais como *Welfare-state*, Economia, Segurança Pública, Política Internacional, relação com União Soviética, Guerra do Golfo.

Monroe (1998) evidencia que há alguns inconvenientes quando o objetivo é trabalhar com o “método de consistência”. O primeiro é que ele requer a comparação de surveys que possuem as mesmas questões, ou seja, para que as perguntas fossem selecionadas era necessário que tivessem sido repetidas nos surveys, pelo menos duas vezes, ao longo do período analisado. As questões diferentes foram excluídas da análise. O autor elucida que a pergunta de pesquisa selecionada deve estar associada com a política referente à questão. Esse critério exclui intenção de voto, percepção dos partidos, expectativa dos candidatos sobre o futuro da política.

O segundo problema ocorre quando não há mudança na distribuição da opinião ao longo do tempo. Os *issues* para esse mesmo intervalo não foram avaliados, pois os mesmos não possibilitariam determinar a congruência. Dada essa limitação, o autor utiliza a “medida de aproximação por consistência”. O método analisa os *surveys* em um ponto no tempo e compara com a distribuição da opinião pública com o *outcome* político. (MONROE, 1998).

No que tange à metodologia, o primeiro passo realizado pelo autor foi dicotomizar opinião majoritária da população e os *outcomes* das políticas públicas em dois status, a saber: Status Quo e/ou mudança. Os casos consistentes seriam aqueles em que a opinião e a política apresentassem status semelhantes (*Status Quo/Status Quo* ou mudança/mudança). Ao comparar com o período anterior ao analisado o autor encontrou níveis de consistência inferiores. Para Monroe (1998) essa informação foi relevante na medida em que tornou evidente a importância de considerar o contexto político/social do país e a agenda setting dos governos.

A segunda etapa da pesquisa consistiu em analisar as preferências dos cidadãos e as políticas públicas controladas pelo grau de saliência das questões abordadas. Segundo Monroe (1998), essa etapa evidenciou que há uma tendência de o governo agir mais rapidamente para responder às questões de maior importância pública. Dos resultados, o autor encontrou, dentre os 556 casos analisados no período entre 1981 a 1993, um índice de consistência entre as decisões do governo americano e as preferências da população de 55 por cento.

Para Wlezien e Soroka (2007) as principais vantagens da abordagem da consistência política referem-se ao fato de a mesma exigir relativamente poucos dados, sendo que cada caso requer a preferência dos cidadãos em relação à determinada política (expressas em *surveys*) e os outputs da política analisada. Como essa abordagem requer uma quantidade menor de informação para avaliar se houve ou não mudança na opinião pública e na política, a mesma pode abranger um espectro mais amplo de questões, assim sendo, a análise não precisa restringir-se a temáticas específicas.

Ainda que a abordagem utilizada por Monroe (1998) possibilite estimar o grau de consistência entre o status da opinião e da política, assim como a saliência das questões preferidas pelos cidadãos, segundo Wlezien e Soroka (2007) ela não permite estabelecer a direção de causalidade entre as mudanças na opinião pública e a mudanças na política. Segundo os autores, análises desse tipo necessitam de longas séries temporais, para que seja possível observar se a mudança nas preferências dos cidadãos precede a mudança de política.

2.2.2 *Policy covariation*

O modelo de covariância política consiste em analisar a opinião pública e as políticas públicas em dois pontos no tempo. Os estudos que utilizam essa abordagem examinam a opinião pública antes e depois dos períodos de mudanças para que assim seja analisado se são

as mudanças na opinião pública que de fato precedem as políticas (WLEZIEN; SOROKA, 2007).

Nesse âmbito o estudo desenvolvido por Page e Shapiro (1983) é considerado pela literatura como de grande relevância. A pesquisa desses autores analisou mais de 300 políticas públicas nos Estados Unidos no período que se estende de 1935 a 1979. Tinha-se como objetivo compreender tanto se o comportamento dos congressistas era congruente com as mudanças da opinião pública, quanto se a política seguia as mudanças ocorridas na opinião pública ou se era a opinião pública que acompanhava as mudanças ocorridas nas políticas públicas.

Para analisar a relação entre as alterações na opinião pública e as políticas públicas considerou-se como unidade de análise o voto nominal dos legisladores no congresso americano e as preferências dos cidadãos expressas em *surveys* nacionais. A fim de identificar os períodos de mudanças e a direção causal desses processos, Page e Shapiro (1983) analisaram os outputs da política dois anos antes dos *surveys* de opinião pública e quatro anos depois.

No que tange à análise, os autores criaram as seguintes categorias: a) casos em que a política muda de acordo com a opinião pública; b) casos em que as preferências e as políticas apresentaram mudanças em direção oposta ou quando as preferências mudaram significativamente e a política não, c) casos em que não houve mudança nem na política, tampouco na opinião pública; d) casos incertos.

Apesar de analisar todos os casos mencionados acima, Page e Shapiro (1983) dedicam a maior parte do tempo àqueles que apresentaram congruência. Para analisá-los os autores consideraram quatro variáveis, a saber, natureza da opinião pública, tipo de *issues* (“demandas” dos cidadãos), instituições políticas e o “direcionamento ideológico das questões”.

No que tange à variável natureza da opinião pública, os autores estimaram os assuntos de maior saliência para o eleitorado. Essa medida refere-se à média aritmética das porcentagens das respostas “não sabe”, “não respondeu” e “indiferente” de cada questão do *survey*. O “diferencial médio” é a média das diferenças entre a proporção de pessoas que emite a opinião majoritária e a proporção de pessoas que emite a opinião minoritária em relação a uma questão (“quão majoritária é a maioria”). Trata-se de uma média desses diferenciais nos distintos *surveys* nos quais a questão foi aplicada (PAGE; SHAPIRO, 1983).

A análise da natureza da opinião pública evidenciou, por exemplo, que as preferências dos eleitores em relação às políticas nacionais apresentaram níveis mais elevados de congruência quando comparados às políticas internacionais. Conforme os autores, isso ocorre

porque os eleitores possuem mais acesso a informação sobre as políticas nacionais e por essa razão eles se posicionam, tornando evidente suas preferências. O fato de os cidadãos esboçarem suas preferências faz com que determinadas questões se tornem mais salientes do que outras – e as políticas tendem a ser mais sensíveis às questões mais salientes.

Page e Shapiro (1983) identificaram elevados níveis de congruência entre as mudanças ocorridas na opinião pública e as diretrizes da política econômica, política de bem-estar e as políticas referentes aos direitos individuais e civis, tais como liberalização do aborto, liberdade civil, leis referentes ao divórcio.

Sem grandes pormenores, no que diz respeito às considerações finais, Page e Shapiro (1983), pontuam que a mudança na opinião pública causa a mudança na política ou pelo menos interfere nas decisões a serem tomadas pelos representantes. Contudo, para que isso ocorra é necessário que as mudanças nas preferências políticas ocorram de forma substancial e sejam, em alguma medida, estáveis.

2.2.2 *Policy congruence*

Os estudos que analisam a congruência política têm como diretriz dois questionamentos, a saber: “Em que medida a produção de políticas públicas é congruente com as mudanças ocorridas na opinião pública? Em que medida a opinião pública reage às mudanças nas políticas públicas?” (WLEZIEN; SOROKA, 2007, p. 804). Essas questões exigem a análise de dados temporais para que seja observado de que maneira as mudanças na opinião pública e as mudanças na política se interagem ao longo do tempo. Para tanto, faz-se necessário o uso de modelos econométricos.

Dentre os trabalhos que se dedicaram a análise da congruência, cabe ressaltar o de Stimson, MacKuen e Erikson (1995), os quais desenvolveram o modelo dinâmico para analisar a opinião pública em três instituições políticas americanas, a saber, o Tribunal, a Casa branca e o Congresso. Os autores partem do pressuposto de que a opinião pública se altera ao longo do tempo e que os representantes, ao sentirem esse movimento, mudam seu comportamento para agradar os eleitores e, conseqüentemente, aumentar suas chances de serem reeleitos.

Esse processo foi denominado pelos autores como representação dinâmica, a qual tem a seguinte definição:

This dynamic representation is a macro concept. Its focus is electorates and governments, not individual voters, not individual representatives. It differs from the dominant treatments of representation in altogether ignoring the geographical dimension. Nor is it tied to legislatures as the exclusive focus of representation. Representation exists when changing preferences lead to changing policy acts. It is dynamic representation because the idea, in its essence, is structured in time. (STIMSON; MACKUEN; ERIKSON, 1995, p. 543)

A partir do conceito de representação dinâmica, os autores Stimson, MacKuen e Erikson (1995) buscaram analisar se a política pública move em direção à opinião pública independentemente dos efeitos eleitorais (passado). Diante do objetivo mencionado, os autores realizaram dois tipos de testes, de modo que a opinião é sempre medida em $t-1$ e a formulação das políticas públicas em t . Sumariamente, Stimson, MacKuen e Erikson (1995) observaram uma associação positiva entre a opinião e a formulação de políticas.

No que se refere aos resultados, Stimson, MacKuen e Erikson (1995) evidenciaram que as mudanças na opinião pública de fato influenciam a política pública nas três instituições federais analisadas (há variações no grau em que a opinião influencia a política e isso ocorre devido aos mecanismos utilizados pelas instituições para produzir responsividade). Assim sendo, os autores concluem que nos Estados Unidos cada uma das instituições eleitorais traduz imediatamente a opinião pública. Ou seja, quando os políticos sentem uma mudança nas preferências do público, eles agem de forma direta e efetiva para mudar a direção da política pública.

O segundo modelo que busca analisar a relação entre opinião política e as políticas públicas implementadas no que tange a congruência é o *Thermostatic Model*, elaborado por Wlezien e Soroka (2002). Esse modelo tem como objetivo analisar o quanto as políticas públicas federais norte-americanas, em níveis de gastos públicos, se ajustavam as preferências dos cidadãos. Para tanto, tais autores partem de dois pressupostos, o primeiro indica que o público percebe e responde às mudanças ocorridas na política, sinalizando em que medida estão favoráveis as mesmas e o percurso que gostariam que a política seguisse. Já o segundo sugere que os *policymakers* respondem às mudanças ocorridas nas preferências políticas ao longo do tempo.

Nesse modelo, o público se comporta como um termostato capaz de controlar as variações dos gastos públicos. Esse controle ocorre na medida em que o público adéqua suas preferências às mudanças ocorridas na política, ou seja, demandando mais ou menos investimento público em resposta as decisões orçamentárias tomadas pelos *policymakers*. Dito

isso, quando há um maior investimento público em determinada política, a preferência por essa política tende a diminuir, ou vice-versa (WLEZIEN; SOROKA, 2002).

Para Wlezien e Soroka (2002), as políticas preferidas pelo público não são observadas diretamente, uma vez que não há dados sobre opinião pública que possibilitam analisar o quanto de determinada política pública os cidadãos querem. Contudo, é possível mensurar, de forma relativa, essas preferências, tendo em vista que há surveys com perguntas sobre o quanto o governo deveria gastar com políticas públicas (educação, saúde, segurança pública, etc.). Nas palavras de Wlezien e Soroka (2002):

Instead, these organizations ask about relative preferences, whether we are spending ‘too little,’ whether spending should ‘be increased,’ or whether we should ‘do more.’ This, presumably, is how people think about most policies. (Imagine asking people how much health or education spending they want.) The public preference, however defined, also is necessarily relative. (WLEZIEN; SOROKA, 2002, p. 4)

Para mensurar essa relação os autores analisam dois tipos de bancos de dados, a saber, ONS Blue Book e *Expenditure Statistical Analyses* (PESA), referentes às despesas públicas, excluindo transações financeiras, no período de 1977 – 1995. O outro banco de dados foi o General Social Survey (GSS), que corresponde às preferências dos cidadãos por gastos públicos no período de 1973 – 1994, Wlezien e Soroka (2002) consideraram a seguinte questão: “Are we spending too much, too little, or about the right amount on [the military, armaments, and defense]?” (WLEZIEN, 1995, p. 6).

No que tange à análise, Wlezien e Soroka (2002) elucidam que as mudanças que ocorrem nas despesas no ano fiscal “*t*” são modeladas como uma função do suporte líquido no ano “*t-1*”. Esta especificação tem como proposta analisar as decisões orçamentárias, que ocorrem em grande parte ao longo do ano fiscal anterior. Assim, o citado modelo capta a capacidade de resposta à opinião pública quando as decisões orçamentárias realmente foram feitas. Já as inter-relações hipotéticas entre opinião e política não são simultâneas, pois as preferências no ano “*t-1*” influenciam a mudança orçamentária para o ano fiscal “*t*”, o que, por sua vez, influenciará as preferências do ano seguinte.

Embora existam diferenças entre as áreas, quando comparam os gastos com saúde, educação e transporte ao longo do tempo, os autores concluem que os *policymakers* de fato são sensíveis às preferências dos cidadãos norte-americanos, isto é, ao serem sinalizados para que aumentem os gastos públicos em determinadas políticas, os mesmos tendem a tomar decisões condizentes a tais preferências. Assim sendo, para Wlezien e Soroka (2002) a representação de

preferências políticas nos EUA é simétrica em relação à capacidade de resposta pública às preferências políticas do público.

Finalmente, no que tange as potencialidades e limitações do modelo, Wlezien e Soroka (2002) tornam evidente que uma das grandes contribuições do *Thermostatic Model* é sua capacidade de capturar e, sobretudo, mensurar a direção e a magnitude das preferências do público no que se refere aos gastos públicos. Contudo, segundo os autores, essa abordagem é limitada na medida em que não fornece evidências diretas da congruência, uma vez que a opinião pública é um fator explicativo, dentre outros, das mudanças ocorridas na política. Outra questão é o fato desse modelo exigir dados regulares de preferências (opinião pública) e despesas públicas ao longo do tempo e isso nem sempre é possível, entretanto, ainda assim, para Wlezien e Soroka (2002) o modelo pode oferecer uma visão geral da congruência mesmo quando houver medidas (do nível) da política preferida pelo público, o que é o caso da maioria das políticas governamentais.

2.3 Concepção de congruência adotada

Nessa última subseção, são explorados os estudos que balizam a análise da congruência realizada adiante. A proposta de dissertar sobre os trabalhos de Golder e Stramski (2010), González (2013), Lupu, Selios e Warner (2017), Boas e Smith (2019) de forma separada daqueles que foram abordados previamente justifica-se pelo fato desses apresentarem pontos comuns com a presente pesquisa, tais como o modelo de representação utilizado, os condicionantes da congruência considerados e a medição escolhida.

Conforme argumentado anteriormente, apesar das variações, o entendimento sobre o conceito de congruência apresenta-se de forma consensual na literatura (ANDEWEG, 2011), todavia percebe-se que há certa divergência no que tange aos modelos analíticos, o que pode ser observado nos estudos de Achen (1978), Page e Shapiro (1983), Wlezien e Soroka (2002), dentre outros. Tal dissenso justifica-se uma vez que os vínculos representativos podem ser analisados em várias dimensões, portanto, considera-se distintos dados, unidades, indicadores e medidas de análise (OTERO-FELIPE, 2011).

Diferente dos demais estudos que, em sua grande maioria, examinaram a congruência a partir da análise da correlação entre opinião do eleitorado e da elite parlamentar (MILLER; STOKES, 1963) ou análise do coeficiente de Pearson (WEISSBERG, 1978), os modelos de Golder e Stramski (2010), Lupu, Selios e Warner (2017) comparam, distintamente, a

sobreposição entre as funções de distribuição cumulativa das preferências do(s) eleitor(es) em relação a posição do(s) parlamentar(es).

Golder e Stramski (2010) procuraram entender a relação entre congruência ideológica e as regras eleitorais. Conforme os autores, os estudos que abordaram a representação legislativa se concentraram na distância ideológica entre o cidadão mediano e o legislador mediano (MCDONALD; MENDES; BUDGE, 2004; POWELL, 2000), ignorando assim a variância entre as preferências dos cidadãos e dos representantes. Portanto, para analisar como as preferências dos cidadãos são traduzidas em cadeiras legislativas Golder e Stramski (2010) propuseram diferentes medidas, dentre elas, a análise da distância entre as posições ideológicas dos representantes no legislativo em relação as preferências substantivas dos cidadãos – *many-to-many relationships*.

A operacionalização da congruência *many-to-many* requer a avaliação das funções de distribuição acumulada⁷ (CDFs), ou seja, a área entre os CDFs dos cidadãos e dos representantes. Quando as preferências ideológicas dos cidadãos e representantes são distribuídas de forma idêntica na dimensão esquerda-direita, a área entre seus CDFs será zero. Nessa situação, a congruência de muitos para muitos será perfeita. Todavia, quando as distribuições das preferências dos cidadãos e representantes começam a diferir, em termos de sua forma e/ou localização no espaço, então a área entre os CDFs aumentará, indicando um declínio na congruência *many-to-many*.

Golder e Stramski (2010) constataram que, quando os países adotam regras eleitorais majoritárias, espera-se elevados níveis de responsividade e de *accountability*. Segundo os autores, em sistemas majoritários não são produzidas legislaturas que refletem a diversidade das preferências dos cidadãos pois há poucos partidos e os que existem, normalmente, convergem para posições centrais. Não obstante, os países com regras eleitorais proporcionais são mais propensos a ter legislaturas congruentes com as preferências ideológicas dos cidadãos do que em países majoritários, uma vez que reflète a diversidade de opiniões dos segmentos do eleitorado.

⁷ Uma função de distribuição acumulada (em inglês, *Cumulative Distribution Function* – CDF) informa a probabilidade de uma variável aleatória X assumir um valor igual ou inferior a um nível determinado (x). Por exemplo, no contexto da distribuição de respostas de parlamentares num item com escala de respostas de 0 a 10, a CDF indica, para cada ponto da escala, qual a probabilidade de os parlamentares terem escolhido aquele determinado ponto ou qualquer ponto da escala inferior a ele. Nesse exemplo, a CDF para x = 3 reporta a probabilidade de os respondentes terem selecionado 3, 2, 1 ou 0.

A medição escolhida para examinar a congruência entre as preferências dos parlamentares e as dos seus eleitores, a *Earth Mover's Distance* (EMD), foi adaptada do estudo sobre congruência de Lupu, Selios e Warner (2017). A EMD estima o “trabalho” mínimo a ser feito para transformar duas distribuições, de modo que as mesmas se tornem correspondentes. Para tanto, avaliam-se todos os possíveis “fluxos” pelos quais os dados podem ser “movidos”. Ao calcular as distâncias entre distribuições, a EMD examina não apenas as diferenças entre as distribuições, mas também a extensão do esforço necessário para equalizá-las. Maiores valores da EMD indicam maiores distâncias entre as distribuições, e menores valores, o contrário. Em outras palavras, quanto maior o valor da EMD, menor será a congruência entre as preferências políticas dos eleitores e da elite parlamentar.

Dentre os atributos desejáveis para avaliar uma medida de distância, Lupu, Selios e Warner (2017) destacam a ordinalidade: se X e Y_1 estão mais próximos do que X e Y_2 , então a função da distância, D , deve sempre retornar $D(X, Y_1) < D(X, Y_2)$. Portanto, uma boa medida de distância deve recuperar a ordenação e classificação das distribuições que apresentam similaridades. Ela deve também preservar a cardinalidade: se Y_2 é duas vezes mais distante de X que Y_1 , uma medida que recupera $D(X, Y_1) = 2D(X, Y_2)$ é mais adequada, por capturar a magnitude da dessemelhança. A EMD supera outras medidas de congruência (nomeadamente, diferença de médias, função de distribuição acumulada e função densidade de probabilidade) no que tange tanto à ordinalidade quanto à cardinalidade (LUPU, SELIOS, WARNER, 2017).

Quando comparada a outras medidas existentes (GOLDER; STRAMSKI, 2010; ANDEWEG, 2011), a EMD difere substancialmente ao permitir calcular distâncias entre histogramas que não possuam o mesmo intervalo. Os dados são ponderados de acordo com a frequência dos valores e os respectivos tamanhos amostrais, de modo que o tamanho das amostras já ponderadas, W , seja idêntico e unitário ($W_x = W_y = 1$); em seguida, essas são emparelhadas de maneira que todos os dados, independentemente de sua posição, sejam considerados.

Em particular, a EMD supera as medidas propostas por Golder e Stramski (2010), aplicadas por González (2013) e Boas e Smith (2019), as quais apuram a não-sobreposição das funções de distribuição acumulada (*cumulative density functions*, CDFs) para os eleitores e parlamentares. Considere o cenário em que as preferências ideológicas dos cidadãos e representantes são distribuídas de forma idêntica no espectro ideológico. Nessa situação, a área entre as CDFs será igual a zero e a congruência será perfeita. Em contrapartida, à medida que as distribuições diferem, a área entre as CDFs tende a crescer, indicando um declínio no nível

de congruência. Entretanto, essa medida de congruência ignora aspectos de dispersão das distribuições. Por exemplo, a distância entre as CDFs pode ser a mesma para duas distribuições unimodais, concentradas nos polos, e duas distribuições unimodais com centros próximos, desde que as áreas separando os pares de distribuições sejam de igual tamanho. Em termos práticos, no entanto, o esforço para ampliar a congruência pode ser consideravelmente mais custoso diante do quadro de polarização.

Diferentemente da CDF, a EMD considera as particularidades das distribuições de probabilidade e, sobretudo, de cada dado a ser analisado: a posição de uma declaração de preferência em relação à escala e à centralidade da distribuição com que se quer comparar implica mais ou menos movimentos para se equalizarem as distribuições. Por fim, Lupu, Selios e Warner (2017) elucidam que a EMD permite a comparação de diferentes distribuições em um espaço multidimensional, o que torna possível analisar a congruência através de uma variedade de perguntas sem que seja necessário transformar os dados.

3 MODELO EMPÍRICO, AMOSTRA E ANÁLISE MULTIVARIADA DA EMD

No capítulo precedente buscou-se dissertar sobre o debate sobre diferentes conceitos e medidas de congruência. Este capítulo, no entanto, objetiva explicar a operacionalização da medição de congruência escolhida, *Earth Mover's Distance* (EMD). O capítulo, portanto, estrutura-se em torno de quatro seções. Na primeira, busca-se apresentar a variável explicada e descrever o processo de seleção dos casos que serão analisados. A segunda seção versa sobre os condicionantes da congruência e suas estimativas. Na terceira seção foi apresentado a descrição da amostra deste trabalho. A quarta e última seção refere-se ao teste das hipóteses, os quais foram realizados via análise de regressão.

3.1 Variável explicada e seleção de casos

De início, cumpre esclarecer que a EMD pode basear-se em qualquer métrica de distância, como a euclidiana e a L1 (ou distância de Manhattan). Intuitivamente, enquanto a primeira identifica o menor vetor (linha reta) que diretamente une dois pontos, a segunda retorna não a linha reta, mas a projeção dos dois pontos nos eixos. L1 é também conhecida como distância de táxi, já que considera o “*grid*” de projeções – onde transita-se pelas linhas, mas não nas áreas formadas pela interseção destas. As áreas não atravessáveis assemelham-se à disposição reticular de quadras em uma malha viária, daí a analogia.

Lupu, Selios e Warner (2017) recomendam L1 como parâmetro de distância no cálculo da EMD, pois essa métrica facilita a interpretação, sob certas condições. Em cálculos unidimensionais (no caso em tela, que considerem a distribuição de uma questão de *survey* apenas), L1 gera uma distância média na escala da resposta original, como ilustrado pelos autores (p. 102): “To see this, observe that the maximum we could calculate for a question on a 0-10 scale would be if one sample was entirely located at 0, and the other entirely at 10, yielding $(|10 - 0|)(1) = 10$ ”. Aqui, a interpretação é que essas distribuições estão, em média, 10 pontos distantes uma da outra, em uma escala de 11 pontos. Outras métricas de distância produzem EMD sem unidade específica, apenas indicando uma menor congruência quanto maior o valor da EMD calculada. A propriedade de L1 de produzir EMD na escala da resposta original mantém-se em comparações multidimensionais (i.e., incluindo múltiplos itens ou múltiplos *issues*), desde que as escalas das distribuições comparadas na geração de cada EMD sejam idênticas. Neste trabalho, todas as EMDs apresentadas são unidimensionais.

Para comparar EMDs relativas a diferentes *issues*, cada qual produzida a partir de conjuntos potencialmente diferentes de escalas (porém internamente homogêneos), aqui empreende-se a transformação percentual. Assim, cada EMD é obtida a partir da contraposição de distribuições com escalas idênticas, mas as escalas podem variar entre EMDs. Por exemplo, o *issue* referente à prioridade do meio ambiente para receber mais recursos governamentais, apresenta-se em uma escala de 1 a 3. O valor 1 significa que meio ambiente não é listado pelos respondentes como prioridade para aumento de recursos orçamentários; dois indica que meio ambiente é arrolado entre as áreas a receber maior recurso, mas não como área de prioridade máxima; e três implica que o respondente considera meio ambiente como área de máxima prioridade para incremento orçamentário. Essa escala é a mesma no *survey* de opinião pública (neste caso, Lapop 2012) e nos *surveys* de elite (PELA 2010 e 2014). Ao calcular a EMD como percentual da escala do *issue*, essa medida de congruência pode ser contrastada com EMDs derivadas de *issues* de diferentes escalas (e.g., apoio ao aborto, na escala 1 a 10), desde que cada EMD advenha de pares de distribuições de opinião pública e elite com mesma escala.

Note-se que o cálculo da EMD não exige escalas idênticas, mas a produção de EMDs substantivamente interpretáveis, sim. Favorecendo a possibilidade da interpretação substantiva das medidas de congruência computadas e a viabilidade de comparação das EMDs apuradas a partir de diferentes itens e *issues* independentemente das suas escalas originais, neste estudo aplica-se L1. Pela mesma razão, a seleção de *issues* considerou exclusivamente questões com a mesma escala de resposta nos respectivos *surveys* de opinião pública e de elite.

Um segundo critério de seleção concerne à temporalidade dos *surveys*. Compararam-se pesquisas de opinião pública e elite que estivessem separadas por, no máximo, três anos. A aplicação de *surveys* assíncronos tem precedente na literatura empírica de congruência, assim como a escolha arbitrária de uma distância máxima de três anos (e.g., Boas, Smith, 2019, p. 316). Análises assíncronas exploram possíveis defasagens temporais na formação de opiniões de representantes e representados.

Ainda, buscaram-se questões com redações compatíveis nas pesquisas de opinião pública e elite. Um exemplo de questão que não atende esse requisito é o item D35, do AmericasBarometer (Lapop) 2008: “Até que ponto aprova ou desaprova que o governo censure programas de televisão que defende o casamento de homem com homem e mulher com mulher?”; nenhum outro *survey* combina união homoafetiva e censura a programas de televisão. A relação das questões utilizadas encontra-se no Apêndice Metodológico (p.118).

Finalmente, para evitar perda de precisão, foram descartadas as 18 EMDs calculadas a partir de menos de 30 respostas: 8 observações no segmento nenhuma escolarização formal e 10 observações no segmento de renda familiar nula. Com base nos critérios de seleção, 688 EMDs foram identificadas, formando o “n” da amostra deste trabalho.

3.2 Variáveis explicativas

O objetivo desta seção é discorrer sobre a operacionalização dos preditores da congruência, os quais serão abordados a seguir. Importa reiterar que o modelo empírico tem como variável dependente a EMD, apresentada como percentual da escala do *issue* da elite que precisa mover-se para que essa distribuição exiba o mesmo perfil da distribuição de respostas do segmento de opinião pública sendo analisado.

No cenário nacional, entende-se que a congruência seja sensível ao segmento do eleitorado sendo considerado, ao *issue* (mais ou menos controverso), e o momento das pesquisas consideradas, importando tanto a duração do intervalo entre os surveys de opinião pública e de elite, quanto o contexto mais geral e o destaque do *issue* na agenda midiática e política.

O modelo empírico proposto abarca esses controles. As variáveis explicativas agrupam-se nas seguintes dimensões: segmento do eleitorado, *issue*, surveys de opinião pública e elite (pesquisa e referência temporal) e contexto político, este apreendido a partir da composição da Câmara dos Deputados. Segmentou-se o eleitorado, mas não a elite parlamentar. Isto porque menos de um terço dos 513 deputados respondeu a cada edição dos *surveys* de elite; além da disponibilidade limitada de dados para alguns segmentos (e.g., cor/ raça), recortar essas pesquisas em segmentos como as de opinião pública levaria a subgrupos com um número reduzido de respostas. Para explorar a dimensão descritiva da representação, optou-se pelas variáveis de composição da legislatura, descritas à frente.

Com exceção das covariáveis de contexto político, os regressores correspondem a variáveis *dummy*. Assim, o modelo resultante é essencialmente uma análise de diferença de médias com controles. A Equação I sintetiza esse modelo. A unidade de análise corresponde a uma combinação de segmento de opinião pública (*s*), *issue* (*i*), *survey* de opinião pública (*sp*) e ano do *survey* de elite (*te*).

$$EMD_{s,i,sp,te} = \alpha + \beta Segmento_s + \gamma Issue_i + \delta Survey_{sp,te} + \varepsilon_{s,i,sp,te} \quad (I)$$

A hipótese de que congruência entre preferências do eleitorado e dos parlamentares é sensível às características socioeconômicas e sociodemográficas dos eleitores é testada a partir da estimação de parâmetros para os segmentos. No que tange aos segmentos, considerou-se escolaridade, renda, gênero, raça e idade. As hipóteses referentes a esses condicionantes são baseadas na distribuição desigual de recursos; assim sendo, espera-se que: i) os cidadãos mais escolarizados e os ricos sejam sobre-representados e suas preferências mais congruentes com as dos parlamentares; ii) os negros desfrutem de menor congruência, em função da concentração de recursos e oportunidades de desenvolvimento de habilidades entre brancos; iii) a idade seja um preditor significativo para explicar a congruência, já que os mais jovens e os mais idosos dispõem de menos recursos para expressarem suas preferências; iv) o posicionamento dos legisladores seja mais próximo ao dos homens que ao das mulheres, em função do acesso diferencial a recursos, em especial tempo e dinheiro.

Os dados advêm do Lapop (AmericasBarometer, edições de 2008, 2010, 2012, 2014 e 2017) e LatinoBarómetro (edições de 2001, 2002, 2004, 2007, 2008, 2009, 2011 e 2015), como pesquisas de ordem da opinião pública, e o *Parliamentary Elites in Latin America* (PELA, edições 2004, 2010 e 2014) como *survey* de elite. A PELA entrevista deputados apenas. As análises adiante são ponderadas de acordo com os pesos calculados pelas respectivas equipes responsáveis pelas pesquisas, quando disponibilizados. Especificamente, a PELA 2010 acompanha pesos para tornar a amostra representativa da composição partidária (da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, respectivamente); pesos no Lapop 2010 e 2017 produzem resultados nacionalmente representativos, enquanto as demais edições aqui consideradas dos quatro surveys constituem amostras autoponderadas.

Cada linha do banco de dados construído para este estudo consiste em uma medida de congruência (EMD), segmento de opinião pública a que se refere, *issue* e detalhamento dos surveys utilizados para essa comparação de preferências. O Quadro 3.1 descreve os segmentos examinados e *issues*, bem como os respectivos apelidos (utilizados para simplificar a referência aos segmentos e *issues*).

Os *issues* considerados podem ser classificados em quatro grupos, por afinidade temática: costumes (apoio ao aborto e ao casamento gay); meio ambiente (como problema importante e como pasta para a qual mais recursos deveriam ser direcionados); papel do Estado nas políticas sociais e combate às desigualdades (Estado como responsável pelo bem-estar das pessoas, serviços de saúde, pensões e aposentadorias e pela redução de desigualdades de renda),

e papel do Estado na economia (Estado como responsável pela geração de empregos, propriedade de empresas e regulação de mercado).

Quadro 3.1 – Descrição dos segmentos de opinião pública e *issues* considerados

Dimensão	Apelido	Escala
<i>Segmento de opinião pública</i>		
Escolaridade		
Nenhum estudo	nenhum.estudo	-
Algum fundamental	algum.fundamental	
Algum médio	algum.medio	
Algum superior	algum.superior	
Renda familiar		
Nenhuma renda	salario.00	-
Alguma renda até 1 s.m.	salario.01	
Entre 1 e 2 s.m.	salario.02	
Entre 2 e 3 s.m.	salario.03	
Mais de 3 s.m.	salario.p03	
Sexo		
Homem	homem	-
Mulher	mulher	
Cor/ raça		
Branca	raca.branca	-
Parda	raca.parda	
Preta	raca.preta	
Outra cor/ raça	raca.outra	
Idade		
16 a 25 anos	idade.16a25	-
26 a 40 anos	idade.26a40	
41 a 60 anos	idade.41a60	
Mais de 60 anos	idade.p60	
<i>Issue</i>		
Aborto deve ser discriminizado	apoia.aborto	1-10
Casais do mesmo sexo devem ter o direito de casar-se	casa.gay	1-10
Meio ambiente é problema importante	ambiente.problema	1-4
Meio ambiente deveria receber mais orçamento	ambiente.orca	1-3
Estado deveria assegurar o bem-estar das pessoas	estado.estar	1-7
Estado deveria ser responsável por serviços de saúde	estado.saude	1-7
Estado como responsável por pensões e aposentadorias	estado.aposenta	1-7
Estado deveria reduzir desigualdade de renda	estado.desigual	1-7
Estado deveria ser responsável por criar empregos	estado.empregos	1-7
Estado deveria ser dono das empresas mais importantes	estado.empresas	1-7
Economia deveria ser regulada pelo mercado	mercado.regula	1-10

Fonte: Elaboração própria.

Uma forma de facilitar de compreensão dos dados é tratar cada observação como uniões de *issue* e par de *surveys* comparados, aqui referidas como combinações, das quais derivam as observações de EMD. Por exemplo, o *issue* “meio ambiente deveria ser prioritário sobre crescimento econômico”, na combinação “_lapop_2014_bls_2013”, correspondente a uma

combinação, à qual associam-se 18 EMDs, cada uma para um segmento diferente. O Quadro 3.2 especifica as 27 combinações presentes na amostra do trabalho; nota-se claramente o caráter não balanceado da mesma; nenhum *issue* é acompanhado em todos os anos incluídos.

Quadro 3.2 – *Issues*, anos dos *surveys* de opinião pública e de elite e combinações presentes na amostra

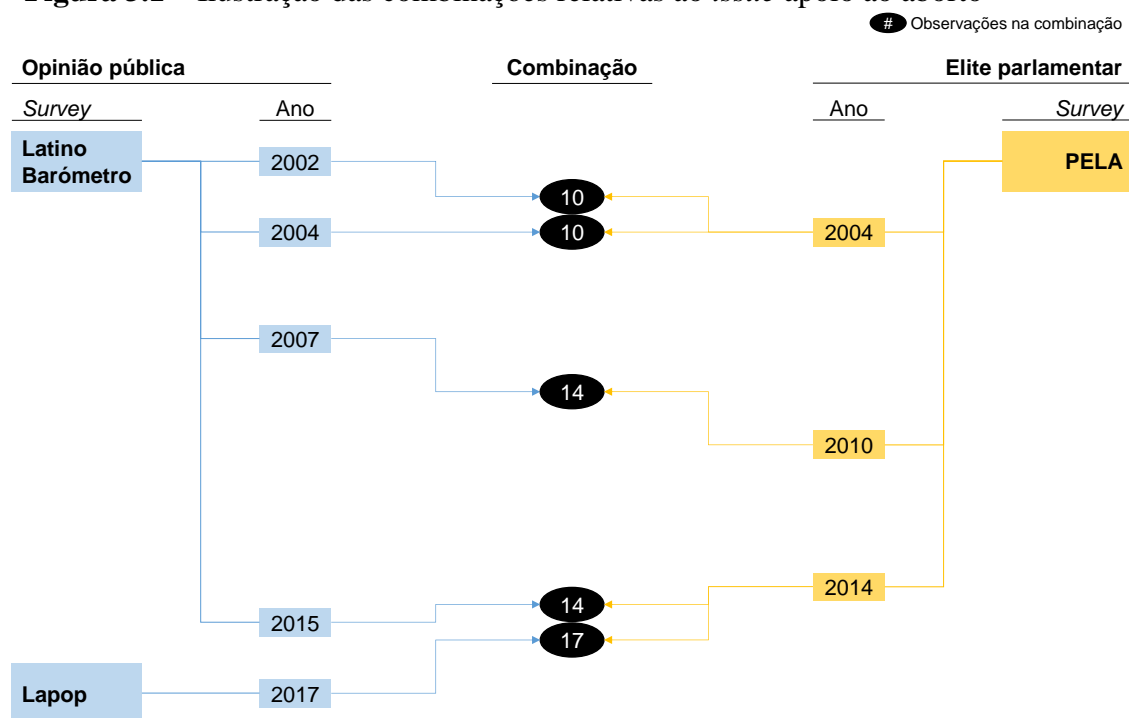
#	Issue	Ano do <i>survey</i> de opinião pública												Survey op. pública		#	Combinções	Observações (total = 485)		
		2001	2002	2004	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2014	2015	2017	Lapop	Latino					
1	apoia.aborto		X	X	X								X	X	X	X	1	lapop_2017_pela_2014	17	
																	2	latino_2002_pela_2004	10	
																		3	latino_2004_pela_2004	10
																		4	latino_2007_pela_2010	14
																		5	latino_2015_pela_2014	14
2	casa.gay							X			X			X		6	lapop_2010_pela_2010	19		
																7	lapop_2014_pela_2014	18		
3	ambiente.problema	X													X	8	latino_2001_pela_2004	14		
4	ambiente.orca									X				X		9	lapop_2012_pela_2010	17		
																10	lapop_2012_pela_2014	17		
5	estado.estar					X		X		X				X		11	lapop_2008_pela_2010	19		
																12	lapop_2010_pela_2010	19		
																13	lapop_2012_pela_2010	17		
6	estado.saude							X		X			X		14	lapop_2010_pela_2010	19			
															15	lapop_2012_pela_2010	17			
7	estado.aposenta							X					X		16	lapop_2010_pela_2010	19			
8	estado.desigual					X		X		X			X		17	lapop_2008_pela_2010	19			
															18	lapop_2010_pela_2010	19			
															19	lapop_2012_pela_2010	17			
9	estado.empregos					X		X		X			X		20	lapop_2008_pela_2010	19			
															21	lapop_2010_pela_2010	19			
10	estado.empresas					X		X		X			X		22	lapop_2012_pela_2010	17			
															23	lapop_2008_pela_2010	19			
															24	lapop_2010_pela_2010	19			
11	mercado.regula					X	X							X	25	lapop_2012_pela_2010	17			
															26	latino_2008_pela_2010	14			
															27	latino_2009_pela_2010	14			

Nota: Combinações em negrito baseiam-se em *surveys* de opinião pública e elite aplicados num mesmo ano; essas nove combinações somam 161 observações. Vide Quadro 3.1 para descrição dos *issues*.

Fonte: Elaboração própria.

A título de exemplo, a Figura 3.1 ilustra as combinações relativas ao *issue* “aborto deve ser descriminalizado”. As 100 observações do *issue* estão distribuídas em cinco combinações (ovais), das quais apenas uma é síncrona (i.e., derivada de pesquisas de opinião pública e elite contemporâneas).

Figura 3.1 – Ilustração das combinações relativas ao *issue* apoio ao aborto



Fonte: Elaboração própria.

3.3. Descrição da amostra

Conforme pôde ser observado, nas seções anteriores buscou-se discorrer sobre o processo de seleção de casos e operacionalizados dos preditores de congruência. Nesta seção, portanto, objetiva-se descrever os resultados encontrados na presente pesquisa a partir da estimativa EMD.

A Tabela 3.1 informa estatísticas descritivas das variáveis consideradas nos modelos de regressão e outras selecionadas. O valor médio da EMD é 13,79%. Portanto, as distribuições de preferências de eleitores e representantes estão distantes, em média, cerca de 14% da escala de respostas possíveis do respectivo *issue*.

Tabela 3.1 – Estatísticas descritivas da amostra de trabalho

Variável	Observações	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Percentil 25	Percentil 75	Máximo
Variável dependente							
EMD (em percentual da escala do item)	453	13.79	11.62	0.12	4.04	23.20	47.14
Segmento de opinião pública							
Escolaridade							
Nenhum estudo	453	0.04	0.20	0.00	0.00	0.00	1.00
Algum fundamental	453	0.06	0.24	0.00	0.00	0.00	1.00
Algum médio	453	0.06	0.24	0.00	0.00	0.00	1.00
Algum superior	453	0.06	0.24	0.00	0.00	0.00	1.00
Renda familiar							
Nenhuma renda	453	0.02	0.15	0.00	0.00	0.00	1.00
Alguma renda até 1 s.m.	453	0.04	0.21	0.00	0.00	0.00	1.00
Entre 1 e 2 s.m.	453	0.04	0.21	0.00	0.00	0.00	1.00
Entre 2 e 3 s.m.	453	0.04	0.21	0.00	0.00	0.00	1.00
Mais de 3 s.m.	453	0.04	0.21	0.00	0.00	0.00	1.00
Sexo							
Homem	453	0.06	0.24	0.00	0.00	0.00	1.00
Mulher	453	0.06	0.24	0.00	0.00	0.00	1.00
Cor/ raça							
Branca	453	0.06	0.23	0.00	0.00	0.00	1.00
Parda	453	0.06	0.23	0.00	0.00	0.00	1.00
Preta	453	0.06	0.23	0.00	0.00	0.00	1.00
Outra cor/ raça	453	0.06	0.23	0.00	0.00	0.00	1.00
Idade							
16 a 25 anos	453	0.06	0.24	0.00	0.00	0.00	1.00
26 a 40 anos	453	0.06	0.24	0.00	0.00	0.00	1.00
41 a 60 anos	453	0.06	0.24	0.00	0.00	0.00	1.00
Mais de 60 anos	453	0.06	0.24	0.00	0.00	0.00	1.00
Issue							
Aborto deve ser discriminizado	453	0.14	0.35	0.00	0.00	0.00	1.00
Casais do mesmo sexo devem ter o direito de casar-se	453	0.08	0.27	0.00	0.00	0.00	1.00
Meio ambiente é problema importante	453	0.03	0.17	0.00	0.00	0.00	1.00
Meio ambiente deveria receber mais orçamento	453	0.08	0.26	0.00	0.00	0.00	1.00
Estado deveria assegurar o bem-estar das pessoas	453	0.12	0.33	0.00	0.00	0.00	1.00
Estado deveria ser responsável por serviços de saúde	453	0.08	0.27	0.00	0.00	0.00	1.00
Estado como responsável por pensões e aposentadorias	453	0.04	0.20	0.00	0.00	0.00	1.00
Estado deveria reduzir desigualdade de renda	453	0.12	0.33	0.00	0.00	0.00	1.00
Estado deveria ser responsável por criar empregos	453	0.12	0.33	0.00	0.00	0.00	1.00
Estado deveria ser dono das empresas mais importantes	453	0.12	0.33	0.00	0.00	0.00	1.00
Economia deveria ser regulada pelo mercado	453	0.06	0.24	0.00	0.00	0.00	1.00
Composição da Câmara dos Deputados							
Percentual com ensino superior completo	453	79.69	1.66	74.90	80.50	80.50	80.50
Percentual de evangélicos	453	9.76	2.60	8.38	8.38	8.38	15.01
Percentual de esquerda	453	65.56	4.84	54.78	68.03	68.03	68.03
Survey							
Opinião pública: Lapop	453	0.80	0.40	0.00	1.00	1.00	1.00
Opinião pública: LatinoBarómetro	453	0.20	0.40	0.00	0.00	0.00	1.00
Ano do survey de opinião pública							
2001	453	0.03	0.17	0.00	0.00	0.00	1.00
2002	453	0.02	0.15	0.00	0.00	0.00	1.00
2004	453	0.02	0.15	0.00	0.00	0.00	1.00
2007	453	0.03	0.17	0.00	0.00	0.00	1.00
2008	453	0.20	0.40	0.00	0.00	0.00	1.00
2009	453	0.03	0.17	0.00	0.00	0.00	1.00
2010	453	0.29	0.46	0.00	0.00	1.00	1.00
2012	453	0.26	0.44	0.00	0.00	1.00	1.00
2014	453	0.04	0.20	0.00	0.00	0.00	1.00
2015	453	0.03	0.17	0.00	0.00	0.00	1.00
2017	453	0.04	0.19	0.00	0.00	0.00	1.00
Ano do survey de elite							
2004	453	0.08	0.26	0.00	0.00	0.00	1.00
2010	453	0.78	0.42	0.00	1.00	1.00	1.00
2014	453	0.15	0.35	0.00	0.00	0.00	1.00
Intervalo entre surveys de elite e opinião pública							
Elite 3 anos antes	453	0.04	0.19	0.00	0.00	0.00	1.00
Elite 2 anos antes	453	0.23	0.42	0.00	0.00	0.00	1.00
Elite 1 ano antes	453	0.03	0.17	0.00	0.00	0.00	1.00
Elite no mesmo ano da opinião pública	453	0.36	0.48	0.00	0.00	1.00	1.00
Elite 1 ano após	453	0.03	0.17	0.00	0.00	0.00	1.00
Elite 2 anos após	453	0.26	0.44	0.00	0.00	1.00	1.00
Elite 3 anos após	453	0.06	0.24	0.00	0.00	0.00	1.00

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à distribuição de observações por segmento de opinião pública, dos 19 agrupamentos considerados, “nenhuma renda” é o estrato menos representado na amostra, com 11 observações (2% das 453 EMDs). Nesse segmento, o número de respondentes era menor que 30 ou a informação sobre renda estava indisponível, tornando impraticável o cálculo de EMD para 16 das 27 combinações potenciais. De outro lado, os segmentos de escolaridade (exceto “nenhum estudo”), sexo e idade apresentam EMD para todas as 27 combinações possíveis.

No tocante à distribuição de observações por *issue*, 14% delas trata do apoio ao aborto – o tema mais frequente na amostra. O *issue* com menor presença é meio ambiente como problema importante, com somente 3% das EMDs.

Sobre a composição da Câmara dos Deputados, uma média de 80% dos parlamentares eleitos possuía ensino superior completo; 66% autoposicionava-se à esquerda, e 10% eram evangélicos.

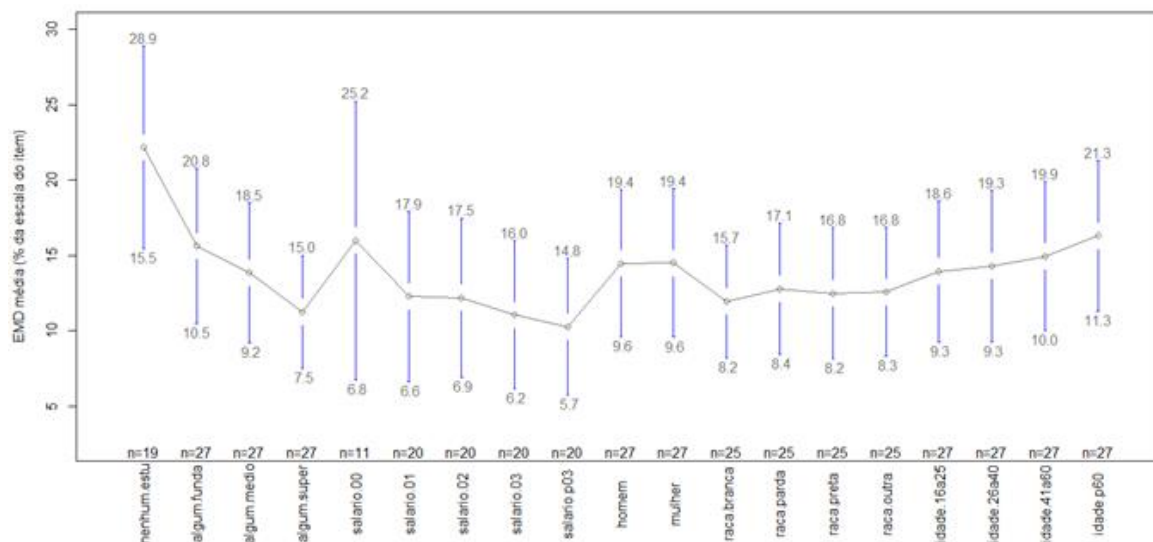
Quatro quintos das observações baseiam-se no Lapop como *survey* de opinião pública, e quinto restante no LatinoBarómetro. A respeito dos anos em que foram realizados os surveys de opinião pública, 2010 é o mais frequente entre as observações, com 29%. Essa é também a referência temporal dos surveys de elite para a vasta maioria da amostra (78%). Em 36% da amostra, os surveys de elite e opinião pública utilizados para o cálculo da EMD foram realizados no mesmo ano. O *survey* de elite precedeu o de opinião pública em 29% das observações, e o sucedeu em 35%.

Quando consideradas apenas as médias de EMD por segmento do eleitorado, sem qualquer tipo de controle estatístico⁸, percebem-se diferenças – na maioria dos casos, de pequena monta – entre os grupos definidos a partir das dimensões analisadas. Figura e Tabela 3.2 detalham a variação da EMD por segmento. Tipicamente, essas diferenças de médias apresentaram-se no sentido esperado: maior EMD (i.e., menor congruência) para níveis mais baixos de escolaridade e salário, para não brancos e para as faixas etárias mais altas. Diferentemente da expectativa, a EMD média de homens e mulheres é virtualmente idêntica (14,49 e 14,50, respectivamente), e a EMD média de jovens (16 a 25 anos) é mais baixa que a das duas faixas etárias subsequentes – 26 a 40 anos e 41 a 60 anos, com médias de 14,30 e

⁸ Estas análises preliminares, do nível das médias e da diferença entre elas, servem apenas ao propósito de descrever a distribuição amostral. O teste das hipóteses será apoiado pela estimação de regressões multivariadas, empreendida na próxima seção.

14,95, nessa ordem. As diferenças mais salientes entre estratos aparecem na dimensão escolaridade, mas também são perceptíveis nos segmentos de renda e idade.

Figura 3.2 – EMD por segmento da opinião pública



Nota: Barras verticais delimitam o intervalo de confiança em torno das médias, ao nível de confiança de 95%. “n” informa o número de observações por segmento. Vide Quadro 3.1 para descrição dos segmentos.

Fonte: Elaboração própria.

Testes *t* de diferença de médias indicam que apenas na dimensão escolaridade há diferenças estatisticamente significantes entre as médias de EMD por segmento (Tabela 3.2). O estrato “Nenhum estudo” apresenta EMD média de 22,18, enquanto a média em “Algum superior” é de 11,27; portanto, a opinião dos parlamentares tende a se encontrar mais próxima da dos eleitores que acessaram a educação terciária, e mais distante daqueles sem escolarização formal.

Tabela 3.2 – Testes *t* de diferença entre médias de EMD, por segmento de opinião pública

Segmento de opinião pública	Apelido	Segmento		Restante da dimensão		p-valor do teste
		EMD Média	n	EMD Média	n	
Dimensão: Escolaridade						
Nenhum estudo	nenhum.estudo	22,18	19	13,58	81	0,019 *
Algum fundamental	algum.fundamental	15,63	27	15,06	73	0,845
Algum médio	algum.medio	13,85	27	15,72	73	0,492
Algum superior	algum.superior	11,27	27	16,68	73	0,026 *
Dimensão: Renda familiar						
Nenhuma renda	salario.00	16,00	11	11,45	80	0,313
Alguma renda até 1 s.m.	salario.01	12,27	20	11,92	71	0,908
Entre 1 e 2 s.m.	salario.02	12,19	20	11,94	71	0,931
Entre 2 e 3 s.m.	salario.03	11,05	20	12,26	71	0,657
Mais de 3 s.m.	salario.p03	10,28	20	12,48	71	0,396
Dimensão: Sexo						
Homem	homem	14,49	27	14,50	27	0,998
Mulher	mulher	14,50	27	14,49	27	0,998
Dimensão: Cor/ raça						
Branca	raca.branca	11,96	25	12,62	75	0,764
Parda	raca.parda	12,78	25	12,35	75	0,858
Preta	raca.preta	12,50	25	12,44	75	0,979
Outra cor/ raça	raca.outra	12,58	25	12,41	75	0,946
Dimensão: Idade						
16 a 25 anos	idade.16a25	13,96	27	15,18	81	0,647
26 a 40 anos	idade.26a40	14,30	27	15,07	81	0,782
41 a 60 anos	idade.41a60	14,95	27	14,85	81	0,973
Mais de 60 anos	idade.p60	16,31	27	14,40	81	0,496

Notas: Testes *t* de diferença entre médias considerando variâncias desiguais. “n” informa o número de observações por segmento. * Diferença de médias estatisticamente significativa a $\alpha = 5\%$.
Fonte: Elaboração própria.

Esse resultado poderia sugerir que as capacidades de participação são desenvolvidas por meio da escolarização (mais do que pelo acesso a recursos monetários) ou que dependem de algum outro atributo, correlacionado com escolaridade. Todavia, essa interpretação seria precipitada. Esse resultado pode estar influenciado pela distribuição de observações em diferentes combinações de *issues*, *surveys* e anos; por essa razão, deve ser tomado com cautela até que outras dimensões de variação sejam introduzidas – o que será realizado na análise de regressão adiante.

Cabe, ainda, explorar a distribuição de EMD por *issue*, *survey*, ano e intervalo entre *surveys*. A Tabela 3.3 apresenta a média e outras estatísticas descritivas de EMD por agrupamentos desses atributos. Entre os *issues* relacionados aos costumes, nota-se maior congruência em casamento gay (EMD média = 10,61%) que em aborto (20,13%). Meio ambiente como problema importante apresenta EMD similar à média da amostra, já meio ambiente enquanto área que merece mais orçamento mostra altíssima congruência (EMD média

= 0,73, com 34 observações), provavelmente em função do formato da questão, como tratado na sequência.

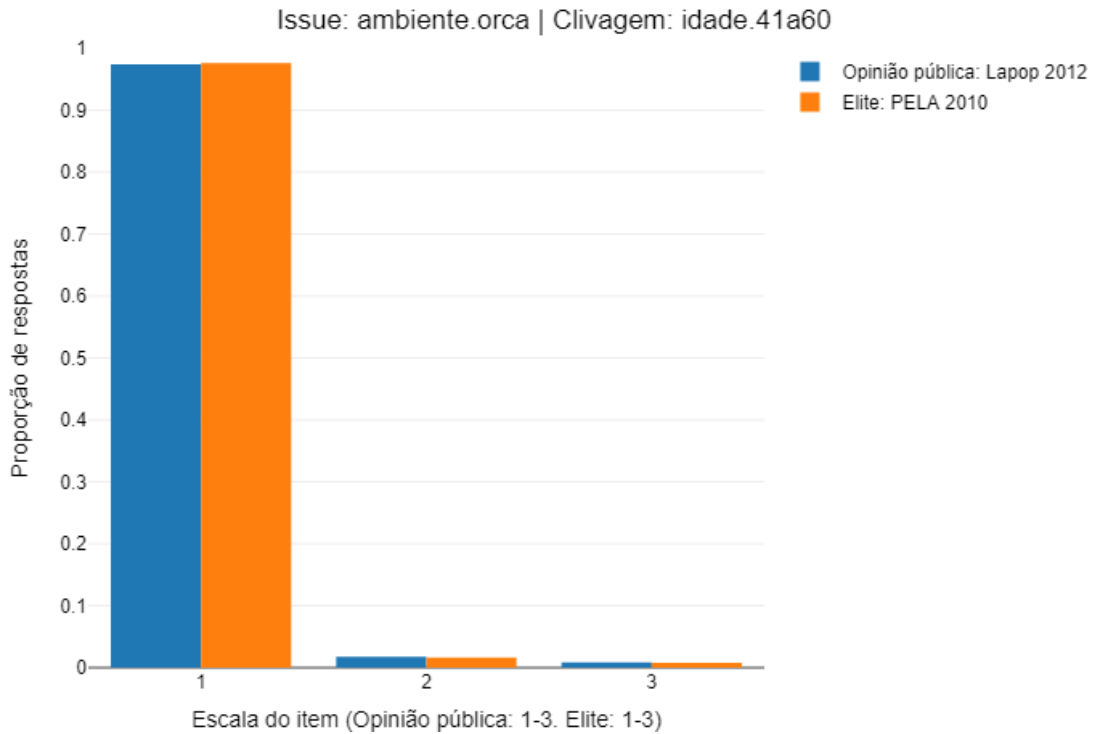
Tabela 3.3 - Estatísticas descritivas da EMD por *issue*, *survey*, ano e intervalo entre *surveys*

	Observações	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Percentil 25	Percentil 75	Máximo
EMD (em percentual da escala do item)	453	13.79	11.62	0.12	4.04	23.20	47.14
<i>Issue</i>							
Aborto deve ser discriminizado	65	20.13	14.95	3.27	6.87	38.71	47.14
Casais do mesmo sexo devem ter o direito de casar-se	37	10.61	8.78	0.52	4.87	14.57	41.11
Meio ambiente é problema importante	14	14.21	4.27	3.88	12.50	16.24	22.52
Meio ambiente deveria receber mais orçamento	34	0.73	0.49	0.12	0.27	1.01	2.10
Estado deveria assegurar o bem-estar das pessoas	55	4.53	2.11	1.53	2.74	6.36	10.19
Estado deveria ser responsável por serviços de saúde	36	3.45	0.68	2.24	3.14	3.65	5.76
Estado como responsável por pensões e aposentadorias	19	9.99	2.16	7.25	9.15	10.34	17.59
Estado deveria reduzir desigualdade de renda	55	5.49	1.31	1.81	4.74	6.39	9.27
Estado deveria ser responsável por criar empregos	55	24.10	4.99	14.28	19.43	27.75	31.22
Estado deveria ser dono das empresas mais importantes	55	29.08	3.96	21.38	26.46	31.23	43.56
Economia deveria ser regulada pelo mercado	28	19.04	2.62	15.29	17.02	21.09	24.67
<i>Survey</i>							
Opinião pública: Lapop	363	11.83	10.88	0.12	3.49	23.26	43.56
Opinião pública: LatinoBarómetro	90	21.72	11.19	3.88	15.11	22.61	47.14
<i>Ano do survey de opinião pública</i>							
2001	14	14.21	4.27	3.88	12.50	16.24	22.52
2002	10	42.04	4.91	29.17	41.36	44.51	47.14
2004	10	39.21	4.74	26.95	39.00	40.89	44.77
2007	14	18.03	3.58	9.59	16.81	19.99	24.56
2008	90	15.39	8.44	3.53	6.75	21.65	34.91
2009	14	17.37	2.47	15.29	15.66	18.12	24.67
2010	133	12.06	11.47	0.52	3.36	25.13	43.56
2012	119	10.14	11.78	0.12	1.39	26.38	32.78
2014	18	16.77	8.35	5.96	12.40	20.38	41.11
2015	14	11.25	4.26	6.18	8.67	11.66	22.01
2017	17	5.07	1.27	3.27	4.19	5.90	7.96
<i>Intervalo entre surveys de elite e opinião pública</i>							
Elite 3 anos antes	17	5.07	1.27	3.27	4.19	5.90	7.96
Elite 2 anos antes	102	11.67	12.06	0.12	3.13	27.10	32.78
Elite 1 ano antes	14	11.25	4.26	6.18	8.67	11.66	22.01
Elite no mesmo ano da opinião pública	161	14.27	12.68	0.52	3.63	26.63	44.77
Elite 1 ano após	14	17.37	2.47	15.29	15.66	18.12	24.67
Elite 2 anos após	117	15.57	12.17	0.27	6.15	22.45	47.14
Elite 3 anos após	28	16.12	4.33	3.88	13.54	19.04	24.56

Fonte: Elaboração própria.

A título de ilustração, cabe apresentar duas situações extremas de congruência na amostra. A maior congruência estimada, com $EMD = 0,123\%$, refere-se ao *issue* “Meio ambiente deveria receber mais orçamento”, no segmento etário dos 41 aos 60 anos. Figura 3.3 mostra a distribuição das respostas ao *issue* no segmento e o conjunto de respostas dadas pela elite parlamentar. Nota-se uma grande concentração de respostas em 1; para a quase totalidade de eleitores e representantes ouvidos, meio ambiente não é considerado foco prioritário para ampliação de orçamento governamental. Nessa escala, 2 representa segunda prioridade, e 3 significa prioridade máxima para expansão orçamentária.

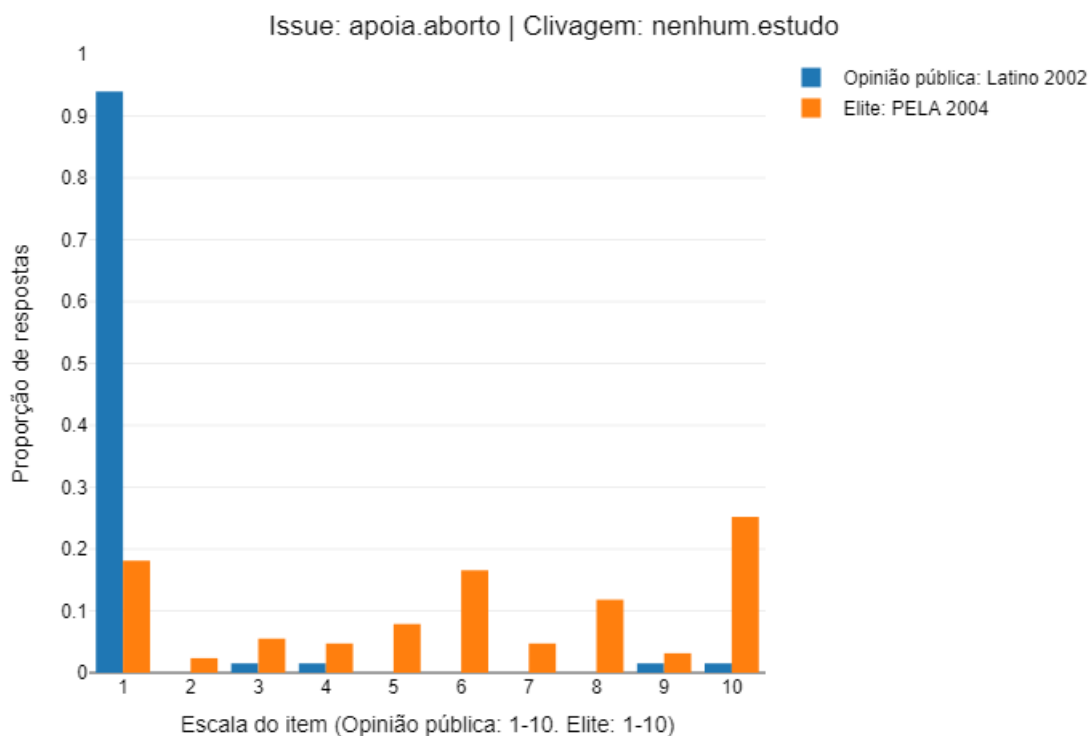
Figura 3.3 – Máxima congruência na amostra de trabalho (EMD = 0,123%)



Fonte: Elaboração própria.

Em contraste, o *issue* apoio ao aborto exibe no segmento “nenhum estudo” a menor congruência na amostra, com EMD = 47,139%. Aqui, 94% da opinião pública mostra o menor nível possível de suporte ao aborto, enquanto no *survey* de elite o ponto da escala mais frequentemente selecionado é 10, valor que indica o maior nível de apoio (Figura 3.4).

Figura 3.4 – Mínima congruência na amostra de trabalho (EMD = 47,139%)



Fonte: Elaboração própria.

Uma distinção clara emerge da análise da EMD entre os *issues* relativos ao papel do Estado (Tabela 3.3). De um lado, os quatro *issues* relativos às políticas sociais e combate à desigualdade exibem EMD média inferior à média amostral. De outro lado, os três *issues* tocantes ao papel do Estado na economia gozam de um nível bem menor de congruência, com EMD médias variando de 19,04 a 29,08%.

EMDs calculadas a partir do Lapop são em média 10 pontos percentuais menores que aquelas baseadas no LatinoBarómetro. Parece ter havido uma tendência geral de aumento da congruência (redução da EMD) a partir de 2007. Naturalmente, esse resultado é influenciado pela seleção de *issues* nos anos mais remotos e mais recentes, já que a amostra de trabalho constitui um painel não balanceado; nela, por exemplo, o tema ambiente foi perguntado ao público apenas em 2001, e somente o *issue* aborto em 2002, 2004 e 2007 (Quadro 3.2).

A congruência tende a ser maior (i.e., EMD menor) em combinações onde os surveys de elites são anteriores aos de opinião pública. Assim como nas outras dimensões de explicação, esse resultado pode estar influenciado pela distribuição de temas em diferentes anos e combinações, e é melhor compreendido a partir da análise de regressão multivariada, onde o controle estatístico permite calcular médias mantendo-se constantes as demais dimensões de variação da EMD. Esse é o foco da próxima subseção.

3.4 Teste das hipóteses via análise de regressão

Ao longo deste capítulo, foi apresentada a medida escolhida para examinar a dissonância entre as predileções dos eleitores e dos parlamentares, a EMD. O modelo empírico, os preditores considerados importantes para a congruência e a operacionalização dos mesmos também foram descritos acima. Esta subseção reporta a análise de regressão da EMD, com foco no escrutínio de hipóteses sobre os estratos do eleitorado.

Especificamente, é testada a hipótese de que a congruência entre preferências do eleitorado e dos parlamentares seja sensível às características socioeconômicas e sociodemográficas dos eleitores. As implicações da concentração de recursos e habilidades em certos segmentos da população (mais escolarizados, de maior renda, brancos e mais jovens) são examinadas a partir da estimação de parâmetros para os segmentos.

Para tanto, percorre-se o conjunto de modelos de regressão estimados, dos mais simples aos mais completos. Ao apresentar especificações contendo apenas subconjuntos de variáveis, o intuito é comunicar as associações entre nível de congruência e grupos de covariáveis isoladamente. Já as estimativas completas reportam associações parciais, identificadas a partir da presença de controles de diferentes naturezas.

Especificação (1) da Tabela 3.4 retorna os coeficientes estimados para um modelo contendo como variáveis explicativas apenas as *dummies* relativas ao segmento do eleitorado. Nessa especificação, somente o segmento sem qualquer escolarização demonstra EMD média diferente da respectiva categoria de referência. Apenas 3,6% da variação da EMD em torno de sua média são explicados pelos segmentos do eleitorado, como aponta o coeficiente de determinação (R^2).

Em (2) são acrescentados os marcadores referentes a *issue*. Coeficientes estimados para os segmentos do eleitorado são similares aos calculados em (1), exceto que a faixa etária “Mais de 60 anos” passa a mostrar significância estatística. Controlando-se pelo segmento do eleitorado, parece haver variação sistemática nos níveis de EMD em função do tema; a inclusão desses controles eleva dramaticamente o R^2 , para quase 70%.

Tabela 3.4 - Coeficientes estimados em modelos de mínimos quadrados ordinários, tendo a EMD (em percentual da escala do item) como variável dependente

Coeficientes estimados em modelos de mínimos quadrados ordinários, tendo a EMD (em percentual da escala do item) como variável dependente						
	Especificação (1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(5) EP robustos
Nenhum estudo	9,452*** (2,853)	7,841*** (1,635)	6,719*** (1,411)	6,284*** (0,928)	6,239*** (0,930)	6,239*** (1,510)
Algum fundamental	2,903 (2,459)	2,554* (1,404)	2,315* (1,210)	2,026** (0,796)	2,026** (0,796)	2,026*** (0,700)
Algum médio	1,126 (2,459)	0,777 (1,404)	0,538 (1,210)	0,249 (0,796)	0,248 (0,796)	0,248 (0,690)
(Referência) Algum superior	-	-	-	-	-	-
Nenhuma renda	3,270 (3,645)	3,356 (2,094)	3,387* (1,804)	3,559*** (1,187)	3,484*** (1,190)	3,484* (1,897)
Alguma renda até 1 s.m.	-0,455 (2,791)	0,813 (1,600)	1,574 (1,380)	1,623* (0,908)	1,623* (0,908)	1,623** (0,749)
Entre 1 e 2 s.m.	-0,534 (2,791)	0,735 (1,600)	1,496 (1,380)	1,544* (0,908)	1,545* (0,908)	1,545** (0,770)
Entre 2 e 3 s.m.	-1,674 (2,791)	-0,405 (1,600)	0,356 (1,380)	0,404 (0,908)	0,405 (0,908)	0,405 (0,660)
(Referência) Mais de 3 s.m.	-	-	-	-	-	-
(Referência) Homem	-	-	-	-	-	-
Mulher	1,769 (2,459)	1,420 (1,404)	1,181 (1,210)	0,892 (0,796)	0,891 (0,796)	0,891 (0,673)
(Referência) Branca	-	-	-	-	-	-
Parda	0,050 (2,538)	0,164 (1,450)	0,330 (1,249)	1,229 (0,822)	1,229 (0,822)	1,229* (0,738)
Preta	-0,227 (2,538)	-0,113 (1,450)	0,054 (1,249)	0,953 (0,822)	0,953 (0,822)	0,953 (0,634)
Outra cor/ raça	-0,151 (2,538)	-0,037 (1,450)	0,129 (1,249)	1,028 (0,822)	1,028 (0,822)	1,028 (0,739)
16 a 25 anos	1,233 (2,459)	0,884 (1,404)	0,645 (1,210)	0,356 (0,796)	0,356 (0,796)	0,356 (0,680)
26 a 40 anos	1,570 (2,459)	1,221 (1,404)	0,982 (1,210)	0,693 (0,796)	0,692 (0,796)	0,692 (0,687)
(Referência) 41 a 60 anos	-	-	-	-	-	-
Mais de 60 anos	3,581 (2,459)	3,233** (1,404)	2,994** (1,210)	2,704*** (0,796)	2,704*** (0,796)	2,704*** (0,938)
(Referência) Aborto deve ser discriminizado	-	-	-	-	-	-
Casais do mesmo sexo devem ter o direito de casar-se		-9,369*** (1,370)	5,146*** (1,673)	6,598*** (1,166)	6,148*** (1,257)	6,148*** (1,507)
Meio ambiente é problema importante		-5,927*** (1,952)	-11,089*** (1,733)	-26,267*** (1,312)	-26,042*** (1,332)	-26,042*** (1,298)
Meio ambiente deveria receber mais orçamento		-18,790*** (1,410)	-4,342** (1,694)	-2,952** (1,176)	-2,952** (1,176)	-2,952*** (0,677)
Estado deveria assegurar o bem-estar das pessoas		-15,346*** (1,222)	-0,852 (1,584)	1,942 (1,286)	1,789 (1,296)	1,789 (1,162)
Estado deveria ser responsável por serviços de saúde		-16,341*** (1,383)	-1,857 (1,679)	0,933 (1,337)	0,696 (1,360)	0,696 (1,145)
Estado como responsável por pensões e aposentadorias		-10,045*** (1,734)	4,470** (1,907)	7,271*** (1,463)	6,823*** (1,536)	6,823*** (1,233)
Estado deveria reduzir desigualdade de renda		-14,383*** (1,222)	0,112 (1,584)	2,906** (1,286)	2,752** (1,296)	2,752** (1,135)
Estado deveria ser responsável por criar empregos		4,223*** (1,222)	18,717*** (1,584)	21,511*** (1,286)	21,358*** (1,296)	21,358*** (1,308)
Estado deveria ser dono das empresas mais importantes		9,208*** (1,222)	23,702*** (1,584)	26,496*** (1,286)	26,343*** (1,296)	26,343*** (1,194)
Economia deveria ser regulada pelo mercado		-1,096 (1,498)	-6,259*** (1,358)	5,791*** (1,071)	5,790*** (1,071)	5,790*** (1,271)
(Referência) Lapop		-	-	-	-	-
LatinoBarómetro			19,838*** (1,620)	10,595*** (1,218)	10,598*** (1,219)	10,598*** (1,213)
(Referência) Ano do survey de elite: 2004						
Ano do survey de elite: 2010				-27,228*** (1,166)	-27,002*** (1,190)	-27,002*** (1,548)
Ano do survey de elite: 2014				-24,448*** (1,166)	-24,224*** (1,189)	-24,224*** (1,542)
Surveys de elite e opinião pública realizados no mesmo ano					0,453 (0,472)	0,453 (0,376)
(Referência) Surveys de elite e opinião pública em anos diferentes					-	-
Constante	12,727*** (1,033)	18,855*** (0,963)	4,327*** (1,448)	28,710*** (1,504)	28,486*** (1,522)	28,486*** (1,622)
Observações	453	453	453	453	453	453
R ²	0,036	0,693	0,773	0,902	0,902	0,902
Adjusted R ²	0,005	0,676	0,759	0,896	0,896	0,896

Notas: * $p \leq 0,10$; ** $p \leq 0,05$; *** $p \leq 0,01$. EP Robusto = Erros padrão robustos."

Fonte: Elaboração própria.

Em (3) e (4) incluem-se controles para o *survey* de opinião pública e para o ano do *survey* de elite. Essas adições produzem parâmetros estatisticamente diferentes de zero, amplificam o R^2 (para 77 e 90%) e, de modo geral, aumentam a precisão das estimativas. Segmentos “Algum fundamental” e “Nenhuma renda” são estatisticamente significantes em (4), ao nível de 5%. Controle para intervalo decorrido entre o *survey* de elite e o de opinião é considerado em (5); o coeficiente respectivo não é estatisticamente diferente de zero, e a presença dessa *dummy* tem virtualmente nenhum efeito nas demais estimativas.

Na especificação mais completa (5)⁹, as condições de nenhuma escolaridade formal e de alcance educacional até o ensino fundamental associam-se com menor congruência em comparação com o grupo de referência, formado por indivíduos que frequentaram o ensino superior. Essas diferenças são da ordem de 6 e 2 pontos percentuais, respectivamente. No segmento que possui ensino médio como alcance educacional máximo, a EMD média não é estatisticamente diferente da EMD entre os que realizaram a transição para o ensino superior, *ceteris paribus*.

Pessoas de menor renda têm suas preferências menos espelhadas nas dos representantes. Nessa dimensão, embora apenas o coeficiente para “Nenhuma renda” (3,484) seja estatisticamente significativo a 5%, os valores das estimativas estão alinhados com a expectativa, tendendo a ser menos positivos quanto maior a renda familiar.

Em relação a brancos, os segmentos congregando pardos, pretos e pessoas e outra cor/raça mostram menor congruência média (EMD cerca de 1 ponto percentual mais alta). No entanto, essas diferenças não são estatisticamente diferentes de zero. Eleitores com mais de 60 anos também parecem ser menos representados pela opinião da elite em comparação com as demais faixas etárias (coeficiente estimado = 2,704), como previsto.

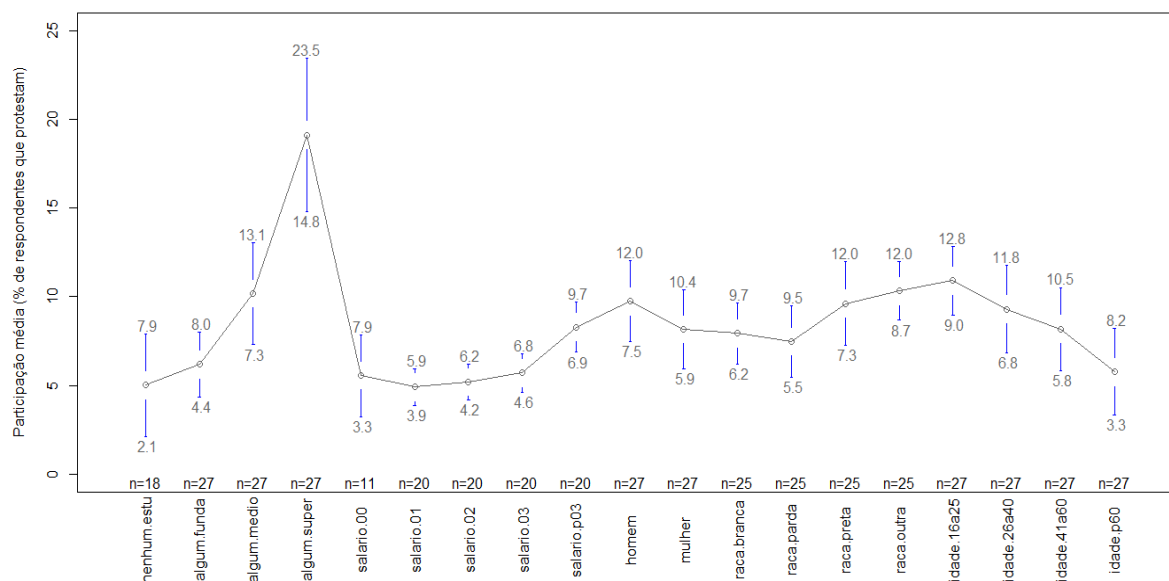
Note-se que a simples apreciação das EMDs médias por segmento (Tabela 3.2) foi incapaz de detectar níveis diferenciais de EMD por renda e idade. Ao estimar efeitos parciais (i.e., mantendo-se constantes as covariáveis atinentes ao *issue*, aos *surveys* considerados e respectivos *timings*), o controle estatístico proporcionado pela análise de regressão multivariada revelou associações opacas à mera comparação de médias.

⁹ A especificação mais à direita na Tabela 3.4 apresenta a especificação (5) calculada com erros padrão robustos à heteroscedasticidade. Essa modificação não acarretou alterações substantivas nos testes de hipótese de significância estatística dos coeficientes.

Em conjunto, as regressões proveem suporte à hipótese geral e a boa parte das hipóteses específicas. Não somente a congruência varia entre segmentos do eleitorado e essa variação tem viés, pois os segmentos historicamente menos favorecidos tendem a experimentar níveis mais baixos de congruência. Esse padrão foi encontrado nas dimensões escolaridade, renda e idade (para eleitores mais velhos). Os coeficientes estimados para mulheres, não brancos, e respondentes nas faixas etárias 16-25 e 26-40 anos sugerem menores níveis de congruência (maior EMD) para esses grupos, como esperado, porém tais diferenças não mostram significância estatística. O protagonismo das dimensões escolaridade e renda está em concordância com estudos empíricos sobre padrões de participação e Voluntarismo Cívico, os quais encontram uma relação positiva entre escolaridade e participação e entre renda e participação, e uma associação negativa entre idade avançada e participação; todavia, são inconclusivos sobre as dimensões sexo e cor/raça.

Também, as associações encontradas reforçam nossos pressupostos, na medida em que a congruência tende a ser maior nos segmentos que participam mais (Figura 3.5). Participação em manifestações ou protestos foi a noção eleita para representar participação política nessa análise. Outras atividades relacionadas à participação contempladas no Lapop e LatinoBarómetro incluem fazer parte de organizações, subscrever abaixo-assinados, e engajar-se em discussões nas redes sociais; todavia, essas outras formas de demonstração de preferências políticas não foram regularmente perguntadas nesses surveys.¹⁰

¹⁰ Mesmo os itens atinentes aos protestos variaram em sua redação ao longo dos anos e, mais substantivamente, entre pesquisas. Enquanto o Lapop indaga sobre participação em protestos nos últimos 12 meses, o LatinoBarómetro questiona sobre participação desse tipo ao longo da vida do respondente. Ademais, em um ano do LatinoBarómetro incluídos na amostra de trabalho, 2009, não se perguntou acerca da participação em protestos. Para esse ano, replicaram-se os percentuais de participação calculados com base no LatinoBarómetro de 2008.

Figura 3.5 – Participação por segmento da opinião pública

Nota: Barras verticais delimitam o intervalo de confiança em torno das médias, ao nível de confiança de 95%. “n” informa o número de observações por segmento. Vide Quadro 3.1 para descrição dos segmentos.

Fonte: Elaboração própria.

Em média, o percentual de participação nos segmentos é de 8,586%. A Figura 3.5 revela que o nível médio de participação em protestos é semelhante para diversos segmentos. Destacam-se estratos reunindo respondentes com menor alcance educacional e menor renda familiar, as quais tendem a participar menos; jovens até 25 anos participam mais, em média. Pessoas com alguma exposição ao ensino superior constituem o grupo com maior nível de participação em protestos: cerca de um em cada cinco de seus membros relata ter frequentado manifestações.

3.5 Demais condicionantes: *issue*, *surveys* de opinião pública e elite

No cenário nacional, entende-se que a congruência entre as preferências do eleitorado e dos parlamentares seja sensível a diferentes preditores. Na subseção anterior examinamos se a congruência era, em maior ou menor medida, sensível às características socioeconômicas e sociodemográficas dos eleitores. Portanto, cabe agora examinar os demais condicionantes que acreditamos interferir na conformação das preferências, a saber os *issues* – relacionados a costumes, meio ambiente, e ao papel do Estado em diferentes áreas – bem como os anos dos *surveys* – Lapop (AmericasBarometer, edições de 2008, 2010, 2012, 2014 e 2017) e LatinoBarómetro (edições de 2001, 2002, 2004, 2007, 2008, 2009 e 2015), como pesquisas de ordem da opinião pública, e a *Parliamentary Elites in Latin America* (PELA, edições 2004, 2010 e 2014) como *survey* de elite.

Dentre os temas examinados, notou-se que os *issues* relacionados às políticas sociais foram aqueles de maior congruência, enquanto aqueles concernentes à presença do Estado na economia tendem a apresentar menor congruência. Uma possível explicação para esse resultado está associada ao período em que foram realizadas as pesquisas do LatinoBarómetro, Lapop e PELA, o qual sobrepõe-se quase que integralmente com os governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), ambos filiados ao Partido dos Trabalhadores, de esquerda. Nesse período, a Câmara dos Deputados era majoritariamente de esquerda e, portanto, essa configuração pode ter favorecido questões que visassem promover a igualdade socioeconômica e política dos cidadãos (GONZÁLEZ, 2013).

O fato de as políticas sociais terem apresentado congruência em um governo de esquerda não destoava das expectativas, uma vez que se espera que partidos de esquerda cumpram o papel de equalizar a desigualdade (VERBA, NIE, KIM; 1978). Porém, contrário ao esperado, quando analisamos a congruência a partir da renda, observa-se que mesmo durante o período em que o percentual de deputados de esquerda era majoritário, aqueles com nenhuma renda continuaram sendo os mais distantes na escala de EMD. Tais resultados confirmam, no entanto, a hipótese de que a distância entre as predileções dos representantes e representados aumenta quando consideramos segmentos da população com menor renda.

Os *surveys* considerados revelaram ser um fator relevante para o grau de congruência, com maior EMD (menor congruência) nas observações derivadas do LatinoBarómetro em relação ao Lapop. Os *surveys* contemporâneos (pesquisas de opinião pública e elite aplicadas num mesmo ano) geram EMDs estatisticamente iguais aos *surveys* assíncronos. Esse resultado aponta para o debate proposto por Page e Shapiro (1983), dedicado a compreender tanto se o comportamento dos congressistas era congruente com as mudanças da opinião pública quanto se a política seguia as mudanças ocorridas na opinião pública – ou se era a opinião pública que acompanhava as sinalizações decorrentes das políticas públicas.

Nosso resultado não se coaduna com aqueles de Page e Shapiro (1983) e Stimson, MacKuen e Erikson (1995). Para esses autores, as preferências políticas dos eleitores movimentam-se, ainda que lentamente, de acordo com as mudanças ocorridas no ambiente político. Tal argumento também foi corroborado por Stevenson (2001), o qual elucida que, no contexto americano, as mudanças nas preferências da opinião pública refletem as mudanças ocorridas na economia. Quando a economia se expande as preferências dos cidadãos tendem a mover-se para a esquerda, priorizando políticas de cunho social, e quando a economia vai mal com altas taxas de desemprego e inflação, a opinião pública movimenta-se para direita.

Importa considerar que da mesma forma que a opinião pública responde a mudanças ocorridas em políticas públicas específicas, a elite parlamentar pode reagir as mudanças ocorridas na opinião pública (WLEZIEN, SOROKA; 2007). Não é possível, aqui, estabelecer uma direção de causalidade entre tais mudanças, uma vez que seria necessário analisar uma longa série temporal sobre a política preferida pelo público, as políticas públicas implementadas, o partido que está ou esteve no controle do governo, assim como a representação indireta das preferências do público através dos *outcomes* eleitorais, grupos de interesse político (PAGE; SHAPIRO, 1983), capacidade de manipulação da mídia no que tange à saliência das questões (PAGE; SHAPIRO, 1983; CERVI, 2006), posições programáticas dos partidos que ocupam o Congresso no período analisado e partidos que estão no governo (WLEZIEN; SOROKA, 2002).

Finalmente, cabe aqui reiterar os principais resultados do presente trabalho, ao tentar responder à seguinte questão de pesquisa: Em que medida as características socioeconômicas e sociodemográficas dos indivíduos influenciam o alinhamento das preferências políticas entre representantes e diferentes grupos da população? Ao longo deste trabalho observou-se que os níveis de congruência variaram de acordo com os atributos do eleitorado. Quando consideramos substratos do eleitorado com nenhuma escolarização formal, menor renda, e indivíduos com mais de 60 anos notamos que as distâncias entre esses grupos e os governantes eleitos são maiores, segundo a estimativa EMD. Já no que se refere à cor/ raça, na média dos *issues* considerados, negros apresentaram experimentam níveis de congruência compatíveis aos dos brancos, resultado que contrariou a nossa expectativa, especialmente porque essa estimativa não controla por escolaridade ou renda.

A partir dos resultados que foram expostos, com algumas ressaltavas, pode-se afirmar que no caso brasileiro o alinhamento entre as preferências dos cidadãos e dos legisladores é sensível a características socioeconômicas e sociodemográficas. Pautados no debate proposto por Verba, Schlozman e Brady (1995), os resultados aqui apresentados indicam que os diferentes níveis de congruência se devem, ao menos em parte, às disparidades nas condições de aquisição de recursos e habilidades cívicas necessárias para que diferentes grupos possam, de forma efetiva, e se fazer ouvidos.

O próximo capítulo debruça-se sobre a discussão dos principais achados da pesquisa.

4 CONDICIONANTES DA CONGRUÊNCIA: OS ATRIBUTOS INDIVIDUAIS IMPORTAM?

O argumento desta tese é que a disparidade na distribuição dos recursos e das habilidades cívicas necessárias para a participação política efetiva tende a acentuar a desigualdade política e a se refletir no nível de congruência entre preferências de representantes e de cidadãos. Em vista disso, buscou-se responder à pergunta: Em que medida as características socioeconômicas e sociodemográficas dos indivíduos influenciam o alinhamento das preferências políticas entre representantes e diferentes grupos da população?

Inicialmente, examinou-se a literatura sobre o efeito de diferentes características (ou atributos) do eleitorado – nomeadamente, escolaridade, renda, sexo, cor/ raça e idade – no processo de vocalização de demandas, assim como na conformação de preferências parlamentares. A premissa norteadora da pesquisa é que alguns indivíduos têm vozes mais audíveis do que outros, e que isso se deve, ao menos parcialmente, a disparidades no acesso aos recursos e no desenvolvimento de habilidades cívicas (VERBA, SCHLOZMAN, BRADY, 1995; BARTELS, 2008; GONZÁLEZ, 2013).

Então, testou-se se a hipótese, derivada do Modelo de Voluntarismo Cívico de Verba, Schlozman e Brady (1995), de que a congruência entre preferências do eleitorado e dos parlamentares seja sensível aos atributos socioeconômicos e sociodemográficos de diferentes segmentos do eleitorado. A partir de análise de regressão multivariada, estimaram-se as diferenças médias da Earth Mover's Distance (EMD), a medida de congruência adotada, por segmento do eleitorado, controlando-se pelo issue, survey de opinião pública considerado no cálculo da EMD e timing do survey de elite.

Os achados apoiam a hipótese central, bem como a boa parte de suas implicações esperadas por segmento. A congruência tende a ser mais elevada nos segmentos de maior escolarização e renda familiar, e mais baixa entre eleitores com mais de 60 anos. A EMD tende a ser menor (i.e., maior congruência) para homens e pessoas brancas; todavia, estimativas para as dimensões sexo e cor/ raça não retornaram coeficientes estatisticamente diferentes de zero. Além disso, a congruência tende a ser mais elevada nos segmentos que participam mais em protestos.

O restante deste capítulo dedica-se à discussão desses achados, inclusive considerando modalidades de participação política diversificadas. O texto adiante está organizado em duas

seções. A primeira contempla a análise dos níveis de congruência entre parlamentares e eleitores segundo suas características socioeconômicas, a saber, renda e escolaridade. A segunda seção concentra-se nos atributos sociodemográficos analisados: sexo, raça e idade.

4.1 Características socioeconômicas: escolaridade e renda

Em seu recente trabalho acerca da congruência política e das disparidades no processo representativo, Lupu e Warner (2019) compilam uma série de estudos que problematizaram a sub-representação das preferências dos cidadãos com menor poder aquisitivo (BARTELS, 2008; GIGER; ROSSET; BERNAUER, 2012; ROSSET; GIGER; BERNAUER, 2013; BERNAUER; GIGER; ROSSET, 2015; LUPU; WARNER, 2017). Os trabalhos elencados por Lupu e Warner (2019) revelam que, em alguns sistemas democráticos, incluindo o americano, a representação tende favorecer principalmente as camadas de renda mais altas.

À vista desse debate, buscamos analisar as diferenças nos níveis de congruência entre as predileções políticas dos representantes e as inclinações dos eleitores pobres e menos escolarizados. Com respaldo no trabalho de Verba, Schlozman e Brady (1995), argumentamos que os recursos e habilidades cognitivas que afetam positivamente a propensão à participação política não são distribuídos de forma igualitária entre os diferentes segmentos da população; por essa razão, nem todos conseguem vocalizar suas preferências com a mesma efetividade.

Das características socioeconômicas consideradas, notou-se que a congruência entre as predileções dos cidadãos e da elite parlamentar tende a ser maior para o subconjunto da população com maior escolaridade e para aquele com maior renda. Pode-se argumentar que esse resultado se deve, ao menos em parte, às disparidades de acesso aos recursos necessários (em especial, tempo, dinheiro e habilidades) para participar do processo político, informar-se e compreender a política, expressar as preferências e controlar os representantes (VERBA, SCHLOZMAN, BRADY, 1995).

A educação é um dos determinantes do acesso aos recursos e do desenvolvimento de habilidades cívicas necessárias para a participação política efetiva (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995). Dito isto, acredita-se que a distância entre as preferências dos cidadãos menos escolarizados e as predileções dos representantes justifica-se dado o efeito que o aumento da escolaridade tem sobre “a eficácia política, o interesse político, o dever cívico e a sofisticação política, variáveis que, por sua vez, estão estreitamente associadas com a inclinação do

indivíduo em acompanhar a política, e engajar-se em participação política” (ELKINS, 2000, p. 115).

No caso brasileiro, a disparidade no acesso a recursos que viabilizam a participação efetiva é agravada pelas grandes assimetrias sociais e no acesso a serviços básicos, inclusive os de educação (GUELLATI; MONTEIRO; OLIVEIRA JUNIOR, 2017). O baixo nível de escolarização da população persiste como o macroproblema educacional, resultante dos desafios e carências existentes em diferentes níveis de ensino e da persistência dos elevados índices de analfabetismo (BRASIL, 2009). Em 2018, havia 11,3 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade analfabetas no país (BRASIL, 2018, p. 2). Medeiros e Castro (2015) e Medeiros, Barbosa e Carvalhaes (2019) reportam que embora tenha havido avanços nos programas e políticas no âmbito da educação, os resultados obtidos ainda não são suficientes para mudar de forma estrutural as desigualdades educacionais e, conseqüentemente, as disparidades socioeconômica e política.

Diferentes estudos sugerem que certos segmentos da população, principalmente os mais ricos e escolarizados, são mais bem representados do que outros (JACOBS; PAGE 2005; BARTELS, 2008; BARABAS; WACHTEL, 2009; GONZÁLEZ; 2013) e, conseqüentemente, estão mais próximos de seus representantes na escala de EMD (SILVA, 2018; LUPU; WARNER, 2019). Cabe aqui retratar os resultados encontrados por González (2013), uma vez que esse é um dos poucos trabalhos que tanto dialogam com o debate sobre características institucionais do sistema eleitoral (e.g., proporcional versus majoritário, tamanho dos distritos), quanto buscam compreender em que medida as preferências políticas dos pobres são representadas.

Ao examinar a congruência entre representantes e representados na América Latina, González (2013) observou que as preferências dos pobres e ricos diferem em relação aos *issues* analisados (papel do Estado na economia e atitudes dos cidadãos em relação ao casamento gay). Segundo a autora, as preferências políticas dos mais ricos estão mais próximas das dos legisladores; em conseqüência, são mais bem representadas em comparação com os menos ricos, os quais tanto tendem a preferir um maior envolvimento do Estado, quanto a ter atitudes menos favoráveis ao casamento homoafetivo.

Para González (2013), essa diferença no processo de representação entre subgrupos deve-se a vários fatores. Por um lado, as instituições e aspectos do contexto político (nível de participação do eleitorado, presença de partidos de esquerda no congresso) modulam o alinhamento das predileções entre pobres e legisladores. Por outro lado, da perspectiva aqui

adotada, cidadãos pobres e com poucos anos de escolaridade não possuem recursos e habilidades para fazerem suas vozes audíveis. Portanto, participam menos da política. Em consequência, os representantes têm menor incentivo para representar suas preferências (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995).

Acredita-se que a distância entre o posicionamento dos mais pobres e do corpo legislativo justifica-se pela ausência ou a dificuldade que as classes mais baixas têm de acessar os recursos necessários para dar voz às suas demandas (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995). Este argumento soa com maior gravidade à luz do histórico de desigualdade de renda e pobreza no país. Embora, nos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), tenham sido adotadas políticas, tais como o Programa Bolsa Família, que objetivavam reduzir a pobreza, conferir acesso a recursos e dar visibilidade a indivíduos pobres e em situação de vulnerabilidade social, as estruturas de desigualdade social continuam persistentes no Brasil (BARROS, 2010; CEPAL, 2018; MEDEIROS; BARBOSA; CARVALHAES, 2019; SOUZA et al., 2019).

Mais de um quarto da população brasileira vive abaixo da linha de pobreza: “No Brasil, em relação à medida de US\$ 5,50 PPC diários, 26,5% da população, ou quase 55 milhões de pessoas, viviam com rendimento inferior a esta linha em 2017 (cerca de R\$ 406,00 mensais), diante de 25,7% da população em 2016.” (IBGE, 2018, p. 57). A persistência das assimetrias socioeconômicas e, sobretudo, das más condições de vida dos cidadãos pobres implica, implícita ou explicitamente, outras desigualdades, tais como diferentes chances e oportunidades de participar e influenciar as decisões políticas, o que materializa a desigualdade política.

4.2 Características sociodemográficas

À vista do debate proposto por Verba, Schlozman e Brady (1995) no que concerne à participação política desigual dos indivíduos, busca-se nesta seção analisar o efeito das características sociodemográficas (gênero, cor/ raça e idade) no alinhamento de preferências entre representantes e representados. Acredita-se que, dada a desigual distribuição de ativos cívicos (tais como motivação e capacidade para se envolver na vida política), pertencer a determinados grupos da população pode afetar a propensão à participação política e, em última instância, a congruência. Dito isto, cabe esclarecer que para examinar os resultados encontrados nesta pesquisa, recorreremos a distintos estudos do campo da Ciência Política que, em maior ou menor medida, dialogam com Verba, Schlozman e Brady (1995).

A literatura sobre gênero e participação política (SCHLOZMAN; BURNS; VERBA, 1994; 1999), em sua maioria, evidencia que as mulheres não necessariamente participam menos do que os homens; contudo, as preferências delas continuam sendo menos audíveis. Assim, e considerando a disponibilidade de recursos valiosos à participação política, disponibilidade essa que tende a favorecer homens no que concerne ao tempo livre após considerar-se o trabalho doméstico (MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2010) e ao rendimento auferido pelo trabalho (e.g., GIUBERTI; MENEZES-FILHO, 2005; HAUSSMANN; GOLGHER, 2016), esperávamos que as mulheres apresentassem opiniões mais distantes do posicionamento dos legisladores brasileiros. Todavia, os resultados observados não evidenciaram diferenças estatisticamente significantes entre os níveis de congruência por gênero, ainda que as mulheres estejam ligeiramente mais distantes na escala de EMD. Dessa forma, esse achado contraria tanto os encontrados por Boas e Smith (2019), que demonstraram maior congruência entre os homens, quanto por Silva (2018), onde as mulheres apresentaram maior proximidade com as preferências dos representantes.

Para análise dos níveis de congruência na perspectiva de gênero, balizamo-nos também no debate referente ao modelo de democracia deliberativa (LÜCHMANN, 2007; 2011; POGREBINSCHI, 2010; AVRITZER, 2013). Buscamos argumentar que a emergência das instituições participativas possibilitou o desenvolvimento e consolidação de novos espaços de partilha entre setores da sociedade – associações da sociedade civil – e seus representantes (AVRITZER; PEREIRA, 2008; LÜCHMANN, 2007; POGREBINSCHI, 2010). Sobretudo, a ampliação da presença e participação de atores sociais que se posicionavam à margem da representação eleitoral (tais como mulheres, pobres, minorias étnicas e raciais) nos processos deliberativos, desponta como uma explicação potencial para a similaridade de congruência por sexo.

No que tange à relação entre raça, recursos e comportamento político, tínhamos como hipótese que as preferências dos negros seriam menos congruentes com as dos parlamentares. Esta hipótese justifica-se uma vez que, dadas as desigualdades raciais em diversas dimensões, negros apresentam menor probabilidade de possuírem os recursos e as habilidades cívicas necessárias para vocalizar suas demandas. Os resultados desta pesquisa, no entanto, não corroboraram essas expectativas. Em relação a brancos, os segmentos congregando pardos, pretos e pessoas e outra cor/ raça mostram menor congruência média; contudo, essas diferenças não são estatisticamente significantes. Esses achados diferem, também, da literatura empírica, a qual apura que as preferências dos parlamentares se posicionam mais afastadas das dos negros

que de outros grupos raciais (VERBA, SCHLOZMAN, NIE, 1993; BUENO, 2012; SILVA, 2018).

A análise dos nossos achados sobre a raça respalda-se na literatura sobre políticas públicas de promoção da igualdade racial (SILVA, 2013, RODRIGUES, 2014a). Argumentamos que os níveis de congruência entre as preferências dos cidadãos negros e parlamentares, provavelmente, foram influenciados pela correspondência entre o período em que as políticas e os programas que buscam promover a igualdade racial foram criadas e implementadas e a realização das pesquisas consideradas no cálculo da EMD. Foi na gestão do ex-presidente Lula que a questão racial se tornou pauta de deliberação em diferentes espaços, tais como no Legislativo Federal, no Judiciário e no debate público (JACCOUD et al., 2009).

Por fim, no que concerne às disparidades no processo de representação dos diferentes grupos etários, presumíamos que as preferências dos cidadãos mais jovens e dos mais velhos fossem menos congruentes com as predileções de seus representantes. Conforme Verba, Schlozman e Brady (1995; 2013) os mencionados segmentos etários apresentam desvantagens participativas, consequentes da carência de recursos variados, o que compromete a vocalização de suas demandas. Os resultados observados alinham-se parcialmente às nossas expectativas iniciais. Em oposição à nossa hipótese, jovens (16 a 25 anos) na amostra gozam de congruência similar à do grupo de referência (41 a 60 anos), constituído justamente pela faixa estaria para a qual se esperava maior congruência. Já os eleitores mais velhos (a partir de 61 anos) declaram as opiniões mais afastadas das dos legisladores, ficando em posição de desvantagem em relação aos demais grupos etários, como esperado.

Sobre a análise dos grupos etários, Kissau, Lutz e Rosset (2012) elucidam que os estudos sobre representação política normalmente analisam a idade dos cidadãos apenas como uma característica sociodemográfica, ao invés de considerá-la como um determinante do grau e tipo de participação política ou da qualidade do processo representativo. A idade, conforme Rubenson et al. (2004) e Kissau, Lutz e Rosset (2012), também deveria ser examinada como um preditor das agendas políticas, pois as preferências diferem entre os cidadãos dependendo da idade. Por exemplo, os jovens tendem expressar mais interesse sobre políticas correlatas a empréstimos estudantis ou projetos militares, já os mais idosos a políticas pensionistas. Além deste debate, recorreremos, dentro do enquadramento teórico de que parte nosso trabalho, a pesquisas que discutem a participação política dos jovens no Brasil (FUKS, 2011; 2012; CASTRO, 2008).

Nas seções subsequentes daremos continuidade ao debate aqui iniciado com o objetivo de melhor interpretar os resultados observados sobre os níveis de congruência aferida para os diferentes segmentos do eleitorado.

4.2.1 *Gênero*

Quanto ao gênero, tínhamos como expectativa que, segundo as estimativas EMD, o posicionamento dos legisladores fosse mais próximo das preferências dos homens (SCHLOZMAN; BURNS; VERBA; DONAHUE, 1995). Observou-se que os homens se encontram ligeiramente mais próximos das preferências dos legisladores em nossa amostra, uma vez controlado o *issue* e aspectos dos surveys considerados. Entretanto, a disparidade entre os sexos não é substantivamente discrepante segundo a EMD – ou seja, não é estatisticamente diferente de zero.

Estudos recentes a respeito da temática da congruência política entre a elite parlamentar e o eleitorado, no entanto, evidenciam que alguns grupos, tais como mulheres, cidadãos de baixa renda, minorias étnicas e religiosas, são, em maior ou menor grau, menos representados (ERIKSON, 2015; BOAS; SMITH, 2019). Conforme Schlozman, Burns e Verba (1994; 1999), a sub-representação desses segmentos justifica-se parcialmente pela falta de recursos e habilidades cívicas necessárias para participar de forma efetiva e, sucessivamente, vocalizar suas preferências.

Na perspectiva de gênero, a diferença entre os níveis de congruência pode ser decorrente de uma variedade de fatores, dentre eles, i) o interesse pelos *issues* - mulheres tendem a dar mais atenção a temas enquadrados como sociais (LÜCHMANN; ALMEIDA, 2010); ii) o comportamentos legislativos diferentes entre homens e mulheres, para Brotton e Ray (2002), a presença das mulheres em conselhos trouxe para agenda política um novo conjunto de preocupações – e.g., políticas públicas voltadas ao cuidado da criança e adolescente; iii) tipo de instituições em que homens e mulheres estão engajados, cabe evidenciar que mulheres, geralmente, participam de conselhos gestores de políticas públicas e o orçamento participativo (LÜCHMANN, 2007); e iv) atividades exercidas durante a vida adulta, Schlozman, Burns, Verba e Donahue (1995) apontam que as mulheres tendem a passar uma maior parte do tempo em casa cuidando de afazeres domésticos e, por consequência, desenvolvem menos as habilidades cívicas necessárias para vocalizar suas preferências.

No âmbito da participação política, a análise das desigualdades de gênero realizada por Schlozman, Burns, Verba e Donahue (1995) restringiu-se, no entanto, aos recursos que possibilitam o engajamento político. Por essa razão, para analisar as diferenças de gênero no que tange aos níveis de congruência no Brasil, recorreremos a outros estudos (PEREIRA, 2007; POGREBINSCHI, 2010; AVRITZER, 2013; LÜCHMANN; ALMEIDA; TABORBA, 2018). A presença ou ausência das mulheres nos espaços políticos será analisada a partir dos estudos referentes às práticas de atuação em instâncias participativas (LÜCHMANN; ALMEIDA; GIMENES, 2016). A escolha deste arcabouço teórico ampara-se no próprio estudo de Verba, Schlozman e Brady (1995), segundo o qual a participação dos indivíduos em organizações da sociedade civil é promovida a diminuição das desigualdades na expressão da voz política, entendida como a capacidade de diferentes segmentos da população influenciarem as decisões públicas.

Os trabalhos que analisam a inclusão política em instituições participativas ancoram-se na ideia de que compete aos cidadãos definir e autorizar as decisões políticas (LÜCHMANN, 2007; 2011; FARIA; SILVA; LINS, 2012). Essa literatura (AVRITZER, 2005; AVRITZER; PEREIRA, 2007; 2008; PEREIRA, 2007; POGREBINSCHI, 2010; AVRITZER, 2013) evidencia que a emergência e a consolidação das instituições participativas possibilitaram a ampliação dos espaços deliberativos, a “inclusão de setores tradicionalmente excluídos do modelo de representação política eleitoral” (LÜCHMANN, 2011, p. 132), assim como o empoderamento de diferentes grupos sociais no processo de vocalização de suas demandas e de formulação de políticas públicas (POGREBINSCHI, 2010).

Neste formato de representação, as organizações comunitárias e as associações cumprem, segundo Lüchmann (2011), um importante papel na inclusão política das mulheres nas instâncias participativas, conselhos gestores e orçamentos participativos. Ao analisar estes espaços, Lüchmann (2011) observou a “inclusão das mulheres, nos casos dos conselhos, e de setores populares, nos orçamentos participativos” (p. 132).

No que se refere à atuação política das mulheres nas instituições participativas, Lüchmann, Almeida e Gimenes (2016) elucidam que:

De fato, a atuação nos conselhos, embora requeira conhecimentos e habilidades, é bem menos exigente no que se refere à disponibilidade de tempo, de recursos financeiros, de articulações, negociações e de disputa de poder, o que inclui, no caso da representação eleitoral, a competição nos e entre os partidos – a visibilidade, o discurso público e midiático, a formação de alianças e o enfrentamento com hostilidades que estão ancoradas em

discursos poderosos de encobrimento do emocional – apontado como de domínio feminino – frente ao racional – lido como fundamento do mundo

Apesar de ser menos constrangida, a atuação feminina, especialmente nos conselhos gestores de políticas públicas, ainda se restringe a alguns setores temáticos (e.g., conselhos das áreas correlatas à assistência social), em detrimento dos conselhos de meio ambiente, os quais são de domínio masculino, conforme Lüchmann, Almeida e Gimenes (2016). Os autores argumentam que a presença de maior número de mulheres nos conselhos das áreas sociais justifica-se, ao menos parcialmente, pela associação construída desse gênero com a política social e, conseqüentemente, a reprodução da predominância feminina em cargos executivos nessas pastas nas esferas municipais e estaduais.

Cumprê destacar que nosso argumento é que os níveis compatíveis de congruência entre homens e mulheres podem estar relacionados à participação e representação das mulheres em instâncias participativas, e não à sua (severamente baixa) presença nos espaços de representação política eleitoral, nos partidos políticos e parlamentos, tal como evidenciado por Moisés e Sanchez (2014) e Sacchet (2012, 2013). Segundo esses autores, a configuração do sistema eleitoral, somada à dinâmica dos partidos políticos e o custo do financiamento de campanhas eleitorais, constituem obstáculos que dificultam a presença das mulheres em cargos de tomada de decisão política.

Sacchet e Speck (2012) evidenciam que a participação das mulheres na arena política tem sido constrangida mesmo com medidas afirmativas, especialmente a lei de cotas (9.096/95, alterada em 2009), a qual busca aumentar a presença feminina em cargos legislativos (SACCHET, 2012). Isso porque, além de serem sub-representadas entre os candidatos ao pleito, as mulheres também são subfinanciadas. A título de ilustração, em 2006, na posição de deputado federal, “as mulheres representaram 12,1% do total dos candidatos, mas arrecadaram somente 7,1% dos recursos” (p.185).

Diante do exposto, argumentamos que o conjunto de estudos acima retratados, em maior ou menor medida, é complementar ao trabalho de Schlozman, Burns, Verba e Donahue (1995). Embora a literatura mobilizada revele a expressiva atuação feminina nos conselhos gestores, ser mulher continua condicionando as oportunidades, o acesso aos recursos e o desenvolvimento de habilidades necessárias para a participação política (WILLIAMS, 1998 apud LÜCHMANN; ALMEIDA; GIMENES, 2016).

4.2.2 Raça

Dentro do enquadramento teórico de que parte a presente pesquisa, presumia-se que a carência de recursos e mesmo habilidades cívicas variadas afetaria de forma negativa a propensão dos negros à participação política e a vocalização de suas preferências. Como consequência, o posicionamento dos representantes seria menos congruente com esse segmento do eleitorado. Observaram-se, contudo, níveis próximos de congruência entre grupos definidos pela cor/raça, resultado que contraria nossas expectativas, e destoa dos achados de Verba, Schlozman e Nie (1993), Bueno (2012), Silva (2018) e Boas e Smith (2019). Apesar de os coeficientes estimados para não brancos (pardos, pretos e pessoas de outra cor/raça) mostrarem sinal positivo, indicando maior EMD (ou seja, menor congruência) que o grupo de referência (brancos), esses coeficientes não se revelaram estatisticamente diferentes de zero.

Primeiramente, cabe reforçar que o reconhecimento das diferentes interpretações de categorias raciais não autoriza uma teorização geral sobre a associação entre raça e comportamento político (BUENO, 2012). Tendo em vista que o efeito da raça sobre participação política está relacionado às desigualdades sociais que normalmente acompanham determinado grupo do eleitorado (VERBA; SCHLOZMAN; NIE, 1993; BUENO, 2006), no caso dos negros, as hipóteses e o exame “da relação entre raça e comportamento político devem ser contingentes aos significados das categorias raciais na polity sob análise” (BUENO, 2012; p. 218).

A disparidade no acesso aos recursos socioeconômicos e cognitivos, segundo Reis, Fialho, Bueno e Candian (2007), deve-se em parte ao nível de escolaridade e às posições econômicas que os indivíduos ocupam. Assim, no Brasil, “quanto mais escura a cor da pele, menor a média salarial, menor a escolaridade, menor a possibilidade de ascensão profissional e mais curta a mobilidade social, tanto inter como intra-geracional” (p. 6). Ainda sobre as disparidades raciais, Reis et al. (2007) afirmam que na perspectiva da estratificação social, “brancos tendem a gozar sistematicamente de posição social média melhor do que a de negros; e, dentre os negros, pretos tendem a estar em posição pior que a de pardos” (p. 6).

Cabe lembrar que o modelo empírico deste trabalho não controla por mais de uma dimensão de segmentação do eleitorado. Assim, o coeficiente para cor/raça parda compara pardos com brancos, mas não mantém constante a escolaridade ou renda, por exemplo. Certamente, seria mais interessante sabermos se raça importa, mantidos constantes outros atributos potencialmente condicionantes da congruência. Esse questionamento é caro aos estudos da área de comportamento político no Brasil:

[...] A pergunta substantiva para a literatura sobre raça e comportamento político no Brasil é: Afinal, raça importa? E em que medida raça importa quando controlada pela posição socioeconômica? A resposta a essas perguntas, com base nas evidências analisadas, é: não, o pertencimento a um grupo racial não afeta de forma substantiva a propensão a atuar politicamente no Brasil, ao passo que fatores socioeconômicos, como renda e escolaridade, são nitidamente mais relevantes. (BUENO, 2012, p. 2017)

Infelizmente, a abordagem metodológica aqui empregada não permitiu calcular EMDs segmentadas de acordo com mais de uma dimensão. Dessa forma, temos os segmentos de escolaridade e os de cor/raça, mas não temos segmentos de uma dada cor/raça por nível de escolaridade (ou renda). Essa condição, que constitui uma limitação do trabalho, tem como efeito colateral esperado que as EMDs de não brancos estivessem superestimadas (i.e., subestimando a congruência para esses grupos em relação a brancos), justamente por sua inabilidade de separar eventuais efeitos inerentes à cor/raça dos efeitos associados à distribuição desigual de recursos necessários à participação política. Desse modo, não ter encontrado significância estatística na dimensão cor/raça é surpreendente, dada a notória concentração de recursos no segmento de eleitores branco.

O fato de não termos identificado diferenças estatisticamente significantes por cor/raça impõe o exercício de aventar potenciais explicações. No Brasil, Jaccoud (2002; 2008) salienta que a desigualdade entre brancos e negros é “uma das mais perversas dimensões do tecido social” (p. 131). Em perspectiva similar, Bueno e Fialho (2007) lembram que no caso brasileiro as desigualdades raciais se estendem ao plano simbólico e manifestam-se em forma de “discriminação, estereótipos e preconceitos” (p. 4). Diante dessa dura constatação, um fenômeno que pode contribuir, ainda que de forma modesta, para a explicação da não diferença estatística da EMD por grupo racial é a ampliação do debate referente às políticas públicas de promoção da igualdade racial e, sobretudo, seu desdobramento em programas que reconhecem e valorizam a cultura e a identidade negra.

No âmbito federal, foi nos anos de 2000, de maneira especial com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, que proposições de combate ao racismo institucional e, principalmente, ações afirmativas ganharam relevo (RODRIGUES, 2014a; 2014b). Cabe evidenciar que a questão racial na gestão do ex-presidente Lula se tornou pauta de deliberação em diferentes espaços¹¹, tais como o Legislativo Federal, Judiciário e o debate público (JACCOUD et al.,

¹¹ Programas de ações afirmativas foram anunciados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), MinC e MJ, determinando o estabelecimento de cotas para negros em cargos de direção, no preenchimento de vagas em

2009). O reconhecimento da desigualdade racial e o comprometimento com seu enfrentamento ganhou momentum com a III Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban (África do Sul) em 2001, na qual propôs-se uma mudança de paradigma nas relações sociais e políticas no que tange às questões raciais (SILVA et al., 2011).

4.2.3 *Idade*

A hipótese sobre as disparidades nos níveis de congruência entre diferentes grupos etários e seus representantes tem como fundamento a tese de que as preferências dos jovens e cidadãos idosos fossem subrepresentadas. Nosso principal argumento é que a carência de recursos como renda, escolaridade e mesmo capacidade cognitiva afetaria negativamente a propensão à participação política dos jovens e dos idosos; em comum, esses grupos partilham das desvantagens de estarem menos integrados no mercado de trabalho (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY; 1995, 2012; RUBENSON et al., 2004; KISSAU; LUTZ; ROSSET, 2012).

Os resultados deste trabalho alinham-se, em parte, com nossas expectativas iniciais. Conforme esperávamos, os níveis de congruência, segundo a estimativa EMD, tendem a ser menores para o subconjunto da população com mais de 60 anos. Verba, Schlozman e Brady (1995; 2013) mostram evidências de que indivíduos com mais de 60 anos são mais propensos a não se envolverem em organizações não políticas e instituições religiosas – as quais funcionam como facilitadores da participação política, uma vez que podem contribuir com o desenvolvimento das habilidades de organização e comunicação. Estar aposentado também é outro fator que limita a promoção da ação política desse segmento. Segundo os autores, aqueles que estão empregados tipicamente dispõem de mais recursos, oportunidades de aprenderem habilidades cívicas úteis para a atividade política, assim como costumam receber mais convites para participarem da política.

No que tange aos grupos etários mais jovens, Verba, Schlozman e Brady (1995; 2013) argumentam que aqueles que se encontram no final da adolescência ou no início dos vinte anos despendem mais esforços em sua qualificação, na conclusão de seus estudos e consolidação de

concurso público, na contratação por empresas prestadoras de serviço e por organismos internacionais de cooperação técnica. No Ministério das Relações Exteriores (MRE) teve início o programa de “bolsas-prêmio para a diplomacia”, em favor de estudantes negros. E, em maio de 2002, o governo publica o Decreto no 4.228, que institui, no âmbito da administração pública federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas. (JACCOUD et al., 2009, p.276)

suas carreiras profissionais, engajando-se e participando menos de atividades políticas. As disparidades na voz política, portanto, resultariam da sub-representação das preferências e, conseqüentemente, jovens fruiriam de baixos níveis de congruência.

Apesar de terem sido apurados coeficientes positivos para a faixa etária dos 16 aos 25 anos, indicando maior EMD esperada (e, portanto, menor congruência), esses parâmetros não são estatisticamente significantes. Assim, sinalizam um mesmo patamar de proximidade entre o posicionamento de jovens e o de legisladores em relação ao patamar observado para o grupo etário de referência (41 a 60 anos). Tal achado não se alinha com o pressuposto geral subjacente à abordagem baseada em recursos (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995; 2013).

Aqui, como nas análises de gênero e raça, cabe suscitar interpretações alternativas, ainda que estas não possam ser devidamente examinadas no escopo deste trabalho. O resultado encontrado pode estar associado a “experiências políticas não convencionais, ‘expressivas’ e informais” (CASTRO, 2008, p. 225), tais como militância juvenil nos partidos políticos, movimentos estudantis e participação em associações da sociedade civil. O engajamento e protagonismo juvenil possibilita, segundo Costa (2001), o desenvolvimento de um conjunto de competências e habilidades necessárias para participação efetiva, dentre elas, comunicação, cooperação, liderança e coordenação.

Os condicionantes da participação política dos jovens, no entanto, estão relacionados ao processo de socialização dos mesmos. De acordo com Fuks (2011; 2012), os ambientes familiares e escolares participativos cumprem um importante papel no desenvolvimento de atitudes, habilidades cognitivas, assim como no engajamento político dos jovens. Para o autor, a “escolaridade e a participação dos pais e a escola são os meios específicos ativados pelo processo de transmissão do conhecimento sobre política” (FUKS, 2012, p. 91)

O debate sobre a formação do perfil dos jovens e as várias modalidades de participação parece tanto contradizer o argumento desenvolvido por Verba, Schlozman e Brady (1995; 2013) para examinar as disparidades entre grupos etários mais jovens, quanto reforçar a ideia de que os jovens não apresentam desvantagens claras no que tange ao processo de vocalização de suas demandas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É consensual na literatura analisada (PITKIN, 1965; POWELL, 2003; MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006; OTERO-FELIPE; RODRÍGUEZ-ZEPEDA, 2015) que a representação pode ocorrer de duas formas: por meio das eleições, momento em que os cidadãos selecionam os representantes a partir de suas preferências e interesses, e após as eleições, quando os políticos tornam efetivas suas propostas manifestas no período eleitoral por meio da formulação e implementação de leis e políticas públicas.

Dito isso, uma boa representação seria aquela com maior número de interesses representados (YONG, 2006). Diante do exposto, alguns questionamentos ganham centralidade no debate, como: Quem os políticos têm representado? Como mensurar o quanto os políticos têm sido representativos? E, não menos importante, qual o grau de responsividade dos políticos e de seus partidos? Frente a essas questões, os estudos sobre congruência tornam-se de grande importância, dada a possibilidade que apresentam de mensurar a representação a partir de uma perspectiva empírica, ainda que pouco informem sobre as relações entre responsividade e a qualidade da representação (CARREIRÃO, 2015).

Como evidenciado ao longo desta pesquisa, há uma variedade de estudos sobre a congruência de preferências entre representantes e representados; contudo, os mesmos têm sido aplicados, em sua grande maioria, nos contextos norte-americano e europeu, deixando assim de considerar os países latino-americanos. Wlezien e Soroka (2007) argumentam que uma das razões para tal omissão é a falta ou a imprecisão de dados. Dentre poucos trabalhos que contemplam a América Latina, destacam-se Luna e Zechmeister (2005), González (2013), Wiesehomeier e Doyle (2014), Boas e Smith (2019).

Especificamente sobre o caso brasileiro, poucos foram os estudos que se dedicaram à análise da congruência política, sendo eles: Carreirão (2013, 2014, 2015), Carreirão e Melo (2014), Carreirão, Silva e Bastiani (2017) e Silva (2018). O presente trabalho situa-se neste contexto e, em alguma medida, preenche uma das lacunas sublinhadas pela literatura nacional, que é a escassez de estudos sobre congruência política.

Retomamos agora os argumentos centrais deste trabalho. Ao longo do mesmo, examinamos se a proximidade entre preferências do eleitorado e dos parlamentares é sensível às características socioeconômicas e sociodemográficas dos eleitores. Conforme esperado, observou-se que as inclinações dos cidadãos pobres, menos escolarizados e com idade acima

de 60 anos são menos ecoadas pelas opiniões dos representantes, segundo a estimativa EMD (Earth Mover's Distance). Atribuímos esse padrão à carência relativa de recursos que impulsionam o indivíduo à participação (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995).

Outras hipóteses testadas não se confirmaram, especialmente no que toca à distância entre o posicionamento dos representantes e as preferências dos segmentos sociais associados à raça, gênero e, parcialmente, ciclo de vida. Com base nos achados e argumentos elaborados por Verba, Schlozman, Brady (1995), acreditávamos que segmentos desses grupos sociais seriam subrepresentados por disporem de menos recursos e oportunidades de aquisição de habilidades necessárias para vocalizar suas demandas. Contudo, nossos resultados evidenciaram que mulheres, jovens e negros aparecem tão próximos do corpo legislativo quanto os demais grupos de gênero, etários e raciais. Sugerimos que essa proximidade possa ser explicada, ao menos em parte, pela expressiva atuação feminina nos conselhos gestores, por padrões de participação juvenil (nos partidos políticos e movimentos estudantis) que não dependem exclusivamente de acesso a recursos financeiros, e pelo contexto político favorável às políticas de promoção da igualdade racial.

Acreditamos ter contribuído para o debate sobre congruência política. Especialmente, este estudo figura entre os poucos que analisam a congruência em uma variedade de issues e segmentos do eleitorado brasileiro, a partir de diversas edições dos surveys de opinião pública (Lapop e LatinoBarómetro). Também, a estratégia metodológica aqui empregada, centrada na EMD, recentemente desenvolvida e até o momento empregada em pouquíssimos estudos (LUPU, SELIOS, WARNER, 2017; SILVA, 2018; LUPU; WARNER, 2019), constitui um avanço em relações a outras medidas de congruência.

Não obstante, algumas limitações merecem ser apontadas. De início, o modelo teórico que balizou esta pesquisa, como declarado ao longo do trabalho, tem por objetivo analisar os condicionantes do engajamento e da participação política dos cidadãos. Verba, Schlozman e Brady (1995) assumem que participar é custoso, de modo que é necessária a posse de recursos (em especial, renda, escolaridade e habilidades), os quais são distribuídos de forma desigual entre os indivíduos. Com base neste pressuposto, assumimos que, dada a distribuição desigual de recursos variados, nem todos os segmentos conseguiriam vocalizar suas preferências e se fazerem ouvidos. Consequentemente, as preferências de alguns grupos estariam mais distantes do corpo legislativo. Houve, portanto, uma adaptação dessa teoria, já que Verba, Schlozman e Brady (1995) não tratam de congruência, mas de participação. Aquela, seguramente, envolve

fenômenos e processos não completamente abarcados pelo Modelo do Voluntarismo Cívico, a exemplo da responsividade legislativa – tanto no plano das ideias, como das ações.

Além disso, a análise das disparidades no processo representativo não se restringe aos atributos individuais. A título de ilustração, quando examinamos as disparidades nos níveis de congruência entre homens e mulheres, observamos que esses grupos desfrutam de níveis parecidos de representação. No entanto, o debate sobre a participação política das mulheres nos processos eleitorais evidencia um quadro bastante diferente – isto é, a sub-representação feminina nos parlamentos e nos partidos políticos (MOISÉS; SANCHEZ, 2014). Para Sacchet (2013), a configuração do sistema eleitoral, somada à dinâmica dos partidos políticos e ao custo do financiamento de campanhas eleitorais, constituem obstáculos que dificultam a presença das mulheres em cargos de tomada de decisão política.

Finalizando esta tese, cabe sinalizarmos possíveis agendas de pesquisa que busquem estender o debate sobre as disparidades no processo representativo e a congruência política nas democracias modernas. Aqui, destaca-se a importância de desenvolver estudos que tenham como proposta tanto avaliar o impacto do sistema partidário como as variáveis institucionais nos níveis de congruência entre as preferências de diferentes segmentos do eleitorado e o corpo legislativo. Esse tipo de pesquisa requer uma análise comparada entre países para garantir variabilidade nos atributos institucionais. Também, é plausível supor que congruência não se deva exclusivamente à “voz”, mas também à coincidência de pontos de vista, valores e interesses. Assim, cabe investigar o efeito das semelhanças demográficas entre os legisladores e diferentes segmentos da população nos níveis de congruência, contemplando-se dessa forma também a concepção descritiva de representação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHEN, Christopher H.. (1977). Measuring Representation: Perils of the correlation coefficient. *American Journal of Political Science*, vol. XXI, nº 4, p. 805-815.

ACHEN, Christopher H.. (1978). Measuring Representation. *American Journal of Political Science*, vol. XXII, nº 3, p. 475-510.

ADAMS, James F.; LAWRENCE Ezrow. (2009). Who do European parties represent? How western European parties represent the policy preferences of opinion Leaders?, *Journal of Politics*, vol. 71, nº 1, p. 206–223.

ANDEWEG, Rudy B.. (2011). Approaching Perfect Policy Congruence: Measurement, Development, and Relevance for Political Representation. In: ROSEMA, Martin; DENTERS, Bas; AARTS, Kees (eds). *How Democracy Works: Political Representation and Policy Congruence in Modern Societies*. Amsterdam: Pallas Publications, p. 39–52.

ANSOLABEHERE, Stephen; JONES, Philip E.. (2010.). Constituent's responses to congressional roll-call voting. *American Journal of Political Science*, vol. 54, nº 3, p. 583-597.

APSA. 1950. "Toward a More Responsible Two-Party System." *American Political Science Review*, vol. 44, nº 03, p 303–306

AVRITZER, Leonardo. (2005) Modelos de Deliberação Democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. 3ªed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.551-597.

AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes D.. (2007) Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 50, nº3, p.443 a 464.

AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes D.. (2008) Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº1, p. 43 – 64.

AVRITZER, Leonardo; SOUZA, Clóvis Henrique L.. (2003) *Conferências Nacionais atores, dinâmicas participativas e efetividade*. Brasília: Ipea.

BARABAS, Jason; WACHETEL, Joseph.. (2009). Political knowledge, representation, and the mass media." In: *Annual Meeting of the Midwest Political Science Association*, Chicago (IL). *Anais...* [online], pp. 01-39, Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/c26c/cae7c88a75d1e1b111fa4a8c05598be04847.pdf>>. Acesso em: 11/09/19.

BARNES, Samuel. (1977). *Representation in Italy: Institutionalized Tradition and Electoral Choice*. Chicago: University of Chicago Press.

BARROS, Ricardo; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. (2010). *Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil*. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea.

BARTELS, Larry. (2008). *Unequal Democracy: The Political Economy of the New Gilded Age*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

BOAS, Taylor C; SMITH, Amy Erica. (2019). Looks like me, thinks like me: Descriptive representation and opinion congruence in Brazil. *Latin American Research Review*, v. 54, nº02, p. 310-328.

BRASIL, Brasil. Presidência da República, Observatório da Equidade (2009). *As Desigualdades na Escolarização no Brasil*. Brasília: Presidência da República, Observatório da Equidade.

BRASIL. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. (2019) *Síntese de Indicadores 2018*. Brasília: IBGE, 2019 Disponível em: <Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf>. Acesso em: 19/05/19.

BROOKS, Clem e MANZA, Jeff. (2006). Why Do Welfare States Persist?. *The Journal of Politics*, vol. 68, nº. 4, p. 816–827.

BUDGE, Ian; McDONALD Michel; PENNING, Paul; KERMAN, Hans. (2012). *Organizing democratic choice: Party representation over time*. Oxford: Oxford University Press.

BUENO, Natália S. (2012). Raça e comportamento político: participação, ativismo e recursos em Belo Horizonte. *Lua Nova*, vol. 85, p. 187-226.

BUENO, Natália S.. (2006). Participação Política na Região Metropolitana de Belo Horizonte: (Des)igualdade Política e Recursos. *Revista Três Pontos*, vol. 03, nº 01, p. 15-24.

BUENO, Natália S.; FIALHO, Fabrício M.. (2007). Raça, Desigualdade e Participação Política na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: *XIII Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia*, Recife (PE). *Anais...* [online], pp. 01-16, Disponível em: < http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=304&Itemid=171>. Acesso em: 11/09/19.

CARREIRÃO, Yan de Souza (2015). Representação política como congruência entre as preferências dos cidadãos e as políticas públicas: uma revisão da literatura internacional. *Opinião Pública*, v. 21, nº 2, p. 393-430.

CARREIRÃO, Yan de Souza. (2013). Representação política como “congruência”: uma revisão dos estudos empíricos na literatura internacional. In: *37º Encontro Anual da ANPOCS*, Águas de Lindóia (SP). *Anais...*, pp. 01-38.

CARREIRÃO, Yan de Souza; SILVA, Peterson; BASTIANI, Maria Teresa. (2017). Congruência entre políticas públicas e opinião dos eleitores no Brasil pós-Constituinte: Uma análise relativa às políticas sociais e de segurança pública. In: *41º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu (MG), *Anais...* [online], pp. 01-30, Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt05-28/11084-congruencia-entre-politicas-publicas-e-opiniao-dos-eleitores-no-brasil-pos-constituente-uma-analise-relativa-as-politicas-sociais-e-de-seguranca-publica-1/file>>. Acesso em: 11/09/19.

CASTRO, Lúcia R. (2008). Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. *Revista de Sociologia e Política*, v.16, nº 30, p. 253-268.

CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe. (2019). *Panorama Social de América Latina 2019*. Santiago: CEPAL. Disponível em: < <https://www.cepal.org/pt-br/node/50522>>. Acesso em 03/12/19.

CERVI, Emerson Urizzi. (2006). *Opinião Pública e Política no Brasil: o que o brasileiro pensa sobre política e porque isso interessa à democracia*. 359 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro.

CRAIG, Stephen; MAGGIOTTO, Michael A.. (1982). Measuring Political Efficacy. *Political Methodology*, vol. 08, nº 03, p. 85–109.

DAHL, Robert. (1989). *Democracy and Its Critics*. New Haven: Yale University Press.

DAHL, Robert. (1997). *Polyarchy: Participation and Opposition*. New Haven: Yale Univ Press.

DALTON, Russell J. (1985). Political Parties and Political Representation: Party Supporters and Party Elites in Nine Nations. *Comparative Political Studies*, nº 18, p. 267-299.

DALTON, Russell J.; FARRELL, David M.; McALLISTER, Ian. (2011). The Dynamics of Political representation. In: In: ROSEMA, Martin; DENTERS, Bas; AARTS, Kees (eds). *How Democracy Works: Political Representation and Policy Congruence in Modern Societies*. Amsterdam: Pallas Publications, p. 21-38.

ELKINS, Zachary. (2000). Quem iria votar? Conhecendo as consequências do voto obrigatório no Brasil. *Opinião Pública*, v. VI, nº 01, p. 109-136.

ERIKSON, Robert S., MACKUEN, Michael B.; STIMSON, James A. (2002). *The Macro Polity*. New York: Cambridge University Press.

ERIKSON, Robert S.. (1978). Constituency Opinion and Congressional Behavior: A Reexamination of the Miller-Stokes Representation Data. *American Journal of Political Science*, vol. 3, nº 22, p. 511-535.

- ERIKSON, Robert S.. (2015). Income inequality and policy responsiveness. *Annual Review of Political Science*, vol. 18, p. 11-29.
- FARAH, Barbara G.. (1980). *Political Representation in West Germany: The Institution and Maintenance of Mass-Elite Linkages*. Tese (Doutorado), University of Michigan, Michigan.
- FARIA, Claudia Feres; SILVA, Viviane Petinelli; LINS, Isabella Lourenço (2012). Conferências de políticas públicas: um sistema integrado de participação e deliberação? *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 07, p. 249-284.
- FUKS, Mario. (2011). Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. *Lua Nova*, n. 83, p. 145-178.
- FUKS, Mario. (2012). Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. *Opinião Pública*, vol. 18 nº 1, p. 88-108.
- GIUBERTI, Ana Carolina; MENEZES-FILHO, Naércio. (2005). Discriminação de rendimentos por gênero: uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. *Economia Aplicada*, v. 9, n. 3, p. 369-384.
- GOLDER, Matt.; STRAMSKI, Jacek. (2010) Ideological congruence and electoral institutions. *American Journal of Political Science*, nº 54, p. 90-106.
- GONZALÉZ, Margarita Corral. (2013). Uneven representation? Analysis of democratic responsiveness in Latin America. 208f. Tese (Doutorado) - Faculty of the Graduate School, Vanderbilt University, Nashville..
- GUELLATI, Yacine; MONTEIRO, Claudio D.; OLIVEIRA JUNIOR, Almir de. (2017). *O Brasil em 2035: tendências e incertezas para a área social*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: Ipea.
- HAUSSMANN, Samantha; GOLGHER, André Braz. (2016). Shrinking gender wage gaps in the Brazilian labor market: an application of the APC approach. *Nova Economia*, v. 26, n. 2, p. 429-464.
- HERRERA, Cheryl Lyn; HERRERA, Richard; SMITH, Eric. (1992). Public Opinion and Congressional Representation. *Public Opinion Quarterly*, vol. 56, p. 185-205.
- HUBER, John; POWELL JR., Bingham. (1994). Congruence between Citizens and Policymakers in Two Visions of Liberal Democracy. *World Politics*, n. 46, p. 291-326.
- JACCOUD, Luciana. (2008). Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mário; JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael; SOARES, Serguei (Orgs). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea.

JACCOUD, Luciana. (2009). A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: Ipea.

JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. (2002) *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: Ipea.

JACOBS, Lawrence R.; PAGE, Benjamin I. (2005). Who Influences U.S. Foreign Policy?. *American Political Science Review*, vol. 99, nº 01, p. 107–123.

KISSAU, Kathrin; LUTZ, Georg; ROSSET, Jan. (2012). Unequal representation of age groups in Switzerland. *Representation*, v. 48, n. 1, p. 63-81.

KITSCHOLT, Herber; MANSFELDOVA, Zdenka; MARKOWSKI, Radoslaw; TOKA, Gabor (1999). *Post-Communist Party Systems: Competition, Representation, and Inter-Party Collaboration*. Cambridge: Cambridge University Press.

LEIGHLEY, Jan E.; VEDLITZ, Arnold. (1999). Race, ethnicity, and political participation: Competing models and contrasting explanations. *The Journal of Politics*, v. 61, n. 4, p. 1092-1114.

LIJPHART, Arend. (1997). Unequal Participation: Democracy's Unresolved Dilemma. *American Political Science Review*, vol. 91, n. 01, p. 1-14.

LÜCHMANN, Lígia Helena H.. (2007). A representação no interior das experiências de participação. *Lua Nova*, vol. 70, p. 139-170.

LÜCHMANN, Lígia Helena H.. (2011). Associativismo civil e representação democrática In: SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena H. (Orgs). *Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina*, Florianópolis: Editora da UFSC.

LÜCHMANN, Lígia Helena H.; ALMEIDA, Carla Cecília R.. (2010). A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. *Revista Katál*, v. 13, n. 1, p. 86-94 jan./jun.

LÜCHMANN, Lígia Helena H.; ALMEIDA, Carla Cecília R.; GIMENES, Éder Rodrigo. (2016). Gênero e Representação Política nos Conselhos Gestores no Brasil. *DADOS –Revista de Ciências Sociais*, vol. 59, nº 3, p. 789-822.

LUNA, Juan Pablo; ZECHMEISTER, Elizabeth J. (2005). Political representation in Latin America: A Study of Elite-Mass Congruence in Nine Countries. *Comparative political studies*, vol. 38, n. 4, p. 388-416.

LUPU, Noam; SELIOS, Lucía; WARNER, Zach. (2017). A New Measure of Congruence: The Earth Mover's Distance. *Political Analysis*, v. 25, n. 1, p. 95-113.

LUPU, Noam; WARNER, Zach. (2017). Mass–elite congruence and representation in Argentina. In: JOIGNANT, Alfredo; MORALES, Maurício; FUENTES, Claudio (Eds) *Malaise in Representation in Latin American Countries*, Nova Iorque: Palgrave Macmillan US, p. 281–302.

LUPU, Noam; WARNER, Zach. (2019). *Affluence and Congruence: Unequal Representation Around the World*. [online]. Disponível em: < <http://www.noamlupu.com/A&C.pdf>>. Acesso em: 19/03/19.

MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sergio Ricardo; SHIRATORI, Ludmila. (2010). Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? *Estudos Feministas*, v. 18, n. 2, p. 547-566.

MAINWARING, S.; SCULLY, T. (Eds.). (1995). *Building democratic institutions: Party systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C Democracy. (1999). *Accountability, and representation*. Cambridge: Cambridge University Press.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. (2006). Eleições e representação. *Lua Nova*, vol. 67, p. 105 – 138.

MARENCO, André. (2012) Reformas Eleitorais na América Latina: grandes expectativas, poucos casos, resultados perversos. *Sociologias*, n. 31, p. 238-268.

McDONALD, Michael; MENDES, Silvia; BUDGE, Ian. (2004). What Are Elections For? Conferring the Median Mandate. *British Journal of Political Science*, v. 34, p. 1-26.

MEDEIROS, Marcel; BARBOSA Rogério J; CARVALHES, Flávio. (2019). *Educação, desigualdade e redução da pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea.

MEDEIROS, Marcelo; GALVÃO, Juliana Castro. (2015). *Educação e o rendimento dos ricos no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea.

MELO, Débora Josiane de C.. (2014). *Representação política no Brasil: Estudo de congruência entre preferências dos cidadãos e políticas aprovadas pela assembleia nacional constituinte (1987-88)*. 155 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MILLER, Warren E.; STOKES, Donald. (1963). Constituency Influence in Congress. *American Political Science Review*, n. 57, p. 45-56.

MOISÉS, José Álvaro; SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. (2014). Representação política das mulheres e qualidade da democracia: o caso do Brasil. In: MOISÉS, José Álvaro (Org). *O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação*,

participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, p. 89-115.

MONROE, Alan. (1979). Consistency between constituency preferences and national policy decisions. *American Politics Quarterly*, n 12, p. 3-19.

MONROE, Alan. (1998). Public opinion and public policy 1980–1993. *Public Opinion Quarterly*, n. 62, p 6–28.

NICOLAU, Jairo. (2006). O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 49, n. 4, p. 689 a 720.

NICOLAU, Jairo; SCHMITT, Rogério. (1995). Sistema eleitoral e Sistema Partidário. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, nº 36, p. 129-147.

NORRIS, Pippa. (2003) *Democratic Phoenix*. New York: Cambridge University Press.

O'DONNELL, Guillermo. (2013). Democracia, desenvolvimento humano e direitos humanos. *Revista Debates*, vol. 7, n.1, p.15-114.

O'DONNELL, Guillermo. (2003). Horizontal accountability: the legal institutionalization of mistrust. In: MAINWARING, Scott; WELMA, Christopher (eds.). *Democratic accountability in Latin America*. Oxford: Oxford University Press, p. 34-54.

O'DONNELL, Guillermo. (2004). The quality of democracy: Why the rule of law matters. *Journal of democracy*, vol. 15, n. 4, p. 32-46.

OTERO FELIPE, Patricia (2014). Vínculos entre partidos y votantes. Ideología e Integración Europea en perspectiva comparada, *Reis*, n. 146, p. 27-46.

OTERO-FELIPE, Patrícia. (2011). *Congruencia ideológica e Integración europea: un análisis de los vínculos entre votantes y partidos en Europa*. 353f. Tese (Doutorado) - Programa Procesos Políticos Contemporáneos, Departamento de Derecho Público General, Universidad de Salamanca, España.

OTERO-FELIPE, Patricia; DIAZ, Araceli Mateos; PÉREZ, Cristina Rivas Pérez. (2014). ¿Cómo medir congruencia ideológica? Elite parlamentaria y opinión pública en América Latina. In: Congreso VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP), Peru, Anais... [online]. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5&q=OTERO-FELIPE%2C+Patricia%3B+DIAZ%2C+Araceli+Mateos%3B+P%3%89REZ%2C+Cristina+Rivas+P%3%A9rez.+%282015%29.+&btnG=>>. Acesso em: 01/03/2017.

OTERO-FELIPE, Patricia; RODRÍGUEZ-ZEPEDA, Juan Antonio. (2015). El papel de la ideología en los partidos latino americanos. *Revista Latinoamericana de política comparada*, v. 9, p. 71-95.

OTERO-FELIPE, Patricia; ZEPEDA, Juan Antonio Rodríguez. (2010). Measuring Political Representation in Latin America: A Study of the Ideological Congruence between Parties and Voters. In: *American Political Science Association Annual National Conference (APSA)*, Washington, D.C. *Anais...*

PAGE, Benjamim I.; SHAPIRO, Robert Y.. (1983). Effects of public opinion on policy. *American Political Science Review*, v. 77, p. 175–90.

PAGE, Benjamim I.; SHAPIRO, Robert Y.. (1992). *The Rational Public*. Chicago: Chicago University Press.

PEREIRA, Marcus Abílio Gomes. (2007). Modelos democráticos deliberativos e participativos – similitudes, diferenças e desafios. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana. *Democracia, sociedade civil e participação*, Chapecó: Argos, p. 421 - 452.

PIERCE, Roy. (1999). Mass-elite *issue* linkages and the responsible party model of representation. In: MILLER, W.; PIERCE, R.; THOMASSEN, J.; HERRERA, R.; HOLMBERG, S.; ESAIASSON, P.; WESSELS B.. (Orgs). *Policy Representation in Western Democracies*. Oxford: Oxford University Press, p. 59-86.

PIRES, Roberto Rocha C. (2019). *Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas*. Rio de Janeiro: Ipea.

PITKIN, Hanna F.. (1965). *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press.

PITKIN, Hanna F.. (2006). Representação: palavras, instituições e ideias. *Lua Nova*, n 67, p. 15-47.

POGREBINSCHI, Thamy. (2010). *Entre representação e participação: as conferências nacionais e o experimentalismo democrático brasileiro*. Brasília: Ministério da Justiça.

POWELL, G. Bingham. (2000). *Elections as instruments of democracy: majoritarian and proportional visions*. New Haven: Yale University Press.

POWELL, G. Bingham. (2003). On Democratic Responsiveness. In: *The Quality of Democracy: Improvement or Subversion?* Conference, University of Rochester, *Anais...* [online]. Disponível em: <https://fsi-live.s3.us-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/QoD_paper_Powell.pdf>. Acesso em: 11/09/19.

POWELL, G. Bingham. (2004). The chain of responsiveness. In: DIAMOND, L.; MORLINO, L. *Assessing the quality of democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

POWELL, G. Bingham. (2009). The ideological congruence controversy: The impact of alternative measures, data, and time periods on the effects of election rules. *Comparative Political Studies*, vol. 42, n. 12, p. 1475-1497.

PRZEWORSKI, Adam (1998). Democracia y representación. *Revista Reforma y Democracia*, nº10, p.7-44.

REIS, Bruno; FIALHO, Fabrício; BUENO, Natália; CANDIAN, Juliana. (2007). Raça, Recursos e Desigualdade Política em Belo Horizonte. In: *XIII Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia*, Recife (PE), *Anais...* [online]. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=304&Itemid=171>. Acesso em: 11/09/19.

RODRIGUES, Cristiano. (2014a). Movimentos negros, políticas públicas e desigualdades raciais no Brasil e Colômbia. *Debates Latinoamericanos*, Ano 12, vol. 01, Nº 24, p. 63-93.

RODRIGUES, Cristiano. (2014b). Reforma constitucional, políticas públicas e desigualdades raciais no Brasil e Colômbia: um (breve) apontamento analítico. *Rev. hist. comp.*, v. 8, n. 1, p. 236-274.

ROHRSCHEIDER, Robert; WHITEFIELD, Stephen. (2012). *The strain of representation: How parties represent diverse voters in Western and Eastern Europe*. Oxford: Oxford University Press.

RUBENSON, Daniel; BLAIS, André; FOURNIERA, Patrick; GIDENGIL, Elisabeth; NEVITTE, Neil. (2004). Accounting for the age gap in turnout. *Acta Politica*, vol. 39, n. 04, p. 407-21.

SACCHET, Teresa. (2013). Democracia pela metade: candidaturas e desempenho eleitoral das mulheres. *Cadernos Adenauer*, vol. XIV, nº 1, p. 85-107.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. (2012). Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. *Opinião Pública*, vol. 18, nº 1, p.177-197.

SAMUELS, David. (1997) Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil. *Dados* [Online], vol. 40 no. 3. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300008>.

SARTORI, Giovanni. (1999). En defensa de la representación política. *Claves de la Razón Práctica*, v. 91, p.2-6.

SCHLOZMAN, Kay L.; BURNS, Nancy; VERBA, Sidney (1999). What Happened at Work Today?: A Multistage Model of Gender, Employment, and Political Participation. *The Journal of Politics*, vol. 61, n. 01, p. 29-53.

SCHLOZMAN, Kay L.; BURNS, Nancy; VERBA, Sidney; DONAHUE, Jesse. (1995). Gender and Citizen Participation: Is There a Different Voice? *American Journal of Political Science*, vol. 39, n. 2, p. 267-293.

SCHLOZMAN, Kay L.; VERBA, Sidney; BRADY, Henry E. (2012). *Unequal Political Voice and the Broken Promise of American Democracy*. Princeton: University Press.

SCHLOZMAN, Kay Lehman; VERBA, Sidney; BRADY, Henry E. (2013). *The unheavenly chorus: Unequal political voice and the broken promise of American democracy*. Princeton: Princeton University Press.

SCHLOZMAN; Kay L; BURNS, Nancy; VERBA, Sidney. (1994), Gender and the Pathways to Participation: The Role of Resources. *The Journal of Politics*, vol. 56, n. 4, p. 963-990.

SILVA, Thiago Moreira da. (2018). Efeitos práticos da sub-representação política: o desalinhamento das preferências entre representantes e representados. 2018. In: 42o Encontro Anual da Anpocs, Caxambu (MG), *Anais...* [online]. Disponível em: < <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt05-29> >. Acesso em: 11/07/2018

SILVA; Tatiana Dias. (2013). Panorama social da população negra. In: SILVA; Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira (Org.) *Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes*. Brasília: Ipea, 2013.

SMULOVITZ, Catalina; PERUZZOTTI, Enrique. (2000a). Societal Accountability in Latin America. *Journal of Democracy*, v. 11, n. 4, p. 147-158,

SMULOVITZ, Catalina; PERUZZOTTI, Enrique. (2000b). Institutions, Accountability and Democratic Governance in Latin America. *The Helen Kellogg Institute for International Studies University of Notre Dame*, p.8-9.

SMULOVITZ, Catalina; PERUZZOTTI, Enrique. (2002). Held to Account: Experiences of Social Accountability in Latin America. *Journal of Human Development*, vol. 3, n. 2, p. 209-230.

SOROKA, Stuart; WLEZIEN, Christopher (2010). *Degrees of democracy: Politics, public opinion, and policy*. New York: Cambridge University Press.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de; OSORIO, Rafael Guerreiro; PAIVA, Luis Henrique; SOARES, Sergei. (2019). Os efeitos do programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. Rio de Janeiro: Ipea.

STEVENSON, Randolph T. (2001). The Economy and Policy Mood: A Fundamental Dynamic of Democratic Politics? *American Journal of Political Science*, vol. 45, n. 3, p. 620-633.

STIMSON, James A.; MACKUEN, Michael B.; ERIKSON, Robert S.. (1995). Dynamic representation. *American Political Science Review*, v. 89, p.543-565.

THOMASSEN, Jacques J. A. (1994). Empirical research into political representation: Failing democracy or failing models? In: JENMIMGS, M. K; MANN T.E. Mann (Eds.). *Elections at home and abroad: Essays in honour of Warren E. Miller*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, p. 237–264.

THOMASSEN, Jacques J. A.; SCHMITT, Hermann. (1999). *Political representation and legitimacy in the European Union*. Oxford: Oxford University Press.

TORCAL, Mariano. (2015a). Conclusiones tentativas y una futura agenda de investigación. In: TORCAL, Mariano (Org.). *Sistemas de partidos en América Latina – causas y consecuencias de su equilibrio inestable*. Barcelona: Anthropos Editorial.

TORCAL, Mariano. (2015b). Institucionalización de sistemas de partidos: conceptos, medición, procesos y consecuencias. In: TORCAL, Mariano (Org.). *Sistemas de partidos en América Latina – causas y consecuencias de su equilibrio inestable*. Barcelona: Anthropos Editorial.

VERBA, Sidney, NIE, Norman H.; KIM, Jae-on. (1978). *Participation and Political Equality: A Seven-Nation Comparison*. Chicago: University of Chicago Press.

VERBA, Sidney. (2001). *Thoughts About Political Equality: What Is It? Why Do We Want It?*. Russell Sage Foundation. Disponível em: <<https://www.russellsage.org/sites/all/files/u4/Verba.pdf>>. Acesso em: 03/12/19.

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay L.; BRADY, Henry E.. (1995). *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics*. Cambridge: Harvard University Press.

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay L.; BRADY, Henry; NIE, Norman H.. (1993). Race, ethnicity and political resources: Participation in the United States. *British Journal of Political Science*, v. 23, n. 4, p. 453-497.

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay L.; NIE, Norman H. (1993). Citizen activity: Who participates? What do they say? *American Political Science Review*, vol.87, n. 02, p. 303 – 318).

WEISSBERG, Robert. (1978). Collective vs. Dyadic Representation in Congress. *American Political Science Review*, vol. 72, p. 535-547.

WESSELS, Bernhard. (1999). System Characteristics Matter: Empirical Evidence from Ten Representation Studies”. In MILLER, Warren; PIERCE, Roy, THOMASSEN, Jacques (eds.). *Policy Representation in Western Democracies*. Oxford: Oxford University Press, p. 137-161.

WIESEHOMMEIER, Nina; DAVID, Doyle. (2014). Profiling the Electorate: Ideology and Attitudes of Right-wing Voters. In: LUNA; Juan Pablo; ROVIRA-KALTWASSER, Cristobal (eds.), *The Resilience of the Latin America Right*, Baltimore: John Hopkins University Press, p.48-74

WLEZIEN, Christopher. (1995). The public as thermostat: dynamics of preferences for spending. *American Journal of Political Science*, vol. 39, p. 981-1000.

WLEZIEN, Christopher; SOROKA, Stuart (2007). The relationship between public opinion and policy. In. DALTON, Russell J; KLINGEMANN, Hans-Dieter. Oxford handbook of political behavior. New York: Oxford University Press, p. 1-24.

WLEZIEN, Christopher; SOROKA, Stuart. (2002). Opinion-Policy Dynamics: Public Preferences and public expenditure in the United Kingdom, *British Journal of Policy Science*, vol 35, n. 04, p. 665-689.

YONG, Iris Marion. (2006). Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, 67, p. 139-190.

APÊNDICE METODOLÓGICO

Sentimento de representação [LAPOP 2008; 2010; 2012; 2014; 2017]

[EFF1] Os que governam o país se interessam pelo que pessoas como o(a) sr./sra. pensam. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?

Codificação: 1 = Discorda muito
 2 = 2
 3 = 3
 4 = 4
 5 = 5
 6 = 6
 7 = Concorda muito

Acesso à internet [LAPOP 2008]

[WWW1] Falando de outras coisas, com que frequência o sr./sra. usa a Internet?

Codificação: 1 = Todos os dias ou quase todos os dias
 2 = Ao menos uma vez por semana
 3 = Ao menos uma vez por mês
 4 = Várias vezes ao ano
 5 = Raramente
 6 = Nunca

Acesso à internet [LAPOP 2010; 2012; 2014; 2017]

[WWW1] Falando de outras coisas, com que frequência o sr./sra. usa a Internet?

Codificação: 1 = Diariamente
 2 = Algumas vezes na semana
 3 = Algumas vezes no mês
 4 = Raramente
 5 = Nunca

Alcance educacional [LAPOP 2008; 2010; 2012; 2014; 2017]

[ED] Qual foi o último ano de escola que o(a) sr./sra. Terminou?

Codificação: Aberta

Religião [LAPOP 2008]

[Q3] Eu vou ler uma lista de religiões para que o(a) Sr(a) indique qual delas é a sua.

- Codificação:
- 1 = Católica
 - 2 = Protestante Tradicional ou Evangélica não pentecostal (adventista, batista, calvinista, luterano, metodista, presbiteriano) (especificar qual igreja/denominação)
 - 3 = Outra não cristã (Judeu, Muçulmano, Budista)
 - 4 = Nenhuma
 - 5 = Evangélica pentecostal (pentecostal, Igreja Universal, Sara Nossa Terra, etc) (especificar qual igreja/denominação)
 - 6 = Mormom, Adventista, espiritualista, Testemunha de Jeová
 - 7 = Religiões Tradicionais ou nativas (candomblé, umbanda, voodoo, rastafari, religiões mayas)
 - 10 = Espírita kardecista
 - 11 = Santo Daime, Esotérica, OUTRA RELIGIÃO (especificar)
 - 13 = É ateu/Não acredita em Deus

Religião [LAPOP 2010; 2012; 2014]

[Q3C] Qual a sua religião, se tiver?

- Codificação:
- 1 = Católica
 - 2 = Protestante Tradicional ou Evangélica não pentecostal (adventista, batista, calvinista, luterano, metodista, presbiteriano, anglicano, episcopal, Discípulo de Cristo) (especificar qual igreja/denominação)¹²
 - 3 = Outra não cristã (Muçulmano, Budista, Indoísta, Taoísta, Confuciano, Baha'i)¹³
 - 4 = Nenhuma (Acredita em uma entidade suprema mas não pertence à religião nenhuma)

¹² Em 2017 o texto é alterado para “Protestante Tradicional ou Evangélica não pentecostal (Batista, Calvinista, Luterano, Metodista, Presbiteriano, Discípulo de Cristo, Anglicano, Episcopal, Igreja Cristã Reformada, Igreja Morava, Menonita, Irmãos em Cristo; Igreja do Nazareno)”

¹³ Em 2017 o texto é alterado para “Outra religião oriental não cristã (Muçulmano, Budista, Induística, Taoísta, Confuciano, Baha'i)”

5 = Evangélica pentecostal (pentecostal, Igreja Universal, Sara Nossa Terra, etc) (especificar qual igreja/denominação Evangélica pentecostal (pentecostal, Igreja Universal, Sara Nossa Terra, etc)¹⁴

6 = Mormom ou Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias ou SUD

7 = Religiões Tradicionais ou nativas (candomblé, umbanda, voodoo, rastafari, religiões mayas, Santo Daime, Esotérica)¹⁵

8 = Espírita kardecista¹⁶

10 = Judeu (Ortodoxo, reforma, conservador)

11 = É ateu/Não acredita em Deus¹⁷

12 = Testemunha de Jeová

Raça [LAPOP 2008; 2010]

[ETID] O IBGE - instituto que faz os censos no Brasil - usa os termos preto, pardo, branco, amarelo e índio para classificar a cor ou raça das pessoas. Qual desses termos descreve melhor a sua cor ou raça: (1) Branca (2) Pardo (3) Índio (4) Preta (5) Amarela (7) Outra (8) NS/NR

Codificação: 1 = Branca
 2 = Pardo
 3 = Índio
 4 = Preta
 5 = Amarela
 7= Outra

Raça [LAPOP 2012; 2014; 2017]

[ETID] Você se considera uma pessoa branca, preta, parda, indígena ou amarela?¹⁸

Codificação: 1 = Branca
 3 = Indígena
 4 = Preta¹⁹

¹⁴ Em 2017 o texto é alterado para “Evangélica pentecostal (Pentecostal, Igreja de Deus, Assembleias de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Quadrangular, Igreja de Cristo, Congregação Cristã, Adventista, Adventista de Sétimo Dia, Sara Nossa Terra, Carismático não Católico, etc)”

¹⁵ Em 2017 o texto é alterado para “Religiões Tradicionais ou nativas (Santeria, Candomblé, Umbanda, Voodoo, Rastafari, religiões mayas, Santo Daime, Esotérica)”

¹⁶ Em 2017 o valor da opção é “1501”

¹⁷ Em 2014 e 2017 o texto é alterado para “É agnóstico ou ateu/Não acredita em Deus”

¹⁸ Em 2014 o texto é alterado para “ETID. O(A) sr./sra. se considera uma pessoa branca, preta, parda, indígena ou amarela?”

¹⁹ Em 2017 o texto é alterado para “Negro (Preta)”

- 5 = Pardo
- 6 = Amarela²⁰
- 7 = Outra

Renda Domiciliar [LAPOP 2008]

[Q10] Somando a renda de todas as pessoas que moram na sua casa, incluindo envios de dinheiro de pessoas que estão no exterior ou outro lugar e o salário de todos os adultos e crianças que trabalham, qual das seguintes categorias mais se aproxima da renda familiar dessa casa? (Se não entendeu, pergunte: quanto dinheiro ao todo entra na sua casa por mês?)

- Codificação:
- 1 = Sem Renda
 - 2 = Até R\$ 380,00
 - 3 = De R\$ 380,01 até R\$ 760,00
 - 4 = De R\$ 760,01 até R\$ 1.140,00
 - 5 = De R\$ 1.140,01 até R\$ 1.900,00
 - 6 = De R\$ 1.900,01 até R\$ 2.660,00
 - 7 = De R\$ 2.660,01 até R\$ 3.040,00
 - 8 = De R\$ 3.040,01 até R\$ 4.560,00
 - 9 = De R\$ 4.560,01 até R\$ 5.700,00
 - 10 = De R\$ 5.700,01 até R\$ 7.600,00
 - 11 = Mais de R\$ 7.600,01
- Recodificação:
- 0 = Alguma renda [\neq 1]
 - 1 = Nenhuma renda [1]

Renda Domiciliar [LAPOP 2010]

[Q10] Somando a renda de todas as pessoas que moram na sua casa, incluindo envios de dinheiro de pessoas que estão no exterior ou outro lugar e o salário de todos os adultos e crianças que trabalham, qual das seguintes categorias mais se aproxima da renda familiar dessa casa? (Se não entendeu, pergunte: quanto dinheiro ao todo entra na sua casa por mês?)

- Codificação:
- 0 = Sem Renda
 - 1 = Até R\$ 510,00
 - 2 = De R\$ 510,01 até R\$ 1020,00
 - 3 = De R\$ 1020,01 até R\$ 1.530,00
 - 4 = De R\$ 1.530,01 até R\$ 2.550,00

²⁰ Em 2017 o valor da variável é alterado para “1506”

- 5 = De R\$ 2.550,01 até R\$ 3.570,00
- 6 = De R\$ 3.570,01 até R\$ 4.080,00
- 7 = De R\$ 4.080,01 até R\$ 6.120,00
- 8 = De R\$ 6.120,01 até R\$ 7.650,00
- 9 = De R\$ 7.650,01 até R\$ 10.200,00
- 10 = Mais de R\$ 10.200,00

Renda Domiciliar [LAPOP 2012]

[Q10NEW] Em qual das seguintes categorias se encontra a renda familiar mensal dessa casa, incluindo as remessas do exterior e a renda de todos os adultos e filhos que trabalham? [Se não entende perguntar: Quanto dinheiro entra no total em sua casa por mês?]

- Codificação:
- 0 = Sem renda
 - 1 = Até R\$100
 - 2 = De R\$100 até R\$210
 - 3 = De R\$211 até R\$310
 - 4 = De R\$311 até R\$410
 - 5 = De R\$411 até R\$520
 - 6 = De R\$521 até R\$620
 - 7 = De R\$621 até R\$730
 - 8 = De R\$731 até R\$820
 - 9 = De R\$821 até R\$930
 - 10 = De R\$931 até R\$1040
 - 11 = De R\$1041 até R\$1130
 - 12 = De R\$1131 até R\$1240
 - 13 = De R\$1241 até R\$1400
 - 14 = De R\$1401 até R\$1550
 - 15 = De R\$1551 até R\$1860
 - 16 = Mais de R\$1860

Renda Domiciliar [LAPOP 2014]

[Q10NEW] Em qual das seguintes categorias se encontra a renda familiar mensal dessa casa, incluindo as remessas do exterior e a renda de todos os adultos e filhos que trabalham? [Se não entende perguntar: Quanto dinheiro entra no total em sua casa por mês?]

- Codificação:
- 0 = Sem renda

- 1 = Até R\$500
- 2 = De R\$501 até R\$700
- 3 = De R\$701 até R\$800
- 4 = De R\$801 até R\$900
- 5 = De R\$901 até R\$1000
- 6 = De R\$1001 até R\$1100
- 7 = De R\$1101 até R\$1200
- 8 = De R\$1201 até R\$1400
- 9 = De R\$1401 até R\$1600
- 10 = De R\$1601 até R\$1800
- 11 = De R\$1801 até R\$2000
- 12 = De R\$2001 até R\$3100
- 13 = De R\$3101 até R\$4300
- 14 = De R\$4301 até R\$5400
- 15 = De R\$5401 até R\$6600
- 16 = Mais de R\$6601

Renda Domiciliar [LAPOP 2017]

[Q10NEW] Em qual das seguintes categorias se encontra a renda familiar mensal dessa casa, incluindo as remessas do exterior e a renda de todos os adultos e filhos que trabalham? [Se não entende perguntar: Quanto dinheiro entra no total em sua casa por mês?]

- Codificação:
- 0 = Sem renda
 - 1 = Até R\$700
 - 2 = De R\$700 até R\$950
 - 3 = De R\$951 até R\$1050
 - 4 = De R\$1051 até R\$1200
 - 5 = De R\$1201 até R\$1350
 - 6 = De R\$1351 até R\$1500
 - 7 = De R\$1501 até R\$1750
 - 8 = De R\$1751 até R\$1950
 - 9 = De R\$1951 até R\$2150
 - 10 = De R\$2151 até R\$2350
 - 11 = De R\$2351 até R\$2550

12 = De R\$2551 até R\$3150

13 = De R\$3151 até R\$3800

14 = De R\$3801 até R\$4950

15 = De R\$4951 até R\$6700

16 = Mais de R\$6700

Idade [LAPOP 2008; 2010; 2017]

[Q2] Quantos anos o(a) sr(a) tem? _____ anos

Codificação: Aberta

Idade [LAPOP 2012]

[Q2D-Y]. Em que dia, mês e ano o(a) sr./sra. nasceu? [Se recusar dizer o dia e mês, pedir só o ano ou perguntar a idade e calcular o ano depois.] Dia: _____ Mês (01 = Janeiro):
_____ Ano: _____

Codificação: Aberta

Idade [LAPOP 2014]

[Q2Y] Em que ano o(a) sr./sra. nasceu?

Codificação: Aberta

Gênero [LAPOP 2008; 2010; 2012; 2014; 2017]

[Q1] Gênero

Codificação: 1 = Homem

2 = Mulher

Issue – Apoia o aborto [LAPOP 2017]

[BRAGRUP1] Falando de alguns grupos de pessoas, poderia informar o quanto gosta ou desgosta dos listados abaixo. Usaremos agora uma escala de 1 a 10, na qual 1 significa "desgosto muito" e 10 significa "gosto muito". BRAGRUP1. Pessoas que defendem a legalização do aborto

Codificação: 1 = Desgosto muito

2 = 2

3 = 3

4 = 4

- 5 = 5
- 6 = 6
- 7 = 7
- 8 = 8
- 9 = 9
- 10 = Gosto muito

Issue – Casamento gay [LAPOP 2010; 2014]

[D6] As perguntas abaixo são para saber sua opinião sobre as diferentes ideias das pessoas que vivem no Brasil. Use sempre a escala de 10 pontos. 1 = Desaprova Fortemente. Apoia Fortemente. 88=NS,98=NR. D6. Quanto o(a) sr./sra. aprova ou desaprova que casais homossexuais tenham o direito de se casar?

- Codificação:
- 1 = Desaprova Fortemente
 - 2 = 2
 - 3 = 3
 - 4 = 4
 - 5 = 5
 - 6 = 6
 - 7 = 7
 - 8 = 8
 - 9 = 9
 - 10 = Apoia Fortemente

Issue – Estado empresa [LAPOP 2008; 2010; 2012; 2014; 2017]

[ROS1] Agora vamos fazer algumas perguntas sobre o papel do Estado. Por favor, me diga o quanto concorda ou discorda delas. Continuamos usando a mesma escala de 1 a 7. ROS1. O Estado brasileiro, no lugar do setor privado, deveria ser dono das empresas e indústrias mais importantes do país. Até que ponto concorda ou discorda desta frase? [1 = Discorda muito. 7 = Concorde muito. NS/NR=8]

- Codificação:
- 1 = Discorda muito
 - 2 = 2
 - 3 = 3
 - 4 = 4
 - 5 = 5

6 = 6

7 = Concorda muito

Issue – Estado Bem-estar [LAPOP 2008; 2010; 2012]

[ROS2] Agora vamos fazer algumas perguntas sobre o papel do Estado. Por favor, me diga o quanto concorda ou discorda delas. Continuamos usando a mesma escala de 1 a 7. ROS2. O Estado brasileiro, mais que os indivíduos, é o responsável principal pela garantia do bem-estar das pessoas. Até que ponto concorda ou discorda desta frase? [1 = Discorda muito. 7 = Concorda muito. NS/NR=8]

Codificação: 1 = Discorda muito
 2 = 2
 3 = 3
 4 = 4
 5 = 5
 6 = 6
 7 = Concorda muito

Issue – Estado empregos [LAPOP 2008; 2010; 2012]

[ROS3] Agora vamos fazer algumas perguntas sobre o papel do Estado. Por favor, me diga o quanto concorda ou discorda delas. Continuamos usando a mesma escala de 1 a 7. ROS3. O Estado brasileiro, mais do que as empresas privadas, é o responsável principal por criar empregos. Até que ponto concorda ou discorda desta frase? [1 = Discorda muito. 7 = Concorda muito. NS/NR=8]

Codificação: 1 = Discorda muito
 2 = 2
 3 = 3
 4 = 4
 5 = 5
 6 = 6
 7 = Concorda muito

Issue – Estado desigualdade [LAPOP 2008; 2010; 2012; 2014; 2017]

[ROS4] Agora vamos fazer algumas perguntas sobre o papel do Estado. Por favor, me diga o quanto concorda ou discorda delas. Continuamos usando a mesma escala de 1 a 7. ROS4. O Estado brasileiro deve implementar políticas públicas para reduzir a desigualdade de renda entre

ricos e pobres. Até que ponto concorda ou discorda desta frase? [1 = Discorda muito. 7 = Concorda muito. NS/NR=8]

Codificação: 1 = Discorda muito
 2 = 2
 3 = 3
 4 = 4
 5 = 5
 6 = 6
 7 = Concorda muito

Issue – Estado aposentadorias e pensões [LAPOP 2010]

[ROS5] Agora vamos fazer algumas perguntas sobre o papel do Estado. Por favor, me diga o quanto concorda ou discorda delas. Continuamos usando a mesma escala de 1 a 7. [88=NS 98=NR]. ROS5. O Estado brasileiro, mais do que o setor privado, deve ser o responsável pelo pagamento das aposentadorias. Até que ponto concorda ou discorda desta frase? 1 = Discorda Muito. 7 = Concorda Muito. 88 = Não sabe. 98 = Não responde.

Codificação: 1 = Discorda muito
 2 = 2
 3 = 3
 4 = 4
 5 = 5
 6 = 6
 7 = Concorda muito

Issue – Estado saúde [LAPOP 2010; 2012]

[ROS6] Agora vamos fazer algumas perguntas sobre o papel do Estado. Por favor, me diga o quanto concorda ou discorda delas. Continuamos usando a mesma escala de 1 a 7. [88=NS 98=NR]. ROS6. O Estado brasileiro, mais do que o setor privado, deve ser o responsável pelo provimento de serviços de saúde (hospitais). Até que ponto concorda ou discorda desta frase? 1 = Discorda Muito. 7 = Concorda Muito. 88 = Não sabe. 98 = Não responde.

Codificação: 1 = Discorda muito
 2 = 2
 3 = 3
 4 = 4
 5 = 5

6 = 6

7 = Concorda muito

Issue – Meio ambiente [LAPOP 2012]

[SOC2A] Por favor me diga qual é a área principal onde o governo deve investir mais dinheiro?

- Codificação:
- 1 = Educação
 - 2 = Infra-estrutura (obras públicas, estradas, ruas, esgoto/saneamento básico)
 - 3 = Habitação
 - 4 = Aposentadoria
 - 5 = Ajuda aos pobres
 - 6 = Meio ambiente
 - 7 = Saúde
 - 8 = Segurança

[SOC2B] E em segundo lugar? [LER OPÇÕES APENAS SE A PESSOA ENTREVISTADA NÃO SE LEMBRA DAS OPÇÕES DA PERGUNTA ANTERIOR]

- Codificação:
- 1 = Educação
 - 2 = Infra-estrutura (obras públicas, estradas, ruas, esgoto/saneamento básico)
 - 3 = Habitação
 - 4 = Aposentadoria
 - 5 = Ajuda aos pobres
 - 6 = Meio ambiente
 - 7 = Saúde
 - 8 = Segurança

Issue – Meio ambiente [LAPOP 2014]

[ENV1] Na sua opinião, o que deveria ter prioridade: proteger o meio ambiente ou promover o crescimento econômico?

- Codificação:
- 1 = Proteger o meio ambiente
 - 2 = Promover o crescimento econômico
 - 3 = [Não ler] Ambos

Issue – Meio ambiente [LAPOP 2017]

[ENV1C1] Algumas pessoas acreditam que é preciso priorizar o meio ambiente em relação ao crescimento econômico, enquanto outras acreditam que o crescimento econômico deveria ser priorizado em relação à proteção ambiental. Em uma escala de 1 a 7 onde 1 significa que o meio ambiente deve ser a principal prioridade, e onde 7 significa que o crescimento econômico deve ser a principal prioridade, onde o(a) sr./sra. se localizaria? [Anotar 1-7, 888888= Não sabe, 988888= Não responde, 999999= Não se aplica]

Codificação: 1 = Meio ambiente deve ser prioridade
 2 = 2
 3 = 3
 4 = 4
 5 = 5
 6 = 6
 7 = Crescimento econômico deve ser a principal prioridade

[ENV1C2] Algumas pessoas acreditam que é preciso priorizar o meio ambiente em relação ao crescimento econômico, enquanto outras acreditam que o crescimento econômico deveria ser priorizado em relação à proteção ambiental. Em uma escala de 1 a 7 onde 1 significa que o meio ambiente deve ser a principal prioridade, e onde 7 significa que o crescimento econômico deve ser a principal prioridade, onde o(a) sr./sra. se localizaria? [Anotar 1-7, 888888= Não sabe, 988888 = Não responde, 999999= Não se aplica]

Codificação: 1 = Meio ambiente deve ser prioridade
 2 = 2
 3 = 3
 4 = 4
 5 = 5
 6 = 6
 7 = Crescimento econômico deve ser a principal prioridade

Alcance educacional [LATINOBAROMETRO 2001; 2002; 2004]

[S6] ¿Qué estudios ha realizado?. ¿Cuál es el último año cursado?. (Entrevistador, anote todo lo que le digan y pruebe...Escuela técnica de qué, instituto de qué....., etc).

Codificação: Aberta

Alcance educacional [LATINOBAROMETRO 2007; 2008]

[S15] ¿Qué estudios ha realizado? ¿Cuál es el último año cursado? (ENTREVISTADOR, ANOTE TODO LO QUE LE DIGAN Y PRUEBE...) ¿Escuela técnica de qué, instituto de qué..., etc.? (ANOTAR AÑO) todo lo que le digan y pruebe...Escuela técnica de qué, instituto de qué..., etc).

Codificação: Aberta

Alcance educacional [LATINOBAROMETRO 2009]

[S12] ¿Qué estudios ha realizado? ¿Cuál es el último año cursado? (ENTREVISTADOR, ANOTE TODO LO QUE LE DIGAN Y PRUEBE...) ¿Escuela técnica de qué, instituto de qué..., etc.?(ANOTAR AÑO)

Codificação: Aberta

Alcance educacional [LATINOBAROMETRO 2010]

[S14] ¿Qué estudios ha realizado? ¿Cuál es el último año cursado?(ENTREVISTADOR, ANOTE TODO LO QUE LE DIGAN Y PRUEBE...) ¿Escuela técnica de qué, instituto de qué..., etc.? (ANOTAR AÑO)

Codificação: Aberta

Alcance educacional [LATINOBAROMETRO 2011]

[S21] ¿Qué estudios ha realizado? ¿Cuál es el último año cursado? (ENTREVISTADOR, ANOTE TODO LO QUE LE DIGAN Y PRUEBE...) ¿Escuela técnica de qué, instituto de qué..., etc.? (ANOTAR AÑO)

Codificação: Aberta

Alcance educacional [LATINOBAROMETRO 2015]

[S19] ¿Qué estudios ha realizado? ¿Cuál es el último año cursado?

Codificação: Aberta

Religião [LATINOBAROMETRO 2001; 2002; 2004; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2015]

[P86ST] ¿Cuál es su religión?²¹

Codificação: 1 = Católica

²¹ Em 2002 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “P65ST”; em 2004 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “P90ST”; em 2007 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “S4”; em 2008 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “S5”; em 2009 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “S7”; em 2010 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “S9”; em 2011 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “S18”; em 2015 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “S16”

- 2 = Evangélica sin especificar
- 3 = Evangélica bautista
- 4 = Evangélica metodista
- 5 = Evangélica pentecostal
- 6 = Adventista
- 7 = Testigos de Jehová
- 8 = Mormón
- 9 = Judía
- 10 = Protestante
- 11 = Cultos afro/americanos, Umbanda, etc
- 12 = Creyente, no pertenece a Iglesia
- 13 = Agnóstico
- 14 = Ateo
- 15 = Otras
- 15 = Ninguna

Raça [LATINOBAROMETRO 2001]

P37B. ¿Con qué etnia o raza Ud. se identifica mejor?

- Codificação:
- 1 = Negra
 - 2 = Indígena
 - 3 = Blanca
 - 4 = Mulata
 - 5 = Mestiza
 - 6 = Chino, japonés, asiático
 - 7 = Arabe
 - 8 = Otras

Raça [LATINOBAROMETRO 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2015]

[S9] ¿A qué raza se considera perteneciente Ud.?²²

²² Em 2002 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “S11”; em 2009 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “S18”; em 2010 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “S20”; em 2011 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “S27”; em 2015 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “S11”;

Codificação: 1 = Asiático(a)
 2 = Negro(a)
 3 = Indígena
 4 = Mestizo(a)
 5 = Mulato(a)
 6 = Blanco(a)
 7 = Otra raza
 8 = No sabe

Idade [LATINOBAROMETRO 2001; 2002; 2004; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2015]

[S2] ¿Cual es su edad?²³

Codificação: 1 = [016] 16-25 años
 2 = [026] 26-40 años
 4 = [041] 41-60 años
 6 = [061] 61 y más años

Gênero [LATINOBAROMETRO 2001; 2002; 2004; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2015]

[S1] Sexo del entrevistado²⁴

Codificação: 1 = Homem
 2 = Mulher

Issue – Apoia o aborto [LATINOBAROMETRO 2002]

[P52WVSD] Por favor usando esta tarjeta, dígame para cada una de las siguientes afirmaciones si usted cree que siempre pueden justificarse o nunca pueden justificarse o si su opinión está en algún punto intermedio. Donde '1' es 'nunca se justifica' y '10' es 'siempre se justifica'. (P52WVSD) Escala justificación aborto.

Codificação: 1 = No se justifica
 2 = 2

²³ Em 2008 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “S9”; em 2009 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “S6”; em 2010 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “S8”; em 2011 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “S17”; em 2015 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “S13”.

²⁴ Em 2007 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “S10”; em 2008 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “S8”; em 2009 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “S5”; em 2010 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “S7”; em 2011 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “S16”; em 2015 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “S12”.

- 3 = 3
 4 = 4
 5 = 5
 6 = 6
 7 = 7
 8 = 8
 9 = 9
 10 = Siempre se justifica

Issue – Apoia o aborto [LATINOBAROMETRO 2004]

[P38STB] Por favor usando esta tarjeta, dígame para cada una de las siguientes afirmaciones si usted cree que siempre pueden justificarse o nunca pueden justificarse o si su opinión está en algún punto intermedio. Donde '1' es 'nunca se justifica' y '10' es 'siempre se justifica'. (P38STB) Qué tan justificable es el aborto.

- Codificação: 1 = Nunca se justifica
 2 = 2
 3 = 3
 4 = 4
 5 = 5
 6 = 6
 7 = 7
 8 = 8
 9 = 9
 10 = Siempre se justifica

Issue – Apoia o aborto [LATINOBAROMETRO 2007]

[P95STPB] Por favor usando esta tarjeta, dígame para cada una de las siguientes afirmaciones si usted cree que siempre pueden justificarse o nunca pueden justificarse o si su opinión está en algún punto intermedio. Donde "1" es "nunca se justifica" y "10" es "siempre se justifica". (P95ST.B) Aborto

- Codificação: 1 = Nunca se justifica
 2 = 2
 3 = 3
 4 = 4

- 5 = 5
- 6 = 6
- 7 = 7
- 8 = 8
- 9 = 9
- 10 = Siempre se justifica

Issue – Apoya o aborto [LATINOBAROMETRO 2015]

[P70ST] Por favor usando esta tarjeta, dígame si usted cree que el aborto siempre puede justificarse o nunca pueden justificarse o si su opinión está en algún punto intermedio. Donde "1" es "nunca se justifica" y "10" es "siempre se justifica"

- Codificação:
- 1 = Nunca se justifica
 - 2 = 2
 - 3 = 3
 - 4 = 4
 - 5 = 5
 - 6 = 6
 - 7 = 7
 - 8 = 8
 - 9 = 9
 - 10 = Siempre se justifica

Issue – Casamento gay [LATINOBAROMETRO 2010]

[P14ST/N] ¿Está Ud. muy de acuerdo (1), de acuerdo (2), en desacuerdo (3) o muy en desacuerdo (4) con las siguientes afirmaciones? (P14NG) El matrimonio entre homosexuales

- Codificação:
- 1 = Muy de acuerdo
 - 2 = De acuerdo
 - 3 = En desacuerdo
 - 4 = Muy en desacuerdo

Issue – Casamento gay [LATINOBAROMETRO 2015]

[P69ST] ¿Está Ud. muy de acuerdo (1), de acuerdo (2), en desacuerdo (3) o muy en desacuerdo (4) con las siguientes afirmaciones? (P69ST.C) El matrimonio entre personas del mismo sexo

- Codificação:
- 1 = Muy de acuerdo

- 2 = De acuerdo
- 3 = En desacuerdo
- 4 = Muy en desacuerdo

Issue – Economía regulada pelo mercado [LATINOBAROMETRO 2001; 2008]

[P20N] Algunas personas creen que el Estado debe resolver los problemas de la sociedad porque tiene recursos para hacerlo, mientras que otros piensan que el mercado resolverá los problemas de nuestra sociedad porque distribuye los recursos de manera más eficiente. Usando una escala de 1 a 10, donde 1 significa 'el Estado debe resolver los problemas' y 10 'el mercado debe resolver los problemas'. ¿Dónde se ubicaría Ud.?²⁵

- Codificação:
- 1 = El Estado debe resolver los problemas
 - 2 = 2
 - 3 = 3
 - 4 = 4
 - 5 = 5
 - 6 = 6
 - 7 = 7
 - 8 = 8
 - 9 = 9
 - 10 = El mercado debe resolver los problemas

Issue – Meio ambiente como problema importante [LATINOBAROMETRO 2001]

[P77NMMA] ¿Qué tan preocupado está Ud. personalmente de los problemas medioambientales? Diría Ud. que está mucho, bastante, poco o nada?

- 1 = Mucho
- 2 = Bastante
- 3 = Poco
- 4 = Nada

Issue – Meio ambiente prioritário sobre crescimento econômico [LATINOBAROMETRO 2011]

²⁵ Em 2008 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “P94ST”; em 2009 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “P80ST”.

[P53ST] ¿Con cuál de las siguientes frases está Ud. más de acuerdo?

- Codificação: 1 = Se debería dar prioridad al desarrollo de la economía aunque signifique dañar el medio ambiente
- 2 = Se debería dar prioridad a la protección del medio ambiente, aunque signifique que el desarrollo de la economía sea más lento

Alcance educacional [PELA 2004]

[P.67] Qual é o grau de escolaridade do(a) Sr.(a)?

- Codificação: 1 = Nenhum
- 2 = Primário
- 3 = Secundário ou similar
- 4 = Universitário
- 6 = Pós-graduação

Alcance educacional [PELA 2010]

[SOCD7] O(a) Sr(a) poderia me dizer qual é o seu grau de escolaridade?

- Codificação: 1 = Nenhum
- 2 = Primeiro grau incompleto
- 3 = Primeiro grau completo
- 4 = Secundário ou similar incompleto
- 5 = Secundário ou similar completo
- 6 = Superior incompleto
- 7 = Superior completo
- 8 = Pós-graduação

Alcance educacional [PELA 2014]

[P71]. O(a) Sr(a). poderia me dizer qual é o seu grau de escolaridade?

- Codificação: 1 = Nenhum
- 2 = Primeiro grau completo
- 3 = Secundário ou similar completo
- 4 = Superior completo
- 5 = Pós-graduação

Religião [LATINOBAROMETRO 2004]

[P.60] Qual é a religião do(a) Sr(a)?

- Codificação:
- 1 = Católico
 - 2 = Evangélico
 - 3 = Espírita
 - 4 = Religião dos Orixás
 - 5 = Outra

Religião [PELA 2010; 2014][RE1a] De qual religião?²⁶

- Codificação:
- 1 = Católica
 - 2 = Protestante tradicional ou protestante não evangélico (cristão, calvinista, luterano, metodista, anglicano, Episcopaliano etc.)
 - 3 = Religiões orientais não cristãs (Islamismo; Budista, Hinduista; Taoísta, Confucianismo; Baha'i, etc.)
 - 4 = Evangélico e pentecostal (Pentecostal, Igreja Universal, Igreja Quadrangular, Batista, Adventista, etc)
 - 5 = Igreja dos Santos dos Últimos Días (Mormons)
 - 6 = Religiões tradicionais (Candomblé, Vudú, Rastafari, religiões maias; María Lonza; Inti; Kardecista, etc.)
 - 7 = Judeu (Ortodoxo, Conservador ou Reformado)
 - 8 = Testemunhas de Jeová
 - 9 = Outra

Raça [PELA 2010]

[V3] E, por último, como você consideraria fisicamente o entrevistado? Uma pessoa.

- Codificação:
- 1 = Branca
 - 2 = Mestiça
 - 3 = Indígena
 - 4 = Negra
 - 5 = Mulata

²⁶ Em 2014 a variável sofre uma alteração em sua numeração para "P67".

6 = Outra

Renda mensal [PELA 2004]

[P.72] Para finalizar esta entrevista, o(a) Sr.(a) poderia me indicar em qual das categorias a seguir incluiria sua renda mensal atual?

Codificação: 2 = Categoria B: de 4001 a 7.000 \$
 3 = Categoria C: de 7001 a 10.000 \$
 4 = Categoria D: mais de 10.001 \$

Renda mensal [PELA 2010]

[ING3] Para finalizar, o(a) Sr(a) poderia me indicar dentro de qual destas categorias se incluem os seus rendimentos atuais mensais?

Codificação: 1 = Categoria A: de R\$1.800 a R\$7.200
 2 = Categoria B: de R\$7.201 a R\$12.600
 3 = Categoria C: de R\$12.601 a R\$18.000
 4 = Categoria D: mais de R\$18.001

Idade [PELA 2004; 2010; 2014]

[P.63] Quantos anos o(a) Sr.(a) tem?²⁷

Codificação: Aberta

Gênero [PELA 2004; 2010; 2014]

[P.62] Sexo:²⁸

Codificação: 1 = Homem
 2 = Mulher

Issue – Apoia o aborto [PELA 2004]

[P.65] Por favor, indique na escala seguinte sua opinião pessoal respeito ao aborto.

Codificação: 1 = A mulher grávida é a única que tem direito a decidir sobre a moralidade do aborto e sua prática;

²⁷ Em 2010 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “SOCD5”; em 2014 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “P69”.

²⁸ Em 2010 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “SOCD4”; em 2014 a variável sofre uma alteração em sua numeração para “P68”.

2 = 2

3 = 3

4 = 4

5 = 5

6 = 6

7 = 7

8 = 8

9 = 9

10 = O Estado deve declarar ilegal o aborto e penalizá-lo como qualquer outro delito.

Issue – Apoia o aborto [PELA 2010]

[VAL2] Indique na seguinte escala sua opinião sobre a descriminalização do aborto. 1 = Contrário; 10 = A favor.

Codificação: 1 = Contrário

2 = 2

3 = 3

4 = 4

5 = 5

6 = 6

7 = 7

8 = 8

9 = 9

10 = A favor

Issue – Apoia o aborto [PELA 2014]

[P70]. Agora vou enumerar uma série de temas debatidos na sociedade brasileira. Utilize a escala a seguir, onde 1 significa a favor e 10 significa contra: Legalização do aborto.

Codificação: 1 = A favor

2 = 2

3 = 3

4 = 4

5 = 5

6 = 6
 7 = 7
 8 = 8
 9 = 9
 10 = Contra

Issue – Casamento gay [PELA 2010]

[VAL1] Mudando de tema, com que firmeza o(a) Sr(a) aprova ou desaprova que casais do mesmo sexo possam ter direito a casar-se? Por favor, utilize esta escala que vai de 1 a 10, na qual "1" significa que "desaprova firmemente" e "10" que "aprova firmemente".

Codificação: 1 = Desaprova firmemente
 2 = 2
 3 = 3
 4 = 4
 5 = 5
 6 = 6
 7 = 7
 8 = 8
 9 = 9
 10 = Aprova firmemente

Issue – Casamento gay [PELA 2014]

[P70]. Agora vou enumerar uma série de temas debatidos na sociedade brasileira. Utilize a escala a seguir, onde 1 significa a favor e 10 significa contra: União civil de pessoas do mesmo sexo. 1 = A favor. 10 = Contra.

Codificação: 1 = A favor
 2 = 2
 3 = 3
 4 = 4
 5 = 5
 6 = 6
 7 = 7
 8 = 8
 9 = 9

10 = Contra

Issue – Estado empresas [PELA 2010]

[ROES1] Agora vou ler umas frases sobre o papel do Estado. Gostaria de saber, por favor, até que ponto o(a) Sr(a) concorda ou discorda delas. Para isso utilize a seguinte escala de 1 a 7, onde "1" significa discorda muito e "7" concorda muito. (212) - O Estado, no lugar do setor privado, deveria ser o dono das empresas e indústrias mais importantes do país.

Codificação: 1 = Discorda muito
 2 = 2
 3 = 3
 4 = 4
 5 = 5
 6 = 6
 7 = Concorda muito

Issue – Estado de bem-estar [PELA 2010]

[ROES1] Agora vou ler umas frases sobre o papel do Estado. Gostaria de saber, por favor, até que ponto o(a) Sr(a) concorda ou discorda delas. Para isso utilize a seguinte escala de 1 a 7, onde "1" significa discorda muito e "7" concorda muito. (213) - O Estado, mais que os indivíduos, deveria ser o principal responsável por assegurar o bem estar das pessoas.

Codificação: 1 = Discorda muito
 2 = 2
 3 = 3
 4 = 4
 5 = 5
 6 = 6
 7 = Concorda muito

Issue – Estado empregos [PELA 2010]

[ROES1] Agora vou ler umas frases sobre o papel do Estado. Gostaria de saber, por favor, até que ponto o(a) Sr(a) concorda ou discorda delas. Para isso utilize a seguinte escala de 1 a 7, onde "1" significa discorda muito e "7" concorda muito. (214) - O Estado, mais que a empresa privada, deveria ser o principal responsável por criar empregos.

Codificação: 1 = Discorda muito
 2 = 2

3 = 3

4 = 4

5 = 5

6 = 6

7 = Concorda muito

Issue – Estado desigualdade [PELA 2010]

[ROES1] Agora vou ler umas frases sobre o papel do Estado. Gostaria de saber, por favor, até que ponto o(a) Sr(a) concorda ou discorda delas. Para isso utilize a seguinte escala de 1 a 7, onde "1" significa discorda muito e "7" concorda muito. (215) - O Estado deveria implementar políticas firmes para reduzir a desigualdade de renda entre ricos e pobres.

Codificação: 1 = Discorda muito
 2 = 2
 3 = 3
 4 = 4
 5 = 5
 6 = 6
 7 = Concorda muito

Issue – Estado aposentadorias e pensões [PELA 2010]

[ROES1] Agora vou ler umas frases sobre o papel do Estado. Gostaria de saber, por favor, até que ponto o(a) Sr(a) concorda ou discorda delas. Para isso utilize a seguinte escala de 1 a 7, onde "1" significa discorda muito e "7" concorda muito. (216) - O Estado, mais que o setor privado, deveria ser o principal responsável pelas pensões e aposentadorias.

Codificação: 1 = Discorda muito
 2 = 2
 3 = 3
 4 = 4
 5 = 5
 6 = 6
 7 = Concorda muito

Issue – Estado saúde [PELA 2010]

[ROES1] Agora vou ler umas frases sobre o papel do Estado. Gostaria de saber, por favor, até que ponto o(a) Sr(a) concorda ou discorda delas. Para isso utilize a seguinte escala de 1 a 7, onde "1" significa discorda muito e "7" concorda muito. (217) - O Estado, mais que o setor privado, deveria ser o principal responsável por fornecer serviços de saúde.

Codificação: 1 = Discorda muito
 2 = 2
 3 = 3
 4 = 4
 5 = 5
 6 = 6
 7 = Concorda muito

Issue – Economia regulada pelo mercado [PELA 2004]

[P28] Como o(a) Sr.(a) sabe, atualmente existe um debate entre posições estatistas e as neoliberais em diversos países do continente. O senhor(a) poderia me dizer se é mais favorável a uma economia regulada pelo Estado ou pelo mercado? Utilize a seguinte escala, onde 1 indica "máxima presença do Estado na economia" e 5, "máxima liberdade para o mercado".

Codificação: 1 = Estado
 2 = 2
 3 = 3
 4 = 4
 5 = Mercado

Issue – Economia regulada pelo mercado [PELA 2010]

[EM1] No debate econômico sobre modelos de regulação, o(a) Sr(a) poderia me dizer se é mais favorável a uma economia regulada pelo Estado ou pelo mercado? Utilize a seguinte escala de 1 a 10, onde 1 indica "máxima presença do Estado na economia" e 10, "máxima liberdade para o mercado".

Codificação: 1 = Máxima presença do estado na economia
 2 = 2
 3 = 3
 4 = 4
 5 = 5
 6 = 6
 7 = 7

8 = 8

9 = 9

10 = Máxima liberdade para o mercado

Issue – Economia regulada pelo mercado [PELA 2014]

[P28]. No debate econômico sobre modelos de regulação, o(a) Sr(a) poderia me dizer se é mais favorável a uma economia regulada pelo Estado ou pelo mercado? Utilize a seguinte escala de 1 a 10, onde 1 indica "máxima presença do Estado na economia" e 10, "máxima liberdade para o mercado".

Codificação: 1 = Máxima presença do estado na economia

2 = 2

3 = 3

4 = 4

5 = 5

6 = 6

7 = 7

8 = 8

9 = 9

10 = Máxima liberdade para o mercado

Issue – Meio ambiente como problema importante [PELA 2004]

[P31] Agora vou enumerar uma série de problemas comuns a muitos países, e que existem hoje no Brasil. Poderia me dizer o quanto cada um deles é importante na opinião do(a) Sr.(a): muito importante, importante, pouco importante ou nada importante?

Codificação: 1 = Nenhum

2 = Pouco

3 = Médio

4 = Muito

Issue – Meio ambiente como problema importante [PELA 2010]

[PRO1] Agora, vou lhe mostrar uma série de problemas comuns a muitos países. O(a) Sr. (a) pode me indicar, para cada um deles, que grau de importância ele tem hoje, no Brasil? Em uma escala de 1 a 10, onde 1 significa "nenhuma importância" e 10 "muita importância", onde o(a) Sr.(a) coloca o problema da...

Codificação: 1 = 1

2 = 2

- 3 = 3
- 4 = 4
- 5 = 5
- 6 = 6
- 7 = 7
- 8 = 8
- 9 = 9
- 10 = Muita importância

Issue – Meio ambiente como problema importante [PELA 2014]

[P5]. Agora, vou lhe mostrar uma série de problemas comuns a muitos países. O(a) Sr. (a) pode me indicar, para cada um deles, que grau de importância ele tem hoje, no Brasil? Em uma escala de 1 a 10, onde 1 significa "nenhuma importância" e 10 "muita importância", onde o(a) Sr.(a) coloca o problema da...

- Codificação:
- 1 = Nenhuma
 - 2 = 2
 - 3 = 3
 - 4 = 4
 - 5 = 5
 - 6 = 6
 - 7 = 7
 - 8 = 8
 - 9 = 9
 - 10 = Muita

Issue – Meio ambiente é item que deveria receber mais orçamento [PELA 2010]

[GP1] Agora, vou mencionar diversos itens do gasto público. Gostaria de saber a qual dos itens listados o(a) Sr.(a) acha que deveria ser atribuído orçamento maior, por sua relevância para o desenvolvimento do país. E em segundo lugar?

- Codificação: Aberta

Issue – Meio ambiente é item que deveria receber mais orçamento [PELA 2014]

[P31] Agora, vou mencionar diversos itens do gasto público. Gostaria de saber a qual dos itens listados o (a) Sr (a) acha que deveria ser atribuído orçamento maior. (PAUSA). E em segundo lugar?

Codificação: Aberta